



Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Faculdade de Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Carolina Magalhães de Oliveira Baldioti

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL E SUA
RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE
DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Juiz de Fora
Fevereiro de 2013

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL E SUA
RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DAS
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Carolina Magalhães de Oliveira Baldioti

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Orientação: Profa. Dra. Carina Berta Moljo.

**Juiz de Fora
Fevereiro de 2013**

Carolina Magalhães de Oliveira Baldioti

A produção do conhecimento no Serviço Social e sua relação com o exercício profissional: uma análise das dissertações de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carina Berta Moljo (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Cláudia Mônica dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou a hora mais prazerosa de toda esta dissertação: agradecer a todas as pessoas que fizeram parte desta minha longa caminhada, sem regras e sem normas da ABNT. Descrever como foi minha caminhada, desde o início do Mestrado até a conclusão deste daria uma nova dissertação de Mestrado. As mudanças mais significativas da minha vida ocorreram nestes quase 3 anos: foram perdas de pessoas queridas, muitos concursos, muitos empregos, duas mudanças de cidade, casamento, etc. Ver este trabalho pronto é mais que uma realização profissional, me sinto realizada pessoalmente, orgulhosa de mim mesma por ter conseguido concluir. Sozinha não conseguiria, então chegou a hora de agradecer.

Agradeço primeiramente a DEUS, meu salvador e dono da minha vida, a quem eu devo toda a honra e toda Glória. Agradeço por tantas vezes nos meus momentos de dúvida, de desespero ter me amparado e de uma maneira sublime e inexplicável ter me trazido a paz e a tranquilidade necessárias para continuar. *“Irei contigo, onde quer que fores meu Senhor, o teu chamado cumprirei na alegria ou na dor, e toda vez que eu chorar, ou quiser desanimar, o teu espírito me consolará. Se é na fraqueza do meu ser, que manifesta teu poder, eis-me aqui, dependendo de ti, preciso de ti”*.

Aos meus pais, meus amigos, meus ídolos, pessoas mais lindas deste mundo. Agradeço pela educação que me proporcionaram, pelos limites que me deram, pelos valores que me passaram. Tudo o que eu tenho de bom em mim eu devo a vocês, é em vocês que me espelho para me tornar uma pessoa melhor. Obrigada por respeitarem minhas escolhas, por acharem tudo o que eu faço “fantástico”, mesmo não entendendo direito o que é, como é o caso do Mestrado. Agradeço às minhas irmãs, minhas melhores amigas. Só nós três entendemos que os laços que nos unem são muito mais fortes que os fraternos.

Obrigada por se orgulharem tanto de mim, por acharem que sou mais do que eu sou, por me incentivarem nas minhas escolhas, por serem minhas confidentes. A vocês 4, meus pais e minhas irmãs, minha família “margarina”, tenho que agradecer pelo o que juntos nós somos. AMO VOCÊS EXAGERADAMENTE! Aos meus cunhados e cunhada também agradeço o imenso carinho e amizade.

À minha linda amiga de faculdade Márcia, pela sua amizade constante, pela sua paciência com minhas ausências, pelo seu carinho e por torcer tanto por mim, tanto quanto eu torço por você. Amiga, lá se vão 9 anos de uma linda amizade! Quantas confidências (Só Deus, você e eu sabemos!), quantos momentos gostosos, quanta cumplicidade. Amo muito e admiro você pela pessoa maravilhosa que você é, por ter tanta tolerância com as pessoas, por buscar sempre o melhor e por acreditar que tudo um dia vai ficar melhor do que está. Você merece tudo de melhor nesta vida.

À minha amiga de residência e mestrado Raffaelle com quem dividi os momentos mais marcantes da minha vida profissional, o meu primeiro emprego. Com quem aprendi junto o que é ser assistente social, as delícias e os desafios da nossa profissão. Com quem dividi muitas, mais muitas risadas, muitos choros, muitas discussões, muitas debates, muitas reflexões, muitas reclamações. Com quem aprendi que é possível amar e ser amiga de uma pessoa a princípio tão diferente de você, que quando se respeita o outro, tudo torna-se mais fácil. Amiga, tenho certeza que crescemos juntas, pessoalmente e profissionalmente e que muito deste mestrado eu devo a você, que me incentivava quando nem você estava dando conta mais. Obrigada pelo seu carinho e por me querer tão bem. Agradeço à minha querida amiga Fernanda Cristina, por sempre estar disponível em me ajudar e por compreender minhas dificuldades. Vocês são uma linda herança da faculdade!

Agradeço também a todos os colegas do Mestrado da turma 2010, pelos momentos prazerosos de aprendizagem. Às minhas novas amigas de Belo Horizonte, Laíla e Rejeane, agradeço pelo carinho e pela preocupação, por

escutarem com muito interesse minhas “ladainhas” nesta reta final do Mestrado, por me darem força e incentivo.

Agradeço também a Beth, secretária mais competente e prestativa que já conheci. Aos nossos professores, nossos mestres, no sentido literal do termo, agradeço de coração por todos os ensinamentos, por me fazerem sentir orgulho de pertencer a uma categoria profissional tão cheia de possibilidades como a nossa, por instigarem em mim as maiores dúvidas, incertezas e certezas. Hoje saio uma nova pessoa do Mestrado. Dentre estes mestres, agradeço imensamente a minha querida orientadora Carina. Uma coisa é fato: eu não teria conseguido concluir esta dissertação sem o seu apoio e incentivo. Obrigada Carina por não me deixar desanimar nos momentos em que eu achava que não dava conta mais, por acreditar em mim, por sempre ver o lado bom das coisas, por me fazer me sentir segura. Obrigada por ver em mim não somente uma orientanda, mais uma pessoa, com problemas, limites e dificuldades, obrigada por ver em mim uma assistente social, que precisou por um tempo “parar” para conquistar algo melhor para mim. Dedico esta vitória a você!

Agradeço também com muita carinho às professoras Cláudia Mônica e Carmelita Yazbek por terem aceitado o convite de fazerem parte da minha banca, tanto de qualificação quanto de defesa. As contribuições dadas por vocês foram essenciais no desenvolvimento deste trabalho. É um orgulho muito grande tê-las em minha banca e poder contar mais uma vez com as preciosas contribuições de vocês para o aprimoramento do meu trabalho.

E por fim, um momento especial para agradecer ao meu marido, ao meu grande amor, meu companheiro. Não seria possível acabar esta dissertação se eu não tivesse você ao meu lado. Você vivenciou comigo simplesmente todos os momentos difíceis desta caminhada. Abdicou de passeios, de festas, de viagens, soube compreender minhas ausências nos fins de semana e minha pouca presença nos dias de semana, soube tolerar como um “monge” o meu mau humor, minha falta de paciência. Escutou minhas angústias, meus medos,

SEMPRE me incentivando, me mostrando que eu era capaz, que eu ia dar conta, que já estava acabando...Obrigada por “brigar” comigo quando eu queria dormir, quando eu arrumava “coisas para fazer” em vez de estudar, quando eu falava que ia desistir. Obrigada, obrigada, mil vezes obrigada. Você foi peça fundamental neste processo, sem você eu não conseguira. Amo muito você e tenho orgulho da família que estamos formando e que ainda vamos formar.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado tem por objetivo analisar a relação existente entre o conhecimento produzido na Pós-Graduação em Serviço Social com o exercício profissional do assistente social. Para tanto, foram analisadas as dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora durante os anos de 2007 a julho de 2012, totalizando 60 dissertações de Mestrado. O estudo desenvolveu-se por meio da pesquisa quantitativa e qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Sendo assim, foi necessário reconstruir historicamente como foi a aproximação do Serviço Social com a pesquisa e o início da produção do conhecimento, dando destaque ao importante papel da Pós-Graduação neste processo. Também analisamos a aproximação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista, apontando os rebatimentos desta aproximação na produção do conhecimento. Problematizamos a particularidade da produção do conhecimento no Serviço Social, especialmente no que se refere à sua vinculação com o exercício profissional. Com a análise das dissertações de Mestrado foi possível verificar que o exercício profissional tem sido um grande estimulador das produções de conhecimento produzidas na Pós-Graduação e que as dissertações analisadas apresentam uma preocupação com o exercício profissional, porém torna-se necessário amadurecer as discussões a respeito da relação do que é produzido na Universidade com o exercício profissional do assistente social.

Palavras-chave: Pós-Graduação, produção do conhecimento, exercício profissional.

ABSTRACT

This work aims to analyze the relationship between the knowledge produced in the post graduation in Social Service with the professional practice of social assistance. Therefore, we analyzed the Master's dissertations of post graduation program in Social Service at the Federal University of Juiz de Fora during the years 2007 to July 2012, totaling 60 Master's dissertations. The study was developed through qualitative and quantitative research, using the technique of content analysis. Therefore, it was necessary to reproduce the entire history of the approaching Social Service beginning with research and knowledge production, highlighting the important role of post graduation in this process. We also analyze the approach of the brazilian Social Service with the marxist tradition, pointing out the repercussions of this approach in knowledge production. We problematize the particularity of knowledge production in social service, especially with regard to its links with professional practice. With the analysis of Master's dissertations was possible to verify that the professional has been a great stimulator of the production of knowledge produced within the post graduation and dissertations have analyzed a concern for professional practice, but it is necessary to mature discussions the relationship of what is produced at the University with the professional social assistance.

Keywords: Post graduation, production of knowledge, professional practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa no Serviço Social
CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPESP- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPEMIG- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais
CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CE – DEPSS- Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
CELATS- Centro Latino Americano de Trabalho Social
FSS- Faculdade de Serviço Social
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora
MCT- Ministério de Ciência e Tecnologia
ENPESS- Encontro de Pesquisadores em Serviço Social
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
SESI- Serviço Social da Indústria
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ABESS- Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CEDEPSS- Centro de Documentação em Pesquisa e Política Social e Serviço Social
PUC/SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CRESS- Conselho Regional de Serviço sócia
DST- Doenças Sexualmente Transmissíveis
PROCAD- Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
MEC- Ministério da Educação
UNESP- Universidade Estadual Paulista
PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I- TEORIA SOCIAL DE MARX E SERVIÇO SOCIAL.....	20
1.1 Conhecimento e Pesquisa: uma conceituação necessária.....	20
1.2 Fundamentos da Teoria Social de Marx.....	28
1.3 Aproximação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista.....	38
CAPÍTULO II- O SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	50
2.1 Aproximação do Serviço Social com a pesquisa e o início da produção do conhecimento: o papel da Pós-Graduação.....	50
2.2 As particularidades do conhecimento no Serviço Social e sua relação com o exercício profissional.....	71
CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS DADOS.....	83
3.1 O processo de constituição das principais matrizes que fundamentam o Serviço Social brasileiro: conhecimento e exercício.....	83
3.1.1 As dimensões do exercício profissional.....	96
3.2 Breve perfil da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.....	102
3.3 Caracterização do Universo da Pesquisa.....	106
3.4 Panorama da produção do conhecimento a partir das dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFJF.....	108
3.4.1 Articulação com os profissionais que estão fora da academia/ Subsídio a	

intervenção profissional	118
3.4.2 Tipo de Pesquisa	121
3.4.3 Motivação pelo tema.....	123
3.4.4 Sujeitos envolvidos na pesquisa.....	128
3.4.5 Retorno social alcance dos resultados.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

Apresento aqui os resultados de um estudo que foi desenvolvido a partir da análise das dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), nos anos de 2007 a julho de 2012 e que objetivou analisar se nestas dissertações existe uma preocupação em relacionar a produção de conhecimento com o exercício profissional do assistente social. Sendo assim, o material empírico da pesquisa foram as dissertações deste curso. No período de 2007¹ a julho de 2012, foram produzidas 60 dissertações de Mestrado².

O interesse em abordar este tema surgiu a partir de um longo processo de reflexões, indagações e questionamentos, que foram sendo amadurecidos no decorrer do Mestrado. Considero que minha passagem pelo Mestrado foi um divisor de águas com rebatimentos tanto na minha vida pessoal e profissional. Ao ingressar no Mestrado tive o privilégio de poder fazer as necessárias articulações com meu exercício profissional, visto que durante toda esta minha caminhada conciliei o Mestrado com meu trabalho enquanto assistente social. A cada disciplina ministrada era como se estivesse rompendo na minha atuação profissional com as “amarras” que muitas vezes a rotina da prática profissional nos conduz. Sendo assim, pude manter viva minha postura crítica, propositiva, de questionamentos e também de aceitações, que por vezes torna-se necessário. Por mais que tenha sido uma tarefa difícil conciliar trabalho com o Mestrado, avalio como extremamente positivo esta relação, principalmente quando se compreende a riqueza que isso pode trazer. Por outro lado suscitava alguns questionamentos, pensando nos profissionais, colegas de profissão que estão “fora da academia”, que por motivos diversos não tiveram a oportunidade de fazer estas mediações, não tiveram acesso às inúmeras formas de produção de conhecimento desenvolvidas na academia. Para estes profissionais, muitas vezes supervisores de estágio, contribuidores na formação profissional de muitos alunos, como ficaria está questão? Conversando com alguns colegas assistentes sociais que não ingressaram no Mestrado e não tiveram outras formas de se aproximar da academia, percebia um discurso de distanciamento destes até mesmo uma postura de inferioridade, como se o que era produzido na Universidade fosse algo tão distante e inatingível, um “mundo a parte”. Estando nestes dois espaços, academia e intervenção profissional, foi possível compreender e vivenciar que estes “mundos” estão completamente

¹ Ano do início do curso. Sendo assim, as primeiras dissertações apresentadas datam do ano de 2007.

² Cabe assinalar que serão analisadas todas as dissertações de Mestrado que foram apresentadas até o início da coleta de dados.

entrelaçados e interligados, no entanto era necessário dar maior visibilidade a este fato. A partir das leituras realizadas para o projeto de qualificação, pude amadurecer ainda mais esta ideia, percebendo que a questão da produção do conhecimento e sua relação com o exercício profissional é tema que vem inspirando diversos autores, com um vasto leque de estudos e produções que serão apresentadas no decorrer deste estudo. Sendo assim, optei por analisar as dissertações de Mestrado produzidas no Programa de Mestrado da UFJF, com intuito de analisar se o conhecimento produzido estabelece uma relação direta com o exercício profissional, se há uma preocupação com as repercussões deste conhecimento produzido no seio da própria profissão. A Pós-Graduação foi escolhida porque foi a partir dela que se alavancou a produção do conhecimento do Serviço Social, tornando-se um espaço privilegiado de incentivo e fomento à pesquisa. Hoje ela é a responsável pela grande maioria das pesquisas em Serviço Social³.

Veremos no Capítulo I que a realidade não se apresenta na sua essência à primeira vista, mas como um objeto que precisa ser analisado e compreendido. Segundo Marx (1999), é possível conhecer e apreender o movimento real da verdade por intermédio da razão. Em acordo com as reflexões de Marx a respeito do processo de conhecimento, a realização das análises críticas será feita utilizando o método dialético histórico materialista, tendo em vista que a dialética é um método revolucionário de transformação da realidade e não apenas um método interpretativo. O método dialético, como uma opção de abordagem, privilegia a contradição e o conflito, o fenômeno da transição e da mudança, o movimento histórico, a totalidade, e a unidade dos contrários.

Para a investigação pretendida, o processo de conhecimento será compreendido a partir da decomposição do todo, que se realiza como separação do fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial. O fenômeno é o que se manifesta imediatamente e com maior frequência. Ele indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas de modo parcial, ou apenas sob ângulos e aspectos insuficientes. “Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (KOSIK, 1985, p. 12). Desta forma, objetivamos desvendar as determinações, conexões e contradições do objeto estudado, do fenômeno e do contexto no qual este está inserido, ou seja, usufruindo da perspectiva de totalidade de Marx. Neste sentido, considerando, nos termos de Kosik, que a

³ Segundo José Paulo Netto (2012), em palestra proferida no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado em Juiz de Fora, a Universidade concentra hoje cerca de 90% da pesquisa produzida no Brasil.

totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo (Ibid, p. 36).

Entretanto, é importância destacar que este movimento é aproximativo, uma vez que a realidade se processa dinamicamente de maneira complexa e é sempre mais rica do que a capacidade de apreendê-la, pois o sujeito e os instrumentos utilizados para o conhecimento são limitados historicamente. Portanto, não se tem a ambição de esgotar aqui o tema. Atentamos para o fato de que a dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto à própria determinação da totalidade pertencem “a *gênese* e o *desenvolvimento* da totalidade, o que, de um ponto de vista metodológico, comporta a indagação de como nasce a totalidade *e quais são as fontes internas do seu desenvolvimento e movimento*” (KOSIK, 1985, p. 49).

Com vistas a atingir os objetivos do estudo, na escolha da metodologia utilizada optou-se pelas abordagens qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa caracteriza-se, principalmente, pela ausência de conceitos numéricos e análises estatísticas, incorporando aspectos mais profundos e subjetivos do objeto em estudo. A pesquisa quantitativa se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras, como é o caso desta pesquisa.

A pesquisa qualitativa se mostrou mais apropriada para realização deste estudo na medida em que a mesma privilegia vários aspectos necessários para o desenvolvimento deste trabalho. De modo geral, os métodos qualitativos propiciam o contato direto e interpretativo do pesquisador com seu objeto de estudo, possibilitando assim informações mais amplas e com maior riqueza de detalhes. De acordo com a Minayo (2004), a abordagem qualitativa é apreendida como uma representação abstrata dos fenômenos, uma argumentação explicativa incapaz de reproduzi-los, mas que busca representá-los. Não tem, portanto, como pretensão a compreensão total e completa sobre a realidade, mas uma aproximação desse real. Partiu-se do princípio de que era necessário ajustar métodos quantitativos com os qualitativos para a coleta de dados, visto que tais procedimentos não se excluem, mas se complementam no âmbito de uma pesquisa.

O estudo é de caráter bibliográfico e foi usada a técnica de análise de conteúdo. A pesquisa denominada “análise de conteúdo” é uma pesquisa de caráter bibliográfico com a proposta de analisar determinada produção acadêmica mapeando determinações, aspectos e tendências do objeto a ser estudado. Cabe ressaltar que existem na bibliografia da área diversas classificações dos principais eixos temáticos⁴, que foram elaboradas a partir das 55 linhas de pesquisa⁵ de todos os programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Naturalmente, para orientar a elaboração dos principais eixos temáticos das dissertações produzidas no Mestrado de Serviço Social em Juiz de Fora estas classificações já existentes foram usadas como referência. Porém, no intuito de alcançar os objetivos deste trabalho, foram feitos os ajustes necessários em decorrência das linhas de pesquisa existentes do referido Mestrado, quais sejam: “Serviço Social e Sujeitos Sociais” e “Gestão Pública e Política Social”.

Inicialmente foi feito um levantamento na biblioteca do Programa de Mestrado das dissertações produzidas. Em seguida, foi feita uma leitura da Introdução e Conclusão de todos estes trabalhos no sentido de fazer um levantamento das temáticas abordadas e proceder a devida organização e sistematização nos eixos temáticos, analisando as particularidades de cada dissertação. Cabe ressaltar que a elaboração dos eixos temáticos foi feita por meio da *análise temática*, que respeitou o objeto e os objetivos de estudo de cada dissertação. Os eixos temáticos foram organizados a partir do conteúdo do texto e não simplesmente pelos títulos que, em alguns casos, não correspondiam ao conteúdo. Também procedeu-se a leitura do capítulo final de cada dissertação, capítulo em que geralmente se concentra todo o percurso metodológico, propiciando uma melhor compreensão do trabalho como um todo. Quando necessário, os demais capítulos também foram lidos.

Faz-se necessário assinalar que a classificação dos trabalhos em eixos temáticos foi feita por uma necessidade de sistematização, organização e clareza na exposição do conteúdo da bibliografia pesquisada. De forma alguma, compreendemos os trabalhos produzidos por meio de uma visão fragmentada da realidade social. As particularidades dos temas estudados e apresentados nos eixos temáticos são entendidas no conjunto da produção e reprodução da vida social; a perspectiva da totalidade não é simplesmente uma apropriação de caráter semântico, é, acima de tudo, um esforço de interpretação dos nexos causais que se concretizam e compõem de forma recíproca as intrincadas contradições universais,

⁴ Consultar anexos.

⁵ As linhas de pesquisa orientam a definição das disciplinas e demais atividades curriculares, as temáticas geradores de projetos de pesquisa dos docentes e pesquisadores e os projetos de dissertação de Mestrado e Teses de Doutorado dos alunos (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 85)

particulares e singulares que se afirmam e se negam na processualidade social do modo de produção capitalista.

O objetivo de classificar as dissertações de Mestrado por eixos temáticos é de demonstrar as mais diversificadas tendências de estudos que colaboram para os avanços teóricos da profissão, sendo assim possível ter um panorama geral destas dissertações, possibilitando assim, conhecer o perfil destes trabalhos neste programa de Pós-Graduação. Importante enfatizar que não se pretende com este trabalho fazer uma avaliação do referido Programa, uma vez que esta avaliação é feita periodicamente pela CAPES, sendo que a última avaliação teve como período os anos de 2007 a 2009 estando o conteúdo disponível no *sit* da CAPES⁶ e não caberia a mim realizar esta avaliação. Com os dados colhidos, pretende-se conhecer se de fato existe na academia uma preocupação com o exercício profissional, sendo este o objetivo central deste trabalho. Com estas análises será possível oferecer subsídios ao Programa no sentido de conhecer ainda mais as produções de seus discentes e a partir daí, traçar estratégias que articulem os estudos produzidos com as linhas de pesquisa do Programa e intensifiquem a participação destes nos grupos de pesquisa desenvolvidos no Mestrado, intensifiquem também a participação dos alunos da Graduação no universo da pesquisa, incentive a participação dos alunos do Mestrado no estágio de docência, promova a socialização do conhecimento produzido aos demais profissionais que estão “fora” da academia, mas que diretamente influenciam na formação dos alunos enquanto supervisores de campo intensifiquem a divulgação deste conhecimento produzido para que este não fique restrito às dissertações de mestrado, expandindo-se para periódicos, artigos, livros/capítulos de livros, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Importa deixar claro que ao destacar a importância de se relacionar o conhecimento produzido com o exercício profissional, não se desconsidera a extrema relevância das demais temáticas, mas o que se pretende é conhecer de que forma a discussão sobre o exercício profissional está presente na produção teórica do Serviço Social, dado sua importância e relevância como objeto de produção do conhecimento.

Sabe-se que o propósito de classificar os trabalhos em eixos temáticos é limitado. Assim, os objetivos deste trabalho não se restringem em conhecer se nas produções de conhecimento realizadas a partir das dissertações de mestrado existe uma preocupação de relacioná-las com o exercício profissional e sim, suscitar alguns possíveis questionamentos a

⁶ Os Programas de Pós-graduação são submetidos à avaliação periódica da CAPES/MEC, considerando-se os seguintes critérios: proposta do programa, corpo docente, atividades de pesquisa, atividades de formação, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 10 de maio de 2011.

partir desta constatação, tais como: Vimos afirmando que a prática profissional é fonte de conhecimento, mas será que de fato esta prática tem sido objeto de pesquisa nas dissertações de Mestrado? Existe uma articulação entre os conhecimentos produzidos na Pós-Graduação com os profissionais que estão “fora” da academia? Existe uma preocupação com o retorno social e com o alcance dos resultados? E o mais importante: o conhecimento produzido tem a perspectiva de se tornar subsídio na intervenção profissional, no sentido de qualificar a atuação e responder as demandas dos usuários? Estas questões foram os eixos que orientaram as análises desta dissertação buscando alcançar os objetivos deste trabalho.

Para responder a estas questões e com base nas referências teóricas, este estudo está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo tratamos de caracterizar e esclarecer algumas categorias chaves, tais como o que é conhecimento e pesquisa. Para tanto, apresentamos as principais formas de conhecimento existente, dando destaque ao conhecimento científico. Também discorremos sobre o que é a pesquisa, e as possibilidades que esta apresenta. Outro ponto abordado neste capítulo refere-se à Teoria Social de Marx e a sua aproximação com o Serviço Social, discussão extremamente necessária para compreender o processo de produção do conhecimento do Serviço Social. Neste item destacamos que esta teoria trouxe uma nova concepção de conhecimento, de método e inovou na relação com as ciências que existiam anteriormente. Ao se discutir esta relação torna-se possível compreender o significado social da profissão, contribuir na reflexão de intervenção sócio-profissional e, sobretudo para fundamentar a teoria e a prática profissional.

No capítulo seguinte discorremos sobre a aproximação do Serviço Social com a pesquisa e com o início da produção do conhecimento, dando destaque ao papel atribuído a Pós-Graduação neste processo, apresentado o contexto em que se gestam os primeiros cursos de Pós-Graduação em Serviço Social, o que possibilitou impulsionar a produção do conhecimento no Serviço Social. Ainda neste capítulo discorremos sobre as particularidades do conhecimento produzido e suas repercussões para o Serviço Social, correlacionando este conhecimento produzido com o exercício profissional. E por fim, o terceiro capítulo objetiva apresentar os dados coletados a partir da análise das dissertações. Para tanto, inicialmente pontuamos o processo de constituição das principais matrizes do conhecimento do Serviço Social brasileiro, resgatando alguns aspectos referentes aos fundamentos do Serviço Social na sociedade brasileira, com o intuito de compreender as dimensões que perpassam o exercício profissional. Neste capítulo também traçamos um breve perfil da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, dando destaque para o programa de Mestrado da UFJF. Para concluir, apresentamos os dados colhidos após as análises.

Cabe ressaltar que se tem a clareza que os resultados desta pesquisa não poderão ser generalizados no sentido de se ter uma panorama das produções de conhecimento produzidas em nível da Pós-Graduação. Mas acredito ser de fundamental importância dar visibilidade às dissertações de Mestrado, correlacionando- as ao exercício profissional.

Assim, acredito que analisar as produções de conhecimento produzidas na Pós-Graduação nos levará a importantes reflexões e constatações, podendo desencadear na comunidade científica do Serviço Social novas reflexões e discussões a respeito da pesquisa e da produção do conhecimento no Serviço Social, em especial, no âmbito da Pós-Graduação.

O presente tema traz muitas possibilidades. Acredito que as reflexões geradas por este estudo pode possibilitar a construção de mediações teóricas e enriquecer a intervenção profissional e a formação acadêmica. Pode contribuir ainda na melhoria da qualidade do atendimento, dando destaque e relevância as produções de conhecimentos que partam da intervenção profissional, repensando assim, a prática profissional e a formação acadêmica, abrindo uma nova perspectiva para a profissão.

CAPÍTULO I- TEORIA SOCIAL DE MARX E SERVIÇO SOCIAL

1.1 Conhecimento e Pesquisa: uma conceituação necessária.

Neste estudo analisamos as produções de conhecimento produzidas nas dissertações de Mestrado realizadas através de pesquisa. Desta forma, dois conceitos devem ficar claros neste trabalho: que tipo de conhecimento estamos colocando como objeto desta dissertação e a que tipo de pesquisa estamos nos referindo. Sendo assim, este item tem por objetivo elucidar os tipos de conhecimento existentes, bem como definir o que é pesquisa.

Ao fazer referência ao conhecimento produzido através das dissertações de Mestrado, não estamos nos referindo ao conhecimento tecnológico ou técnico, ou ainda um conhecimento mais instrumental, por exemplo, e sim, ao conhecimento produzido na Universidade, no âmbito acadêmico, com preocupação científica, de explicar a realidade. Diz Luckesi (2004, p. 122) “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade”. Sendo assim, cabe neste momento discorrer sobre estas questões e esclarecer suas categorias.

Para Setúbal (2005), ao se falar em pesquisa remete-se diretamente a questão do conhecimento e conseqüentemente, da produção do conhecimento. A busca pelo conhecer a realidade não é circunscrita somente ao âmbito da ciência, está presente nos homens, ou seja, é uma atitude inerente aos seres humanos. O homem em sua existência sempre buscou compreender o mundo e a si mesmo, construindo interpretações da realidade de diversas formas. Koche (2003) afirma que o homem é um ser existencial e por isso, tem que interpretar a si e ao mundo em que vive, atribuindo-lhes significações. Ou seja, o homem cria intelectualmente representações significativas da realidade e estas representações chamamos conhecimento. Este conhecimento, dependendo da forma pela qual se chega a essa representação significativa, pode ser, em linhas gerais, classificado em diversos tipos: conhecimento sensível (senso comum), conhecimento filosófico, conhecimento religioso e conhecimento científico. “Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso)” (NETTO, 2009 a, p. 7).

O conhecimento popular ou o conhecimento conhecido como senso comum, “é a forma mais usual que o homem utiliza para interpretar a si mesmo, o seu mundo e o universo como um todo” (KOCHE, 2003, p. 23). É aquele que norteia o cotidiano das pessoas, este conhecimento os homens têm sem saber seus fundamentos ou razões. “É o saber que preenche

nossa vida diária e que se possui sem o haver procurado ou estudado, sem a aplicação de um método e sem se haver refletido sobre algo” (BABINI, apud LAKATOS, 2003, p. 77). Sobre este tipo de conhecimento, Netto (2011) exemplifica.

“Boa parte do nosso conhecimento do mundo opera assim. Você sabe ligar seu carro, sabe que tem que abastecê-lo, lubrificá-lo etc., mas não tem a menor ideia de como o motor funciona – e, para dirigir bem, não precisa dominar o conhecimento de como ele funciona. Eu diria que esse conhecimento é prático-mental. Se você observar bem, verá que quase tudo o que você faz durante o dia é com esse tipo de conhecimento”⁷.

Portanto, o conhecimento popular não tem como objetivo a explicação real e verdadeira da realidade, pois é um conhecimento superficial. Porém é uma das formas mais usadas para explicação da realidade (KOCHE, 2003). É o conhecimento obtido ao acaso, após inúmeras tentativas, ou seja, o conhecimento adquirido através de ações não planejadas. Nas palavras de Chauí (2012, p. 276), “A ciência distingue-se do senso comum porque este é uma opinião baseada em hábitos, preceitos, enquanto a primeira baseia-se em pesquisas, investigações metódicas e sistemáticas e na exigência de que as teorias sejam internamente coerentes e digam a verdade sobre a realidade”. Por esse motivo é que o senso comum, não pode conseguir mais do que uma objetividade limitada, assim como é limitada sua racionalidade, pois está estreitamente vinculado à percepção e à ação. Nas palavras de Koche (2003, p. 24), “O conhecimento do senso comum, sendo resultado da necessidade de resolver os problemas diários não é, portanto, antecipadamente planejado ou programado”.

A característica de *assistemático* baseia-se na "organização" particular das experiências próprias do sujeito cognoscente, e não em uma sistematização das ideias, na procura de uma formulação geral que explique os fenômenos observados, aspecto que dificulta a transmissão, de pessoa a pessoa, desse modo de conhecer. É *verificável*, visto que está limitado ao âmbito da vida diária e diz respeito àquilo que se pode perceber no dia-a-dia. Finalmente é *falível* e *inexato*, pois se conforma com a aparência e com o que se ouviu dizer a respeito do objeto. Em outras palavras, não permite a formulação de hipóteses sobre a existência de fenômenos situados além das percepções objetivas (LAKATOS, 2003, p. 77).

Além das características acima, Chauí (2012) destaca outras referentes ao senso

⁷

Entrevista concedida a Cátia Corrêa Guimarães, coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/10.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

comum: “São subjetivos, isto é, exprimem sentimentos e opiniões individuais de grupos, variando de uma pessoa para outra; agrupam-se ou distinguem-se conforme as coisas e os fatos nos pareçam semelhantes ou diferentes; são individualizadores; não se surpreendem com a regularidade (...)” (Ibid, p. 273).

Além do conhecimento popular e do senso comum, existem também o conhecimento filosófico que questiona os fundamentos mais profundos do ser social, estuda as leis mais gerais do ser social (universo, vida, homem, sociedade e pensamento. Desta forma, o conhecimento filosófico é não verificável, já que os enunciados das hipóteses filosóficas, ao contrário do que ocorre no campo da ciência, não podem ser confirmados nem refutados. Busca dar sentido aos fenômenos gerais do universo, ultrapassando os limites formais da ciência. É fruto do raciocínio e da reflexão humana.

Assim, se o conhecimento científico abrange fatos concretos, positivos, e fenômenos perceptíveis pelos sentidos, através do emprego de instrumentos, técnicas e recursos de observação, o objeto de análise da filosofia são idéias, relações conceptuais, exigências lógicas que não são redutíveis a realidades materiais e, por essa razão, não são passíveis de observação sensorial direta ou indireta (por instrumentos), como a que é exigida pela ciência experimental (LAKATOS, 2003, p. 78).

Já o “conhecimento” religioso baseia-se em verdades indiscutíveis reveladas pelo sobrenatural. É o conhecimento revelado pela fé divina ou crença religiosa. Não pode, por sua origem, ser confirmado ou negado. Depende da formação moral e das crenças de cada indivíduo. Para Lakatos (2003), o conhecimento religioso apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas (*valorativas*), por terem sido reveladas pelo sobrenatural (*inspiracional*) e, por esse motivo, tais verdades são consideradas *infalíveis* e indiscutíveis (*exatas*); é um conhecimento *sistemático* do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino; suas evidências *não são verificadas*: está sempre implícita uma atitude de fé perante um conhecimento revelado. Assim, o conhecimento religioso ou teológico parte do princípio de que as "verdades" tratadas são infalíveis e indiscutíveis, por consistirem em "revelações" da divindade (sobrenatural). “O conhecimento religioso se fundamenta em dogmas e ritos que são aceitos pela fé. Não são objeto de provas e nem são admitidas críticas porque, imbuído pelo dogmatismo, aceita suas verdades como absolutas e irrefutáveis.” (NASCIMENTO, 2002, p. 4).

Se o fundamento do conhecimento científico consiste na evidência dos fatos

observados e experimentalmente controlados, e o do conhecimento filosófico e de seus enunciados, na evidência lógica, fazendo com que em ambos os modos de conhecer deve a evidência resultar da pesquisa dos fatos ou da análise dos conteúdos dos enunciados, no caso do conhecimento teológico o fiel não se detém nelas à procura de evidência, pois a toma da causa primeira, ou seja, da revelação divina (LAKATOS, 2003, p. 79).

Em seu livro *Convite à Filosofia*, Chauí (2012, p. 330) resgata uma importante afirmação de Marx sobre o conhecimento religioso

Todavia, Marx fez uma outra afirmação que, em geral, não é lembrada. Disse ele que “a religião é lógica enciclopédia popular, espírito de um mundo sem espírito” Que significam estas palavras? Com elas Marx procurou mostrar que a religião é uma forma de conhecimento e de explicação da realidade, usada pelas classes populares- lógica e enciclopédia- para dar sentido às coisas, às relações sociais e políticas, encontrando significações- o espírito no mundo sem espírito- que lhe permitam, periodicamente, lutar contra os poderes tirânicos.

E por fim, temos o conhecimento científico que segundo KOCHE (2003, p. 29) “(...) é um produto resultante da investigação científica”, que é buscado através da pesquisa, entendida enquanto sistematização do conhecimento. No conhecimento científico a busca por conhecer é sistematizada, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Lakatos (2003, p. 79) destaca uma importante característica de conhecimento científico: “constitui-se em conhecimento *falível*, em virtude de não ser definitivo ou final e, por este motivo, é *aproximadamente exato*: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente”.

O conhecimento científico surge da necessidade de o homem não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle dos mesmos. Cabe ao homem, otimizando o uso da sua racionalidade, propor uma forma sistemática, metódica e crítica da sua função de desvelar o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo (KOCHE, 2003, p. 29).

Chauí (2012) destaca que em quase todos os aspectos, o conhecimento científico opõe-se às características do senso comum.

(...) é objetivo, pois procura as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas; é quantitativo, ou seja, busca medidas, padrões, critérios de

comparação, e de avaliação para coisas que parecem diferentes; é homogêneo, isto é, busca as leis gerais de funcionamento dos fenômenos, que são as mesmas para fatos que nos parecem diferentes; é generalizador, pois reúne individualidades sob as mesmas leis, os mesmos padrões ou critérios de medidas; é diferenciador, pois não reúne nem generaliza por semelhanças aparentes, mas distigüe as que parecem iguais, desde que obedeçam a estruturas diferentes; procura renovar-se e modificar-se continuamente, evitando a transformação das teorias em doutrinas e destas em preceitos sociais (Ibid, p. 274/275).

Como exposto e conforme destaca Chauí (2012), o conhecimento científico não é a única forma existente de conhecimento. Cabe destacar que ao se colocar como questão central neste trabalho o conhecimento científico, não se está desconsiderando as outras importantes formas de conhecimento. Cada forma de produção de conhecimento parte de uma determinada visão que se tem da realidade. Sobre isto, Netto (2011) afirma,

(...) Se a ciência é indispensável para o conhecimento do mundo, isto não significa dizer que as outras modalidades de conhecimento sejam dispensáveis: não se pode conceber o mundo, quando a sociabilidade está desenvolvida, sem a arte e sem a manipulação prático- mental. Mas é a ciência que permite saber como o mundo é independentemente da sua subjetividade⁸.

Assim, a consciência pode relacionar-se com o mundo de maneiras variadas- senso comum, ciência, filosofia, artes, religião- de sorte que não há oposição nem exclusão entre elas, mas diferença. Isso significa que a oposição só surgirá quando a consciência, estando numa atitude, pretende relacionar-se com o mundo utilizando significações e práticas de uma outra atitude (CHAUI, 2012, p. 334).

Da mesma forma que não há apenas um tipo de conhecimento não há apenas uma forma de produção de conhecimento, ao contrário existem várias formas, e a pesquisa científica é uma destas. Sendo assim, torna-se necessário explicitar com clareza nosso entendimento acerca desta categoria. De acordo com Cassab (2007, p. 56), “a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade, ou para se descobrir verdades”. A pesquisa possibilita a construção de categorias, que segundo Ianni (1984), podem ser traduzidas em “conceitos”, leis. A construção da categoria é a explicação científica de um acontecimento. Esta construção é resultado da reflexão sobre o acontecimento, ou objeto, que está sendo pesquisado. Essa proposta implica que o pesquisador se coloque diante

⁸ Entrevista concedida a Cátia Corrêa Guimarães, coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/10.pdf> . Acesso em 15 de agosto de 2012.

do fato sempre interrogando-o, sobre todos os aspectos e perspectivas, que não se dão a conhecer imediatamente, uma vez que a realidade é complexa, heterogênea e contraditória. Sendo assim, a categoria construída é o resultado de uma reflexão que questiona e interroga o real reiteradamente, e desvenda do real aquilo que não está dado, ou seja, aquilo que não é imediatamente verificado. O próximo item aprofundará nestas questões, porém é importante neste momento explicitar que o método materialista histórico dialético- método este que orientará as reflexões deste trabalho- não oferece regras para orientar a pesquisa, nem um modelo para dirigir a investigação. O método materialista dialético “não é um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para enquadrar o seu objeto de investigação” (NETTO, 2009a, p. 25).

De uma forma geral pode-se afirmar que toda pesquisa parte de uma dúvida, de uma indagação, ou seja, da busca de respostas para alguma pergunta. Entretanto nem toda pesquisa é científica, pois pesquisa remete a busca de respostas para um problema, mesmo que não seja de forma científica. A pesquisa revela um esforço no sentido de adquirir conhecimento que permita solucionar questões.

Evidentemente que a pesquisa científica difere-se de outros tipos de pesquisa em diversos aspectos. Para Parra Filho e Santos (1998, p. 95, destaque do autor) o “[...] trabalho desenvolvido por cientistas a partir de métodos, leis e teorias devidamente comprovadas na busca de novos conhecimentos denomina-se *pesquisa científica*”. Acrescentam ainda que esta pesquisa é planejada e desenvolvida segundo metodologias aceitas cientificamente, além de proporcionar acréscimo ao conhecimento já existente sobre o objeto pesquisado.

A pesquisa científica é, portanto intencionalmente planejada e desenvolvida a partir de procedimentos metodológicos, alicerçada em bases teóricas, e tem objetivos claramente estabelecidos de avançar o conhecimento. Nas palavras de Lakatos (2003, p.154), “(...) pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. A busca de conhecimento sobre determinado objeto de pesquisa parte do conhecimento já acumulado e visa acrescentar algo a este saber. Para Goldenberg (1997, p. 105) a pesquisa “[...] é um trabalho de produção de conhecimento sistemático, não meramente repetitivo, mas produtivo que faz avançar a área de conhecimento a qual se dedica”. A pesquisa tem potencial de desenvolver determinada área de conhecimento possibilitando sua ampliação.

A pesquisa científica é o produto de uma investigação, cujo objetivo é resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos. A investigação é a composição do ato de delimitar, observar e experimentar os fenômenos, colocando de lado a sua compreensão a partir de apreensões superficiais, subjetivas e imediatas. (BARROS; LEHFELD, 2003, p.30).

Minayo (2007, p.16, destaque do autor) traz para discussão importantes aspectos a partir de seu entendimento de pesquisa, ao dizer que

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos.

Um aspecto apontado pela autora é que a pesquisa é uma prática teórica, porém articuladora do pensamento e ação. Os problemas de pesquisa são identificados a partir da própria realidade. Minayo (2007) aponta também que toda investigação relaciona-se a determinadas condições socialmente estabelecidas que não podem ser ignoradas, ao contrário são essenciais para o desvendamento do real.

Como já destacado acima, os resultados da pesquisa, ou seja, os conhecimentos produzidos sobre a realidade não são definitivos, são históricos, e também não conseguem refletir a realidade em sua totalidade, uma vez que a realidade social é sempre mais do que se possa falar sobre ela. Este conhecimento é sempre aproximado e se faz por sucessivas aproximações⁹.

Podemos perceber que em todas as definições um ponto comum é que a pesquisa é um processo sistemático, sistematizado e segue procedimentos da metodologia científica. Porém, cabe destacar que o objetivo da pesquisa não é apenas sistematizar conhecimento, embora este seja um nível relevante ao processo investigativo. “O objetivo é gerar conhecimento, renovar referenciais teórico-metodológicos” (BOURGUIGNON, 2005, p. 209). Com tais afirmações, queremos reforçar a concepção de pesquisa, onde há um lugar garantido para a indagação inacabada, para movimentos de aproximação sucessivos, onde teoria e dados dialogam,

⁹ Este ponto será discutido com mais detalhes no item 1.2: Fundamentos da Teoria Social de Marx.

permanentemente, enfatizando, como Demo (1991, p. 16) que não se trata apenas de busca de conhecimento, mas,

Igualmente, como atitude política, sem reducionismo e embaralhamento, num todo só dialético (...) atitude processual de investigação do desconhecido e dos limites que a natureza e sociedade nos impõem (...). Pesquisa é descoberta da realidade (...). é diálogo inteligente com a realidade (...). Pesquisar, assim, é sempre também dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro de um contexto comunicativo nunca de todo devassável e que sempre pode ir a pique (...). Pesquisa é sempre também fenômeno político (...) pesquisar somente para saber já seria proposta alienante, porque desencarna a pesquisa da sua face inserida na realidade histórica.

Diante do exposto, consideramos relevantes as contribuições de Lefebvre (1991, p.49 – 50) ao sintetizar as características gerais do conhecimento, sendo elas:

1-O conhecimento humano é prático: “(...) Antes de elevar-se ao nível teórico, todo conhecimento começa pela experiência, pela prática. Tão somente a prática nos põe em contato com as realidades objetivas...”;

2-O conhecimento humano é social: “(...) na vida social, descobrimos outros seres semelhantes a nós, nós agimos sobre eles e com eles.” Estabelecemos relações cada vez mais ricas e complexas ao desenvolvermos nossa vida individual e conhecermos aos outros. Além disso, nestas relações e na prática social desencadeada a partir delas, reproduzimos o conhecimento acumulado pela humanidade.

3-O conhecimento humano tem caráter histórico: Todo conhecimento é adquirido e conquistado. “(...) O imenso labor do conhecimento humano consiste num esforço secular para passar da ignorância ao conhecimento.” Trata-se de um processo incessante e metódico, mobilizado pelas necessidades concretas humanas. A produção de conhecimento via pesquisa é condição ontológica da existência humana, isto é, faz parte da natureza humana produzir conhecimento para responder às suas necessidades através da pesquisa.

Como se vê, o ser humano é capaz de produzir diversos tipos de informações, conhecimentos e saberes. Todos os tipos de conhecimentos existentes possuem importância e refletem na formação do indivíduo. Porém, o conhecimento científico possui embasamento sustentável, necessário para que seja possível realizar pesquisas e desenvolvimentos de produtos que venham propiciar além de soluções para os problemas encontrados, o desejo de fornecer explicações sistemáticas, que possam ser testadas e criticadas. Esclarecidos estes conceitos, podemos avançar nas discussões. Outro ponto de extrema relevância a ser discutido

nos próximos itens refere-se à Teoria Social de Marx e a sua aproximação com o Serviço Social. Veremos que esta teoria trouxe uma nova concepção de conhecimento, de método e inovou na relação com as ciências que existiam anteriormente. Com relação ao Serviço Social, este se aproximou da Teoria Social de Marx a partir de fins da década de 70, sobretudo, a partir de 1980. Ao se discutir esta relação torna-se possível compreender o significado social da profissão, contribuir na reflexão de intervenção sócio-profissional e, sobretudo para fundamentar a teoria e a prática profissional.

1.2 Fundamentos da teoria social de Marx

Para compreender todo o processo histórico de aproximação do Serviço Social no Brasil com a pesquisa e, conseqüentemente, o início da produção do conhecimento, faz-se necessário esclarecer e discutir algumas categorias fundamentais para o entendimento deste processo, tais como: teoria, prática, relação entre elas, práxis, particularidades do conhecimento no Serviço Social, etc. Para tanto, torna-se necessário retomar alguns pontos importantes da matriz hegemônica do pensamento do Serviço Social: a Teoria Social de Marx, assim como traçar um breve histórico da aproximação do Serviço Social brasileiro com esta vertente do pensamento.

Um primeiro ponto importante a ser destacado da teoria social de Marx se refere ao método de investigação. Este método deve ser compreendido na concepção do materialismo dialético¹⁰. Marx no seu livro O Capital, Livro I, afirma: “... o momento da investigação tem que captar com detalhes a matéria, analisar suas formas de evolução, assim como rastrear sua conexão íntima. Somente nesse momento é que se pode expor adequadamente o movimento real”. Lefebvre (1977) afirma que no método de investigação de Marx apossar-se do real é ir para além do imediato, do sensível, para que se possam alcançar conhecimentos mediatos (pensamentos e ideias) através da inteligência e da razão. Portanto, parte-se do sensível, do empírico, para superá-lo. Assim para Marx, a aparência, o empírico, é o ponto de partida para o conhecimento.

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica- por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo esta

¹⁰ Materialismo porque somos o que as condições materiais (as relações sociais de produção) nos determinam a ser e pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. Por afirmar que o processo histórico é movido por contradições sociais, o materialismo histórico é dialético (CHAUÍ, 2012, p. 481).

aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável-, é apreender a essência do objeto, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência visa alcançar a essência do objeto (NETTO, 1999, p. 672).

O caminho pelo qual se pode desvendar a constituição dos fenômenos através de aproximações contínuas sem a pretensão de esgotar a realidade é através do método crítico-dialético.

Como bom materialista, Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se se quiser, o método (NETTO, 2009a, p. 19)

Para Marx, este processo de conhecimento realizado a partir da imediaticidade tem dois momentos: o “caminho de ida” – ponto de partida – e o “caminho de volta” – ponto de chegada. O caminho de ida é o primeiro momento: o momento em que nos deparamos com a “representação caótica do todo”, pois ainda não se entrou em contato com as várias determinações que constituem esse todo. Nesse momento, o concreto se mostra na sua aparência. Cabe destacar que o concreto é a realidade, que é fática, material e objetiva e é constituído de elementos que se relacionam entre si. O concreto é o primeiro momento como uma unidade sintetizada. É a aparência em que se vê somente as formas sintéticas, é a relação imediata. A aparência é uma dimensão do concreto, pode desvelar e esconder o concreto. Deve-se penetrar no concreto e descobrir suas múltiplas determinações que estão no próprio concreto. “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida efetivo (...)” (MARX, 1999, p. 39-40).

Assim, o concreto é aquilo que se quer alcançar, que se quer compreender; portanto, ele é o resultado a que se quer chegar. Contudo, ele é ao mesmo tempo, o ponto de partida, uma vez que é a partir dessa observação imediata que se buscam suas múltiplas determinações – para conhecê-lo em sua singularidade, particularidade e universalidade –, tendo em vista a concepção de totalidade. É a partir das representações que se inicia o processo do pensamento (SANTOS, 2006, p. 125).

Para Marx, deve-se usar a razão, através da abstração para poder conhecer o concreto. A abstração é um procedimento racional e identifica os elementos constitutivos do concreto. Netto (2009a) afirma que estes elementos constitutivos do concreto são as determinações. Por isso que o conhecimento do concreto é o conhecimento de suas múltiplas determinações que devem ser reproduzidas mentalmente. Já a representação mental de uma determinação que está na realidade são as categorias. Para Marx, “elas exprimem formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de uma sociedade determinada”. Existe uma relação entre as determinações, tendo assim uma nova categoria. Para cada categoria mais complexa, deve-se entender as categorias mais simples.

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade), um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável- aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir “determinações mais simples” (NETTO, 2009a, p. 18).

Já o segundo momento, o caminho de volta é o momento em que, através da compreensão do concreto em sua universalidade, retorna-se para ele, porém não mais como um concreto apropriado apenas na sua aparência. Ele se tornou um concreto pensado, o sujeito o vê em suas conexões, contradições, em sua totalidade. Nesse sentido, aparência e essência se encontram. Como não se esgotam as determinações encontradas no concreto, esse processo não é acabado, mas sim um processo de aproximação sucessiva do real. Este concreto pensado tem que ser posto em cheque. Desta forma, deve-se voltar ao concreto, pois a realidade não é imutável. É esta “viagem de volta” que caracteriza, segundo Marx, o método adequado para a elaboração teórica.

Esta concepção dialética da totalidade, que tanto se afasta em aparência da realidade imediata e que constrói esta realidade de um modo aparentemente não-científico, é, de fato, o único método que pode captar e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta é, pois, a categoria fundamental da realidade (LUCKÁCS, 1979, p. 24).

O que distingue Marx de outros pensadores da modernidade é que o mesmo concebe

o objeto como produto da história, ou seja, o objeto pré-existe ao sujeito, e não é resultado do pensamento, mas a apreensão do objeto só pode ser feita no plano do pensamento que capta o movimento do objeto, captura as determinações implícitas e reproduz como concreto pensado. “Para Marx, o objeto de pesquisa tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador para existir” (NETTO, 2009a, p. 8). Se a prática é anterior a teoria, isso significa que há uma relativa autonomia entre teoria e prática e “nessa autonomia” a prática precede a teoria porque é mais dinâmica. Se a prática humana é mais dinâmica que a teoria, conclui-se que esta será sempre “aproximativa”. “O conhecimento é prático. Antes de elevar-se ao nível teórico, todo conhecimento começa pela experiência, pela prática. Tão somente a prática nos põe em contato com as realidades objetivas” (LEFEBVRE, 1977, p. 49). O conhecimento quanto mais próximo da realidade, mais verdadeiro ele se torna.

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. MARX, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é *o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. *A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2009a, p. 7).

Sendo assim, se o conhecimento é aproximativo, a teoria não é algo que pode servir de modelo, até mesmo porque, se ela é uma reprodução do objeto pelo pensamento, ao se conhecer determinados objetos de realidade social, o processo de conhecimento deve ser retomado e revisado. Marx dizia que o conhecimento teórico é a “reprodução mental do movimento ideal do objeto pelo sujeito que pesquisa”. Nas palavras de Netto (2009a, p. 9) “a teoria tem uma instância de verificação da sua verdade, instância que é a prática social e histórica”. A explicação teórica está na realidade que é decodificada no pensamento. Deve-se conhecer para transformar a realidade, pois o conhecimento sozinho não muda nada. Assim, ela serve como referência para uma análise, não podendo ser confundida, contudo, com um modelo a ser seguido, nem podendo ser tomada como absoluta.

Para o método dialético, a realidade comporta três níveis de generalizações que se encontram entrelaçados no real, quais sejam, o nível da universalidade, o nível da

particularidade¹¹ e o nível da singularidade¹². Sendo assim, estes níveis são dimensões da realidade, são níveis de abrangência da realidade os quais constituem as instâncias da totalidade social, sendo categorias que existem na realidade. Marx compreende a sociedade partindo de uma perspectiva de totalidade. Isso quer dizer que a categoria da totalidade¹³ é a categoria fundamental de análise nesse pensador.

Cabe também precisar o sentido das “determinações”: determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade; nas palavras de um analista, para Marx, a determinação é um “momento essencial constitutivo do objeto” (DUSSEL, 1985, p. 32). Por isto, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade (NETTO, 1999, p. 688).

Para Kosík (1985), a categoria totalidade é um dos conceitos centrais que distingue a dialética da metafísica. Destaca também que a posição da totalidade coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais e não atinge a compreensão dos processos evolutivos da realidade.

Do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética de lei e da casualidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção e assim por diante. Marx se apossou desta concepção dialética (...) (KOSÍK, 1985, p. 33).

O autor destaca que para conhecer a realidade é preciso saber o que é a realidade. Se é um conjunto de fatos, resulta primeiramente que a concreticidade é a totalidade de todos os

¹¹ (LUKÁCS, *apud* GUERRA, 1997), afirma: é o centro e o ponto médio; é o ponto de partida e de chegada dos movimentos. O movimento percorre da particularidade à generalidade e vice-versa e atua como vinculação entre particular e geral. Este movimento se realiza entre centro e periferia e não transversalmente. A particularidade sempre se coloca “em relação a”. Em determinada relação o particular se torna um universal ou singular.

¹² A singularidade é rica em determinações quando ela é o anel conclusivo de uma cadeia de conhecimentos que leva, das leis descobertas da universalidade concreta à singularidade como fim do processo de pensamento. (LUKÁCS, *apud* GUERRA, 1995, p. 15).

¹³ Segundo (GUERRA, 1997): a necessidade de conceber a sociedade como totalidade, ou seja, como uma realidade complexa e articulada já se encontra em Hegel, para quem, há na realidade diversos níveis ou instâncias relativamente autônomas umas das outras. Essa realidade é constituída de diferentes níveis, daí a hierarquização histórico-ontológica de categorias que se expressam com maior ou menor ponderação em determinados momentos.

fatos e posteriormente que não é possível conhecê-la na sua concreticidade já que a cada fenômeno é possível acrescentar ulteriores facetas e aspectos, ou seja, mediante este infinito acrescentamento pode-se demonstrar a abstratividade e a não-concreticidade do conhecimento. Para Kosik (1985) “todo conhecimento (...) é necessariamente conhecimento de aspectos abstratos e não poderemos jamais compreender a estrutura concreta da realidade social em sim mesma” (p. 35). Para ele, totalidade significa

(...) realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (...) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (...) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético (...) - se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1985, p. 35-36).

Para Kosik (1985), a dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda conhecer todas as relações e processos da realidade e oferecer um panorama da mesma. É a teoria da realidade como totalidade, portanto a realidade entendida como concreticidade é um todo que possui sua própria estrutura, não imutável e nem um todo perfeito e acabado.

O autor defende que o ponto de vista da totalidade concreta é o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social que significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Este fenômeno torna-se um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo.

A recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam que os fatos isolados são abstrações em que só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. O conhecimento de fatos da realidade vem a ser conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real uma vez que o real é um todo estruturado que se desenvolve e se cria.

O autor destaca que o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, em que cada início é abstrato e relativo. Destaca ainda que sendo a realidade um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em acrescentar fatos a outros fatos.

É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlação em espiral no qual todos os conceitos entram em

movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. (KOSIK, 1985, p. 41-42).

Em outras palavras: a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. No pensamento dialético o real é entendido como um todo que não é apenas um conjunto de relações e fatos, mas também a sua criação, estrutura e gênese. Como destaca Kosik (1985, p. 42) “Ao todo dialético pertence a criação do todo e a criação da unidade, a unidade das contradições e sua gênese” .

Com o exposto pode-se depreender que a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que se possa obter dela. Há sempre algo que escapa às sínteses, porém, não se dispensa o esforço de elaborar sínteses, quando se procura entender melhor a realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de *totalidade*. A totalidade é maior do que a soma das partes que a constituem.

Estas dimensões (universalidade, particularidade e singularidade) estão presentes na realidade e necessitam ser desvendadas, tendo ou não consciência delas. Assim, no processo de apreensão do real pela consciência, parte-se do singular para o universal, mas sendo preciso voltar ao singular. Essas passagens são mediatizadas pela categoria da particularidade. Nesse processo do singular ao universal e deste ao singular, cheio de determinações, o particular é o campo de mediação. “O singular só pode ser cientificamente conhecido quando se esclarecem as universalidades e particularidades histórico- sociais que intervêm sobre esse singular, o que faz com que todo singular seja universal e todo universal só apareça no singular” (SANTOS, 2006, p. 129).

Dentro da totalidade social está contida a categoria da mediação, configurando sua processualidade e assegurando ao sujeito sua apreensão. São dos processos de mediação que são construídas e apresentadas as relações imanentes das instâncias complexas constituintes da realidade social. A prática profissional organizada e operacionalizada nos processos de mediação, contém um significado que determina a realização de uma intencionalidade.

No movimento dialético da totalidade, a mediação possibilita passar do abstrato para o concreto, executando a relação entre os complexos da totalidade através de passagens e conversões. Deve-se entender ainda, que a realidade não se desvela de início ao ser social,

mas através de mediações que objetivam possibilitar a totalidade concreta em sua dinâmica processual. Ainda, se utiliza a mediação para captar a singularidade do ser, como ser humano genérico, constituinte de uma totalidade.

Diante do exposto, faz-se necessário refletir sobre a relação teoria/prática – núcleo fundante da práxis e essencial ao processo de construção de conhecimento na perspectiva da teoria social de Marx. Neste sentido, torna-se necessário elucidar seus conceitos

Teoria é a apreensão das determinações que constituem o concreto e prática é o processo de constituição desse concreto; teoria é a forma de atingir, pelo pensamento, a totalidade, é a expressão do universal, ao mesmo tempo que culmina no singular e no universal. É através da teoria que se pode desvendar a importância e o significado da prática social, ou seja, ela é o movimento pelo qual o singular atinge o universal e deste volta ao singular. A prática é constitutiva e constituinte das determinações do objeto; gera produtos que constituem o mundo real; não se confunde, portanto, com a teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração. Nesse caso, ela só se transforma em teoria se o sujeito refleti-la teoricamente (SANTOS, 2006, p. 134).

Em outras palavras: a teoria é reprodução do objeto no sentido do objeto já fazer parte da realidade, já existir, ou seja, a teoria o reconstitui pelo pensamento. A sua produção não é dada pela consciência, mas na prática, podendo ser, contudo, reproduzido no âmbito da razão a partir do momento em que o objeto do conhecimento já existe no mundo. Nesse sentido, a teoria e a prática constituem aspectos inseparáveis do conhecimento e devem ser consideradas em sua unidade, “levando em conta que a teoria não só se nutre da prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação” (BATTINI, 1994, p. 144).

Nesse sentido, podemos concluir que somente a reflexão teórica não “constrói” um objeto, visto que ele já existe. Ela permite ao sujeito conhecer os elementos que compõem as determinações do objeto, para modificá-lo. Sendo assim, se a teoria é um instrumento de análise do real e esse objeto é anterior à teoria, pode-se inferir que essa última tem na prática seu fundamento.

A prática mantém sua primazia com relação à teoria, sem que tal primazia dissolva a teoria na prática nem a prática na teoria. Por manterem uma e outra relações de unidade, e não de identidade, a teoria pode gozar de certa autonomia em relação às necessidades práticas, mas de uma autonomia relativa, porquanto, como vimos insistindo, o papel determinante corresponde à prática como fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria. (VÁZQUEZ, 1977, p. 238)

Mediante estas definições pode-se afirmar que, na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Isto só se torna verdadeiro quando se considera a teoria algo pronto que pode se adequar a uma prática. Como vimos, a teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela.

Neste sentido, sendo a teoria um modo de ler e interpretar a realidade isto implica afirmar que seu *locus* de atuação é a prática, possibilitando transformações e se alimentando da mesma. Enfim, teoria e prática formam uma unidade, apesar de suas diferenças.

As relações entre teoria e prática expressam-se em uma unidade indissociável, na qual existe a dependência da teoria em relação à prática, e esta última situando-se como fundamento e finalidade daquela. O espaço de operação da unidade teoria-prática é a própria prática que, ao operar a relação, mantém autonomia e posição relativa entre uma e outra (BATTINI, 1994, p. 144).

Iamamoto (1994) ressalta o caráter de “possibilidade” da teoria, ou seja, a teoria afirma-se, também, como teoria das possibilidades da ação. “Assim, se ela é condição para a explicação do real, *é também condição para desvendar as possibilidades de ação no processo social*” (*Ibid*, p.178). Apesar de possibilitar a ação, o âmbito da possibilidade não é o da efetividade, este é o da prática.

Uma outra consideração é a de que o processo de investigação, para Marx, não modifica necessariamente o dado. Isso significa que a teoria não passa, de imediato, à prática, uma vez que o dado, o concreto – produto das ações práticas do homem – pode continuar o mesmo no plano empírico. “Ou seja, o que a teoria modifica, de imediato, é o conhecimento que se tem sobre o concreto. Esse é o método do conhecimento. Contudo, a Teoria Social de Marx pode possibilitar a transformação social, sendo para isso necessárias mediações” (SANTOS, 2006, p. 124).

Sobre o caráter transformador da teoria em Marx, Kameyama (1989, p. 100) diz

[a teoria é] a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, idéias, referentes à essência do objeto, a suas conexões internas, às leis do seu

funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade. A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora. Por isso, então, na teoria marxiana a questão do conhecimento está internamente ligada com a questão da transformação. O conhecimento visa a transformação que é a prática social.

Neste sentido, a produção do conhecimento pela perspectiva crítica deve ser discutido como elemento de transformação da realidade social pela mediação do trabalho humano, “chamando o profissional a um maior comprometimento ético - político com os resultados de sua prática, frente a uma realidade social complexa e histórica que precisa ser desvelada e transformada” (BOURGUIGNON, 2005, p. 53). Sendo assim, a teoria social de Marx foi elegida como referencial de análise neste trabalho por ser aquela teoria referência da nossa formação profissional, tendo hegemonia na produção do conhecimento no Serviço Social, além disso, foi a partir da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista que iniciou-se a produção do conhecimento do Serviço Social, conforme veremos a seguir. Ademais, a apreensão do método dialético, com a percepção das categorias fundamentais da totalidade da vida social, comportando a universalidade, a singularidade e a particularidade, além das categorias de produção, mediação e de classe social possibilitam a compreensão do real, onde sujeito e objeto são articulados entre si, resultando em um processo constituinte de conhecimento do real, possibilitando apreendê-lo na totalidade e no movimento. Em outras palavras: com a teoria marxiana torna-se possível realizar a análise da realidade incorporando o raciocínio dialético-materialista que concebe a análise de totalidade o que permite compreender o funcionamento da sociedade capitalista. A teoria social de Marx, a nosso ver, pode ser considerada o caminho mais fecundo para o conhecimento do ser social, para o conhecimento dos fenômenos da vida social, tendo em vista que busca captar esses fenômenos em sua dimensão de totalidade. É a teoria social de Marx que fornece os elementos categoriais para debater e analisar a composição da sociedade burguesa de forma crítica e histórica. Permite perceber o desenvolvimento da sociedade burguesa a partir da compreensão do ser social e das formas como este ser produz e se reproduz no contexto das relações sociais.

1.3 Aproximação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista

Para traçar este histórico da aproximação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista faz-se necessário retomar alguns aspectos no processo de formação profissional recente. Desse modo, Netto (2008) afirma que, até meados da década de 60, o modelo tradicional de atuação no Serviço Social, não apresenta grandes polêmicas quanto as suas elaborações teórico-metodológicas. “A recepção *a-crítica* das Ciências Sociais e Humanas marcou o início do Serviço Social” (LARA, 2008, p. 23). Nesse período, evidenciam-se as preocupações em torno das “teorizações” no Serviço Social¹⁴.

Netto (2008), ao analisar o período da “autocracia burguesa”¹⁵ e a relação com o Serviço Social vai assinalar que, nos idos dos anos 70, consolida-se no interior da categoria, dois processos de grande envergadura: 1) o Movimento de Reconceituação, na América Latina, que aposta na revisão crítica radical do tradicionalismo profissional e propõe uma construção nova de uma teoria e práxis para o Serviço Social contrária à abordagem desenvolvimentista vigente na realidade latino-americana da época e; 2) o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro que busca novos recursos teóricos e interventivos que pudessem auxiliar os Assistentes Sociais nas suas práticas profissionais e que atendessem as demandas de qualificação exigidas pela ditadura militar na área das ciências humanas, não só no Serviço Social, como a necessidade de aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos profissionais na área de planejamento e implantação de projetos de desenvolvimento.

¹⁴ Parece haver consenso entre os estudiosos da matéria ao reconhecerem que a preocupação com a teorização no Serviço Social emerge explicitamente na segunda metade dos anos 60. “Data de então – (...) um esforço, cujos resultados ainda reclamam uma avaliação cuidadosa, para pensar o Serviço Social (como conjunto de práticas profissionais e como articulação de saberes) recorrendo a parâmetros, balizas e critérios gestados no seu exterior, seja no âmbito das chamadas Ciências Sociais, seja no da tradição marxista.” (NETTO, 1989, p.146)

¹⁵ O período da “autocracia burguesa” é considerado por Netto (2008) como sem precedentes na historiografia da profissão, pelo desenvolvimento que a mesma alcançou. “Entendemos que o ciclo autocrático burguês recobre três lustros- de abril de 1964 a março de 1979: do golpe à posse do general Figueiredo” (NETTO, 2008, p. 34). Florestan Fernandes, ao longo de duas décadas marcou sua intervenção no debate político e acadêmico com uma interpretação particular da sociedade brasileira desenvolvendo a teoria da autocracia burguesa e do caráter sincrético do Estado brasileiro. Em sua chave explicativa, o Estado burguês brasileiro constitui-se como uma autocracia, restringindo a sociedade civil e a Nação por ele reconhecidas aos estratos burgueses e seus movimentos políticos e sociais, excluindo politicamente a enorme massa popular, e interditando a ascensão dos trabalhadores, em particular, e das classes oprimidas, em geral, à condição de sujeito político. Como resultado histórico da incapacidade burguesa de enfrentar a contento a pressão externa, exercida pelo imperialismo e pelas nações capitalistas centrais, e a pressão interna, exercida pelos estratos proletários urbanos e rurais cada vez mais socializados e ampliados em razão do próprio desenvolvimento capitalista, a autocracia burguesa baseou-se na conciliação entre as novas e as antigas classes dominantes, e destas com o imperialismo, desenvolvendo-se organicamente como um movimento auto-defensivo e contra-revolucionário que se reproduziu historicamente tanto nos períodos de “ditadura aberta”, como no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985), quanto nos períodos de “ditadura dissimulada”, como durante o período chamado de “República Populista” (1945-64) (FERNANDES, 1987).

Conforme afirma Iamamoto (2008), o Movimento de Reconceituação na América Latina¹⁶ representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. Sendo assim, faz-se necessário situar este Movimento para posteriormente analisar suas influências no Serviço Social brasileiro, principalmente no que se refere à aproximação com a tradição marxista.

Em relação à aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, a análise da bibliografia¹⁷ nos aponta que a primeira aproximação que o Serviço Social teve em relação ao marxismo¹⁸ se deu no Movimento de Reconceituação que pode ser compreendido como um movimento tipicamente latino-americano que vai de 1965 até 1975 cuja preocupação central foi a busca de uma nova qualidade da base teórica metodológica e recriação de exercício profissional, fundamentando-se no compromisso de classe, “propondo romper com a base liberal e positivista e a visão de neutralidade que marcou a profissão” (SILVA e SILVA, 2009, p. 631). Foi gestado em um contexto histórico de profundas mudanças na América Latina, demarcado pelo ciclo expansionista do capitalismo e foi presidida por uma forte efervescência das lutas sociais. Esses processos de lutas sociais e políticas foram reprimidos através de golpes de Estado que se estenderam à Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai, Peru. Conforme Faleiros,

Nessa conjuntura é que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica do rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora (1987, p. 51).

Iamamoto (2008) ressalta que, embora o embate com o tradicionalismo profissional tenha sido a tônica predominante, o Movimento de Reconceituação não foi nem unitário nem homogêneo. Moldou-se como uma unidade repleta de diversidades, que se manifestou não só

¹⁶ Não se pretende neste espaço efetuar uma reconstrução histórica do Movimento de Reconceituação, amplamente discutido na literatura especializada. Acerca do Movimento de Reconceituação, cf. Netto (2008, p. 115-308) e Iamamoto (1994, p. 17-39); Faleiros (1987) e Silva e Silva, (2006, p. 71-96).

¹⁷ Refiro-me as obras de IAMAMOTO & CARVALHO (1985); IAMAMOTO (2008; 2010); NETTO (1999; 2008).

¹⁸ Essa primeira aproximação com a tradição marxista, entretanto, foi realizada de forma enviesada, a partir de vulgarizações e interpretações equivocadas do pensamento de Marx. Somente a partir dos anos 80 (século XX), como observa Netto (2008), identifica-se a primeira incorporação bem sucedida, de fonte clássica, da tradição marxiana para a compreensão do Serviço Social.

na forma de construção de críticas e propostas, mas também como conteúdo atribuído ao “novo” Serviço Social latino-americano. Este movimento foi muito heterogêneo e permeado por inúmeros equívocos na interpretação da tradição marxista, no entanto, um movimento significativo no questionamento das práticas profissionais que apostou na ruptura com as representações do Serviço Social “tradicional”¹⁹ e na superação da neutralidade técnica (NETTO, 2005).

É no âmbito deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com a realidade de cada país, que emerge a interlocução com o marxismo o que vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YAZBEK, 2000, p. 24)

É no marco da reconceitualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista- e o fato central é que, depois da reconceitualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com apelo às suas fontes originais, no geral, valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis de caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista no nosso terreno profissional; entretanto- e não há que perder de vista este aspecto-, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob as lentes de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2008, p. 148-149).

Carvalho e Silva (2005) ressaltam que é importante assinalar que esse processo tem início em um contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial e que impõe à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. Assim sendo, o Serviço Social aos poucos assume as inquietações e insatisfações deste movimento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global em diferentes âmbitos: “de seus fundamentos

¹⁹ Netto entende por Serviço Social Tradicional: “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ‘ética liberal-burguesa’, e cuja teleologia ‘consiste na correção- desde um ponto de vista claramente funcionalista- de resultados psico-sociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealistas e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado ineliminável” (NETTO, 2008, p.117-118).

ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2008, p. 206).

Esse movimento de renovação que surge no Serviço Social e na sociedade latino-americana, impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de uma novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas. (...) É importante assinalar que é no âmbito do movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas a fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social. Tendências que resultam de conjunturas sociais particulares dos países do Continente e que levam, por exemplo, no Brasil, o movimento em seus primeiros momentos, (em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões (YAZBEK, 2000, p. 24).

No Brasil, em que pese o papel alcançado pela experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais ²⁰ no campo da prática e da formação profissional, os eixos do debate brasileiro, até meados dos anos 70, diferenciavam-se, radicalmente, das temáticas polêmicas polarizadoras que se manifestavam durante o Movimento de Reconceituação na maioria dos países latino-americanos. No país, a herança da Reconceituação deu-se tardiamente, em meados da década de 70, no bojo da crise da ditadura “quando o próprio revigoramento da sociedade civil faz com que se rompam as amarras do silêncio e do alheamento político forçado a que foi submetido a maioria da população no cenário ditatorial” (IAMAMOTO, 2008, p. 215). Conforme indicado por Iamamoto (2010), esse período coincide com a ditadura militar no Brasil, fazendo com que o debate no país assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, “especialmente do vetor modernizador e tecnocrático” (Ibid, p. 212).

Esse panorama contribuiu para que, no Brasil, o embate com o Serviço Social tradicional se revertesse em uma modernização da profissão que atualiza a sua herança conservadora. Verificou-se uma mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional, no sentido de obter um reforço de sua legitimidade junto às instâncias demandantes da profissão, em especial ao Estado e as grandes empresas. Tais mudanças se traduzem em uma tecnificação pragmatista do Serviço Social (IAMAMOTO, 2008, p. 215).

²⁰ O “método BH”, foi resultante de experiências e formulações efetivadas entre 1972 e 1975 por um núcleo docente da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. “A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre ‘Método Belo Horizonte’. É na atividade deste grupo que a intenção de ruptura se explica originalmente em nosso país, assumindo uma formulação abrangente que até hoje se revela uma arquitetura ímpar.” (NETTO, 2008, p. 261).

Porém, com o aprofundamento da expansão monopolista e sua repercussão na reorganização do aparelho de Estado, consolidou-se efetivamente o mercado de trabalho para os assistentes sociais, ampliando o contingente numérico de profissionais e das unidades de ensino; realiza-se a inserção do Serviço Social nos quadros universitários, instalam-se os primeiros cursos de Pós-Graduação “stricto sensu”, possibilitando a interlocução do Serviço Social com as ciências afins. Nos anos 1970, o espaço acadêmico oferecia inicial solidez com a graduação e a recente Pós – Graduação, o que proporcionava um caminho mais seguro para os questionamentos e o trabalho teórico-metodológico pretendido pelos protagonistas da *Perspectiva da Intenção de Ruptura* (LARA, 2008). Enfim, foi no interior de Estado, a serviço do grande capital, que foram criadas as condições para a maturação acadêmico-profissional do Serviço Social. Assim, na crise da ditadura militar, o Serviço Social dispunha de “condições materiais prático-profissionais e de suporte acadêmico para dar um salto necessário no sentido de responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e pela ampliação da cidadania” (IAMAMOTO, 2008, p. 217), porém faltava uma massa crítica²¹ acumulada para embasar uma auto-renovação. Nesse sentido, os profissionais assumem as inquietudes do Movimento de Reconceituação, resgatando os debates daquele movimento, porém superando.

Sua relação com o legado do Movimento de Reconceituação foi de continuidade e ruptura, que se desdobrou na superação da Reconceituação. A linha de continuidade manifestou-se na retomada de um espírito essencialmente crítico no trato com o conservadorismo profissional e no resgate da inspiração marxista para a interpretação da sociedade e da profissão (IAMAMOTO, 2008, p. 218).

Esse processo de Renovação inicia-se no Brasil, a partir de meados da década de 60, sob a égide da autocracia burguesa. Como já assinalado, o Serviço Social passa por um momento importante em que repensa sua formação e intervenção junto à realidade brasileira. Nesse período, a profissão foi marcada por um amplo debate submetido a tratamentos teórico-metodológicos e prático-políticos que foi denominado de Renovação do Serviço Social²².

²¹ “Observe-se que a expressão *massa crítica* refere-se ao conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber” (NETTO, 2006, p. 10).

²² Contribuições essenciais sobre o Movimento de Renovação em Serviço Social podemos encontrar em IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos* (1994); MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação* (1993) e sobretudo em NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil Pós- 64*.

Conforme Netto (2005, p. 131)

entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção da validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais

No Brasil, no início da década de 70, quando a ditadura vigente no país operou uma reforma universitária²³, e no quadro das transformações operadas na sociedade brasileira, sob a égide da autocracia burguesa (NETTO, 2008), alteraram-se tanto as condições da formação do assistente social quanto as do seu exercício profissional. Esse mercado de trabalho exige um profissional com características técnico-racional, ou seja, “moderno e racional” (NETTO, 2008), o que significava mudanças na formação profissional. “Novas demandas foram postas a profissão no marco da “modernização conservadora” que estava em curso à época e, também neste marco, a formação se laicizou e se integrou efetivamente no circuito acadêmico” (NETTO, 1999, p. 30). Netto (2005) aponta que as novas exigências profissionais tiveram como efeito global a criação de um vetor de erosão do Serviço Social “tradicional”, pois

implicou um dimensionamento técnico-racional – quer no nível de *legitimação* das práticas, quer no nível da sua *condução* – que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados conseqüentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o *perfil* do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionalistas” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalistas” (Ibid, *grifos do autor*, p. 123).

Conforme apontado por Netto (2008) no período da “autocracia burguesa”, já estão configuradas as três direções do Processo de Renovação do Serviço Social²⁴: 1) a “Perspectiva

²³ “A reforma educacional, instaurada pela ditadura militar, refuncionaliza o sistema educacional, principalmente no que concerne ao ensino superior, adequando-o ao modelo econômico, no que se refere ao Serviço Social. Nesse sentido, a refuncionalização e expansão do ensino superior passa a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social, ocasionando a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário.” (KAMEYAMA, 1998, p. 34)

²⁴ Netto em seu livro *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64* (2008), analisa cada uma destas direções apontando contradições e repercussões no interior da profissão.

Modernizadora”, de influência estrutural-funcionalista, que emerge na segunda metade dos anos sessenta, propõe uma recuperação do tradicionalismo profissional sob novas bases. Esta perspectiva constitui a primeira expressão do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro. Sua formulação é afirmada nos resultados do primeiro e segundo “Seminário de Teorização do Serviço Social”, os quais apresentam seus textos finais sintetizados nos Documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). As concepções formuladas nesses documentos vinculadas à problemática do desenvolvimento, visualizado como um elenco de mudanças que, levantando barreiras aos projetos de eversão das estruturas socioeconômicas nacionais e de ruptura com as formas dadas de inserção na economia capitalista mundial, demanda aportes técnicos elaborados e complexos – além da sincronia de ‘governos’ e ‘populações’ – com uma conseqüente valorização da contribuição profissional dos agentes especializados em ‘problemas econômicos e sociais’ (NETTO, 2008). 2) a “Reatualização” ou “Nova Roupagem” do conservadorismo, que tem como referência a fenomenologia, surge nos finais da década de setenta, e advoga uma metodologia genérica de ajuda psico-social, cujo marco referencial dessa proposta estava constituído pela tríade: diálogo, pessoa e transformação social. Esta perspectiva se expressa nos Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). “Recusa tanto do positivismo quanto do marxismo e assume a perspectiva baseada na fenomenologia” (MOLJO, 2009, p. 93). 3) a “Perspectiva de Intenção de Ruptura”, de inspiração marxista, na sua primeira fase, materializada no chamado Método Belo Horizonte, ocorre na década de setenta, no interior da academia, pretende uma crítica rigorosa da intervenção teórico-prática tradicional profissional, tentou romper com a herança intelectual e cultural do Serviço Social e com antigas práticas conservadoras e introduz o pensamento marxista nos fóruns de debate da categoria, a qual, marcada por uma racionalidade crítica e reflexiva, trouxe novos elementos que ajudaram a repensar os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social bem como o Serviço Social enquanto constituído por uma dimensão política, sobre a unidade entre teoria e prática a partir de uma visão de totalidade. “A intenção de ruptura fez pela primeira vez o diálogo com o marxismo e posteriormente com o legado marxiano” (MOLJO, 2009, p. 94). A experiência do Método BH, é considerada um marco na intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro, na qual é possível identificar uma proposta profissional alternativa de intervenção as tradicionais práticas, apontando ao Serviço Social uma abordagem coletiva, mobilizadora, incentivando a organização social nas reivindicações das necessidades da classe trabalhadora.

O processo de renovação marca o pluralismo teórico-metodológico no Serviço Social, quando, pela primeira vez, evidenciam-se nesse campo orientações distintas, não necessariamente antagônicas, que travam um debate com a herança intelectual e cultural conservadora. Entretanto, segundo Netto (1990), as direções de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo verificadas nesse momento, apesar de avançarem ao oferecerem para o Serviço Social um tratamento “científico”, buscam respaldo nas correntes sistêmicas (de origem positivista) e na vertente fenomenológica, não rompendo, assim, com o universo teórico metodológico de tradição conservadora, pelo contrário, mantendo-o. Para Netto, a única perspectiva que vai de encontro ao conservadorismo é a “intenção de ruptura” (SANTOS, 2006, p. 52).

Como anteriormente citado, essa primeira aproximação com a tradição marxista, entretanto, foi realizada de forma enviesada, a partir de vulgarizações e interpretações equivocadas do pensamento de Marx. Somente a partir dos anos 80 (século XX), como observa Netto (2008), identifica-se a primeira incorporação bem sucedida, de fonte clássica, da tradição marxiana para a compreensão do Serviço Social. Nesse período, consolida-se um novo perfil intelectual do Assistente Social onde os avanços conquistados nas pesquisas investigativas da categoria, ao longo dos anos 80 e 90, vão ser tributárias da incorporação do marxismo no Serviço Social.

A resultante deste jogo polifacético foi uma aproximação muito peculiar de setores do serviço social à tradição marxista. Eu diria que ela se singularizou por três traços interligados. Em primeiro lugar tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas (...). Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos “clássicos” da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis” (NETTO, 1989, p. 97).

No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sócio-político, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais. Inicia-se aqui a vertente comprometida com a ruptura com o Serviço Social tradicional.

Essa corrente levantou a necessidade de que a profissão se debruçasse sobre a produção de um conhecimento crítico da realidade social, para que o próprio Serviço Social pudesse construir os objetivos e (re)construir objetos de sua intervenção, bem

como responder às demandas sociais colocadas pelo mercado de trabalho e pela realidade. Assim, pôde o Serviço Social aprofundar o diálogo crítico e construtivo com diversos ramos das Ciências Humanas e Sociais (MOLJO, 2009, p. 93-94).

Nesse sentido, cabe retomar a perspectiva que dentro do Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro mais se aproxima do tema deste trabalho, além de ter contribuído para que os profissionais repensassem o Serviço Social, objetivando romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais, contribuindo para a erosão do Serviço Social “tradicional” no Brasil: a perspectiva de Intenção de Ruptura. Netto (2008) destaca que um dos traços mais notáveis na emergência e nos primeiros desenvolvimentos da perspectiva da Intenção de Ruptura é a sua vinculação à Universidade. A partir dela o Serviço Social se insere com maior assiduidade no espaço acadêmico e a interlocução com profissionais das diversas áreas do saber cria oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento. A busca pela renovação que gerou a ruptura com o tradicionalismo no seio da profissão ofereceu uma nova inserção dos assistentes sociais no debate acadêmico, e a pesquisa emerge como um dos principais pré-requisitos para a formação e o exercício profissional.

A importância da efetiva inserção dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico- mais exatamente: a inserção da formação (graduação e pós-graduação) do assistente social no âmbito universitário- foi avaliado por nós como um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de Renovação da profissão no Brasil; nossa argumentação pretende ter patenteadado que essa inserção influi poderosamente nos rumos das perspectivas renovadoras brasileiras. Entretanto, um exame mais cuidadoso das várias vertentes indica, sem deixar margem de dúvidas, que nenhuma delas vinculou-se tão umbilicalmente à universidade como a de intenção de ruptura (NETTO, 2008, p. 249).

Barroco (2001) destaca alguns outros importantes legados do processo de Renovação do Serviço Social

Neste contexto devemos salientar alguns fatores importantes no processo de renovação crítica do Serviço Social na década de 1980: a aprovação do novo currículo mínimo, pelo Conselho Federal de Educação em 1982, representou um ganho significativo para a perspectiva de intenção de ruptura; a aproximação do Serviço Social “da discussão sobre a vida cotidiana, através de autores como Lukács e Heller, Goldman, Lefèvre”. (...) e a presença da influência Gramsciana em várias produções desta época e que possibilitou novas reinterpretações das possibilidades de renovação crítica, influenciando assim a elaboração do Código de ética profissional de 1986 que se configurou como elementos significativos no processo de ruptura profissional, sobretudo, nos aspectos político e teórico, expressando a influência do pensamento marxista no Serviço Social. (BARROCO, 2001, p. 170)

A perspectiva de Intenção de Ruptura é, portanto, um momento de continuidade e ruptura, que se desdobra na superação da reconceituação. Os pontos de ruptura apontados por Iamamoto (2008) estão na crítica marxista do próprio marxismo incorporado pela literatura especializada no Movimento de Reconceituação latino-americana da década de 70 e dos fundamentos do conservadorismo, além do redimensionamento das interpretações históricas da profissão. Conforme aponta Netto (1996), será a partir deste período que o Serviço Social começará a ter polêmicas, o que necessariamente levarão ao pluralismo teórico e ideológico (NETTO, 1996), assim como à utilização das diferentes matrizes do pensamento social. Então, é a partir da década de 80²⁵ que se institui de modo mais sistemático o debate acadêmico do Serviço Social, marcando um processo de ruptura com o conservadorismo presente na constituição da profissão, sendo que esta intenção de ruptura apresenta alguns significados históricos. Conforme Netto (1996, p. 111)

A década de oitenta consolidou, no plano ídeo – político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendamo-nos: essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa, apenas, que – graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. É correto afirmar-se que, ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ídeo – políticas que tencionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo – política.

Considerando o peso da herança conservadora no Serviço Social em todo o mundo e particularmente no Brasil (IAMAMOTO, 1994, cap. I; IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), “além do desastre que significou para a massa da população a política cultural e educacional da ditadura” (NETTO, 1999, p. 30), compreende-se a difícil inserção da tradição marxista (e, com ela, da concepção teórico-metodológica de Marx) no campo do Serviço Social

É inegável a importância atribuída ao Movimento de Reconceituação no processo de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, mesmo com todos os problemas e equívocos. O que não se pode perder de vista é que, a partir de então, “o pensamento da raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais e a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da

²⁵ Um marco teórico deste desenvolvimento crítico no Serviço Social foi a obra de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho - *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma interpretação histórico-crítica*, publicada em 1982, onde os autores analisam o Serviço Social a partir de sua inserção na sociedade capitalista, à luz de um referencial teórico-metodológico ancorado nas obra de Marx.

modernidade profissional” (NETTO, 2008, p. 149). Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo (cf. NETTO, 1996, p. 111) e no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas.

Se a reconceitualização viabilizou a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo por rotas tortuosas, o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se no Brasil, apenas na década de 1980. Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época do monopólio (A Gramsci, G Lukács, N. Poulantzas, E. Mandel, A Heller, entre outros (IAMAMOTO, 2008, p. 235)

O fato é que, a partir desta aproximação, houve um saldo objetivo indiscutível: “a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx” (NETTO, 1999, p. 31). Além disso, a recorrência ao referencial marxista contribui com a própria valorização da pesquisa para a profissão, “credenciando seus intelectuais como interlocutores qualificados, cuja contribuição se espraia para várias áreas de conhecimento” (GUERRA, 1999, p. 16). Nas palavras de Yazbek “é no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônico no Serviço Social no país a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade, inserida na dinâmica das relações sociais, participando do processo de reprodução dessas relações” (2000, p. 26).

Podemos considerar recente a história da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista que como vimos, apresenta um pouco tempo de acúmulo do Serviço Social com essa matriz de pensamento, uma vez que este não fez parte da herança intelectual e cultural da profissão. Porém, torna-se cada vez mais necessário discutir a relação entre o Serviço Social e a teoria social de Marx, dando destaque a validade desta teoria para o

exercício profissional. A interlocução entre o Serviço Social e a produção crítica sustentada em Marx e em sua tradição, não é apenas útil para a ampliação do capital cultural dos profissionais de Serviço Social e para a qualificação das reflexões e das alternativas edificadas a partir do “concreto pensado”. Trata-se de uma relação crucial para criticar ao máximo as relações historicamente estabelecidas entre o pensamento conservador (nas suas diversas expressões) e o exercício profissional dos assistentes sociais. O marxismo pode, também, apropriar-se de inúmeros temas de altíssima relevância social por meio do Serviço Social. Os assistentes sociais fazem parte de uma categoria profissional que, como poucas profissões, atua com as múltiplas e complexas mazelas sociais recriadas globalmente por esta ordem societária. Esta base empírica, advinda do exercício profissional, é de extrema riqueza. Embora seja inadequado afirmar a possibilidade de se constituir um “Serviço Social marxista”, é absolutamente legítimo e necessário valorizar uma aproximação qualificada entre eles e consolidar um Serviço Social crítico e maduro. Neste item, vimos que como resultado da Reforma Universitária imposta pela ditadura, o Serviço Social legitimou-se no âmbito acadêmico, surgindo os primeiros cursos de Pós-Graduação, permitindo ao corpo profissional operar sua acumulação teórica, consolidando a produção do conhecimento a partir da área do Serviço Social. Este processo será analisado e próximo item.

Capítulo II- O SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

2.1 Aproximação do Serviço Social com a pesquisa e o início da produção do conhecimento: o papel da Pós-Graduação.

O item 1 deste capítulo tem por objetivo resgatar alguns aspectos relevantes da construção histórica da produção do conhecimento no Serviço Social. Para tanto, é feito um resgate da aproximação do Serviço Social com a pesquisa como também é apresentado o contexto em que se gestam os primeiros cursos de Pós-Graduação em Serviço Social, o que possibilitou impulsionar a produção do conhecimento no Serviço Social.

A pesquisa e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social começou na década de 1970, momento em que iniciaram os primeiros cursos de Pós-Graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente, em Serviço Social no país. “É nos espaços da pós-graduação, cujos primeiros frutos se recolhem no trânsito dos anos setenta aos oitenta, que, no Brasil, se inicia e, nos anos seguintes, se consolida a produção de conhecimentos a partir da área de Serviço Social” (NETTO, 2006, p. 11). A partir de então, verifica-se um aumento considerável da produção do conhecimento, principalmente em decorrência das dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, que favoreceu para que esta profissão fosse ganhando estatuto teórico²⁶. (BOURGUIGNON, 2005). Nos anos 1970, o espaço acadêmico oferecia inicial solidez com a recente Pós-Graduação em Serviço Social, o que proporcionava um caminho um pouco mais seguro para os questionamentos e o trabalho teórico-metodológico pretendido pelos protagonistas da Perspectiva da Intenção de Ruptura, conforme apontado no capítulo anterior. Na Universidade, foi possível uma interlocução intelectual entre assistentes sociais que pretendiam se dedicar à pesquisa, sem as demandas imediatas da “prática profissional” submetida às exigências e aos controles institucionais das agências empregadoras. Segundo Netto (2008), no espaço universitário, foi possível realizar experiências supervisionadas nos campos de estágios com novas abordagens e referenciais e, principalmente, quebrar o isolamento intelectual do assistente social e viabilizar experiência de práticas autogeridas. Assim, a partir da Perspectiva da Intenção de Ruptura, o Serviço Social se insere com maior assiduidade no debate acadêmico e a interlocução com

²⁶ Se historicamente o Serviço Social consolidou-se pela sua intervenção profissional, é através da pesquisa que se tem verificado o novo avanço da profissão.

profissionais das diversas áreas do saber cria oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento.

Kameyama (1998) destaca que a formação dos assistentes sociais como profissionais, dado o seu caráter interventivo, “privilegiou fundamentalmente o aspecto técnico-operativo, em detrimento da produção do conhecimento” (Ibid, p. 34). Para Cardoso (1998), a pesquisa se insere no processo de formação profissional do assistente social como uma exigência no processo de superação do pragmatismo²⁷, “o qual foi marcante na história de sua prática profissional e ainda se faz presente na contemporaneidade” (CARDOSO, 1998, p. 27). Lara (2008) destaca que nas primeiras décadas do Serviço Social no Brasil, pouco se cobrou na direção do aprimoramento científico. Esperavam-se estratégias que conseguissem dar respostas imediatas às manifestações de pobreza, de miséria, de violência. A cobrança pelo aprimoramento científico, no interior da própria categoria profissional, foi fundamental para o seu reconhecimento e amadurecimento, negando as visões assistencialista, paternalista e caritativa que circunscrevia o Serviço Social. O aprimoramento científico contribuiu sobremaneira para o enfrentamento das expressões da “questão social”.

Por ser uma profissão caracterizada pela sua ação interventiva, o Serviço Social, durante boa parte de sua trajetória no Brasil, destinou uma parcela expressiva de seus esforços para os fins. Ao considerar que, historicamente, predominou no Serviço Social uma formação instrumentalizadora da ação profissional, num cenário marcado pela ausência de um debate político crítico e pela existência residual de uma produção acadêmica e intelectual, pode-se dizer que, durante várias décadas, o Serviço Social brasileiro conviveu com a inexistência de uma produção teórica sistemática. Conforme afirma Bravo (2009, p. 681), “O Serviço Social até os anos 1960, não apresentou polêmicas relevantes com relação a sua direção social, voltada, majoritariamente, para a manutenção do *status quo*”. YAZBEK (2000, p.24) nos lembra que

Até o final da década de 70, o pensamento de autores latino – americanos ainda orienta, ao lado da iniciante produção brasileira (particularmente divulgada pelo CBCISS), a formação e o exercício profissional no país. Situação que, aos poucos vai-se modificando com o desenvolvimento do debate e da produção intelectual do Serviço Social brasileiro (...)

²⁷ Para Faleiros, o pragmatismo consiste numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as consequências teóricas e históricas desta ação imediata (1986, p. 5).

Talvez pelo fato do Serviço Social durante um período ter dado grande ênfase à prática profissional, os investimentos acadêmicos em pesquisa tenham, por certo tempo, ocupado lugar secundário nas produções científicas da área. Porém, à medida que se demandaram novas intervenções para os profissionais do Serviço Social, aumentou a necessidade de uma formação articulada com outros campos do saber, notadamente as Ciências Sociais.

Efetivamente, durante quase duas décadas, o Serviço Social na América Latina sofreu uma espécie de imobilismo intelectual. Pouco debate, pouca polêmica, pouco enfrentamento de idéias. Como se todos pensassem iguais, como se todas as posições fossem confluentes. Entre outras coisas, isso se devia à ênfase metodologista que imperava na produção acadêmica e nas preocupações com as práticas singulares assim como a quase ausência de produção teórica mais recente (MONTANO, 2006. p. 145).

Netto (1999) afirma que há um consenso que o Serviço Social, no Brasil, desconheceu a pesquisa – como parte constitutiva do perfil profissional – até os finais dos anos 1960. Porém esclarece que isto não significa que assistentes sociais, em seus espaços de trabalho e, especialmente, aqueles que conjugavam a intervenção direta com a docência, não tenham desenvolvido atividades investigativas ou participado, juntamente com outros profissionais, de projetos e atividades de pesquisa e sim, que a pesquisa não se punha como elemento substantivo nos papéis atribuídos e incorporados pela profissão.

Netto (2008) destaca que a aproximação do Serviço Social com a pesquisa em proporções consideráveis, no que diz respeito ao conjunto da profissão, ocorreu com a inserção do Serviço Social nas Universidades, pois até 1970 os cursos funcionavam como escolas isoladas²⁸. Então, desde o final da década de 70, esse processo de aproximação com a pesquisa e com a produção do conhecimento vem se construindo. Neste período convergem no Brasil uma conjuntura de ampla mobilização popular, demanda crescentes da sociedade civil organizada na luta pela democracia, e, no campo específico do Serviço Social, podemos observar "o Processo de Intenção de Ruptura" (NETTO, 2008) com o conservadorismo, e uma preocupação pela produção teórica e pela pesquisa (MOLJO, 2005). Assim, a produção de conhecimento na área do Serviço Social começa a desenvolver-se com mais profundidade a partir de 1980. Esta década marcou um processo de amadurecimento da produção teórica da

²⁸ “A reforma educacional, instaurada pela ditadura militar, refuncionaliza o sistema educacional, principalmente no que concerne ao ensino superior, adequando-o ao modelo econômico, no que se refere ao Serviço Social. Nesse sentido, a refuncionalização e expansão do ensino superior passa a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social, ocasionando a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário.” (KAMEYAMA, 1998, p. 34)

área, com o protagonismo da Universidade, principalmente sob a égide da influência marxista inserida no Serviço Social no Processo de Renovação pelos profissionais da chamada Intenção de Ruptura. Nesse momento começaram a ser estudadas com maior aprofundamento pelos assistentes sociais a Teoria Social de Marx, conforme já indicado no capítulo I. Netto (2008) destaca que o primeiro estudo em nível de Serviço Social mais diretamente fundamentado nas contribuições marxianas foi publicado na primeira metade dos anos 80 do século XX. Trata-se da obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico metodológica” (2008), de autoria da assistente social e professora Marilda Vilela Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho.

A grande contribuição da referida obra está na releitura acerca da origem e da institucionalização do Serviço Social no Brasil, sustentadas na proposta urbano-industrial impulsionada pelo Estado brasileiro a partir do governo de Getúlio Vargas (1930), na modernização do trabalho leigo católico e no aprofundamento da questão social oriunda das contradições entre capital e trabalho intensificadas em todo território nacional tendo por base o legado deixado pela economia agrário-exportadora. Iamamoto situa e explica o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do mundo do trabalho, cumprindo uma função específica de gerenciamento de projetos e programas de cunho social comprometidos com a administração das desigualdades sociais. A autora também chama a atenção para o caráter controlador do exercício profissional do assistente social, administrando múltiplos conflitos originados na relação capital-trabalho (função historicamente atribuída à profissão). Por outro lado, o estudo não necessariamente identifica o exercício profissional como uma ação meramente paliativa e reprodutora da ordem burguesa unicamente confinada aos interesses do capital, mas indica possibilidades objetivas (concretas e historicamente dadas) para potencializar um outro tipo de Serviço Social. Para Netto (2008, p. 275-276) esta obra sinalizou

a maioria intelectual da perspectiva de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxista para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto da ruptura no Brasil.

De acordo com Simionato (2004, p. 2), as transformações ocorridas no final do século XX, que colocaram grandes desafios para o conhecimento e para os modelos de interpretação do mundo, provocaram alterações importantes na trajetória do Serviço Social, aos quais se revelam através da busca constante pela renovação de seus recursos, tanto teóricos quanto práticos. De acordo com Silva (2009) o conhecimento produzido a partir dos anos de 1970, permitiu a incorporação do pensamento crítico que sustentou, nos anos 1980, a construção de um Novo Projeto Profissional. Carvalho e Silva (2005) afirmam que a apropriação do pensamento dos autores clássicos das Ciências Sociais sustentou a recriação da capacidade de análise, de interpretar e de intervir no real do Serviço Social, que emergia como área de conhecimento.

A partir de meados dos anos de 1970, o Serviço Social vem construindo a formulação, a consolidação, o aprofundamento, a atualização e o permanente redimensionamento da vertente de ruptura com o conservadorismo da profissão, procurando dar conta do movimento de renovação e das demandas postas nas diferentes conjunturas vivenciadas no Brasil pela profissão. Nesse processo destaca-se o Projeto Profissional de Ruptura, que manteve esta denominação até os anos de 1980, renomeado nos anos de 1990 para Projeto Ético- Político Profissional, que orienta o desenvolvimento da formação profissional em nível de graduação e de pós-graduação; a produção do conhecimento sobre questões específicas do Serviço Social, sobre as políticas sociais e as questões sociais postas na realidade social, e a organização da categoria profissional em articulação com as organizações dos trabalhadores brasileiros (SILVA, 2009, p. 626-627).

Nesse contexto, é interessante lembrar que, segundo Kameyama (1998) e Figueiredo (1988), também foi nos anos de 1970 que se efetivou a presença das Ciências Sociais no âmbito das agências de fomento à pesquisa no Brasil, até então ausentes. Para ela, tal inserção foi fundamental para a construção da “maioridade” das Ciências Sociais nos anos 1980 e 1990, com o reconhecimento e afirmação da identidade profissional.

A fase de expansão e consolidação institucional das Ciências Sociais brasileiras começa no início dos anos 60 e torna-se mais vigorosa a partir de 1966, quando as agências de fomento à pesquisa iniciaram as suas operações institucionais junto à comunidade de Ciências Sociais através de convênios, particularmente com a universidade Federal de Minas Gerias, visando apoiar e desenvolver o ensino e a pesquisa na área de Ciência Política (FIGUEIREDO, 1988, p. 29).

A categoria profissional passa então a contribuir e a responder pela produção de conhecimentos que dão sustentação segura à ação profissional. “O Serviço Social começou a produzir seus conhecimentos e não apenas aplicar aqueles produzidos por outras áreas” (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 74). Hoje, afirmamos com segurança que contribuímos com significativos trabalhos de pesquisa nas mais diversas subáreas das Ciências Sociais e, como observam Yazbek e Silva (2005), hoje em dia contamos com um acúmulo teórico e uma massa crítica²⁹ que possibilita o debate e intercâmbio de ideias (MOLJO, 2005). De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008, p. 88): “O Serviço Social em sua trajetória não adquire o status de ciência, o que não exclui a possibilidade de o profissional produzir conhecimentos científicos, contribuindo para o acervo das Ciências Humanas e Sociais, numa linha de articulação dinâmica entre teoria e prática.” Fator decisivo para isto³⁰ foi a criação na década de 70 no Brasil dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social, “impulsionada por professores, e profissionais motivados pelo ideal de desenvolver a vida acadêmica, a produção científica e a prática profissional com fundamentos teórico-metodológicos também construídos no interior do exercício acadêmico e profissional” (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 42). O primeiro curso de Pós-Graduação em Serviço Social foi instituído na Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP, em 1972, seguindo-se, no mesmo ano, pelo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC/RJ. A organização do primeiro curso de mestrado em Serviço Social, em 1971, na PUC/SP viabilizou-se a partir da implementação, em 1967, do Programa de Doutorado Especial, que teve por finalidade preparar e titular docentes e formar um quadro de doutores para a própria instituição. Do Serviço Social, obtiveram os primeiros graus de doutores: Myriam Veras Baptista, Maria Lúcia Carvalho da Silva, Maria do Carmo Falcão, Marta Terezinha Godinho, Susana A. da Rocha Medeiros, Ada Pellegrine Lemos e Mina Berezovsky. É importante registrar que a criação do mestrado fez parte da negociação firmada entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e a Escola de Serviço Social quando de sua integração oficial à Universidade em 1972, processo que teve início em 1970. A contextualização e a análise desse processo compõem a

²⁹ “Observe-se que a expressão *massa crítica* refere-se ao conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber. O Serviço Social é uma *profissão* – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho -, com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.669, de 17 de junho de 1993); enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas” (NETTO, 2006, p. 12)

³⁰ Além do surgimento dos programas de Pós-Graduação, Lara (2008) destaca o papel de extrema relevância para o desenvolvimento de pesquisa para área as entidades representativas da profissão como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e o Centro de Documentação em Pesquisa e Política Social e Serviço Social (CEDEPSS).

tese de doutoramento de Bonetti³¹, com importantes depoimentos e expressivas reflexões sobre as dimensões políticas que integraram as negociações entre a reitoria da PUC/SP, a Escola de Serviço Social da Rua Sabará e o MEC.

A criação dos cursos de Pós-graduação foi uma expressão de rompimento com a postura positivista³² que determinava a separação do pensar e agir, do construir conhecimento, do intervir na realidade social. “Essa forma de pensar orientou durante décadas o pensamento profissional que situou os assistentes sociais no estágio de meros sujeitos de intervenção profissional e consumidores de teorias construídas por outras disciplinas profissionais (YAZBEK e SILVA, 2005, p. 42)”.

A Pós-graduação assumiu papel fundamental na superação desse viés positivista que marcou o Serviço Social, contribuindo largamente para capacitar os profissionais também enquanto cientistas sociais preocupados em mudar a realidade social opressora e produzir conhecimento sobre esta realidade para embasar a prática profissional e contribuir para o avanço científico das Ciências Sociais (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 42).

Para Carvalho e Silva (2005) a emergência da Pós-graduação vai criar um espaço privilegiado de interlocução e diálogo do Serviço Social com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências teórico-metodológicas. Além disso, a Pós-graduação na área de Serviço Social vai se destacar na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão; contribuindo para a formação de pesquisadores e docentes capazes de fazer avançar a formação profissional em Serviço Social. Yazbek (2000a) destaca que a emergência da Pós-Graduação em Serviço Social contribuiu igualmente na construção e consolidação das Ciências Sociais no Brasil; privilegiando o diálogo da profissão com outros campos e saberes profissionais e favorecendo, desta forma, maior visibilidade do Serviço Social no âmbito acadêmico e das respostas às demandas socialmente apresentadas pela sociedade brasileira.

Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior.

³¹ BONETTI, Dilséa Adeodata. *Produção do Mestrado em Serviço Social da PUC/SP 1974/1987 - Uma Análise*. São Paulo, PUC/SP, 1992.

³² É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. (CARVALHO E SILVA, 2005, p. 27)

Também neste espaço o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão da questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e de suas transformações, da realidade institucional, das múltiplas faces da exclusão social e da pobreza entre outros temas. Enfrentou o desafio de repensar a Assistência Social, colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais (YAZBEK, 2000a, p. 27)

Mota (2005) e Carvalho e Silva (2005) destacam que o processo que permitiu a articulação entre a institucionalização da profissão e o desenvolvimento da pesquisa e da Pós-Graduação foi originalmente fomentado pelas necessidades prático-operativas da profissão e pelos requerimentos da sistematização da intervenção, seja ela técnica, política e/ou institucional. Todavia, destaca Mota (2005), foi a ampliação dos objetos de conhecimento, determinada tanto pelo agravamento da questão social, como por novos processo sociais surgidos pós 64³³, “aliados à complexificação das relações entre Estado, sociedade e mercado, que obrigaram o Serviço Social a procurar aporte nas ciências humanas e sociais, qualificando-se como um parceiro intelectual e também protagonista da produção e pesquisa social no Brasil” (MOTA, 2005, p. 12).

A Pós-Graduação na área de Serviço Social se destaca na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão; contribuindo para a formação de pesquisadores e docentes capazes de fazer avançar a formação profissional em Serviço Social; contribuindo igualmente na construção e consolidação das Ciências Sociais no Brasil; privilegiando o diálogo da profissão com outros campos de saberes profissionais e favorecendo, dessa forma, maior visibilidade do Serviço Social no âmbito acadêmico e das respostas às demandas socialmente apresentadas por segmentos organizados da sociedade brasileira (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 135).

Nesse sentido para Carvalho e Silva (2005), é no âmbito da Pós – Graduação, cujos primeiros frutos se colhem na passagem da década de 70 à de 80, que vai iniciar-se e, nos

³³ Conforme apontado por Netto (2009, p. 667), no curso do ciclo ditatorial, ocorreram transformações importantes na configuração da categoria profissional e na sua inserção na estrutura sócio- ocupacional, quais sejam: “a formação sofreu um processo de laicização e inseriu-se de fato na vida acadêmica; criou-se na universidade pública a carreira docente, abrindo a via a pesquisa, adensada com o surgimento da pós-graduação (...)”.

anos seguintes, consolidar-se a produção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro, num processo em que pela primeira vez, a categoria principiou a sua acumulação teórica. “(...) a significativa produção teórica do Serviço Social Brasileiro, que tem na criação e expansão da Pós-graduação, com seus cursos de Mestrado e Doutorado, iniciada na década de 70, um elemento impulsionador (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 29)”. Netto (1999) destaca que o mais notável e expressivo nesta acumulação teórica é a incorporação de vertentes críticas. “O notável nesta acumulação teórica é que ela assinala a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político: data de então a aberta utilização de vertentes críticas (com destaque para as inspiradas na tradição marxista)” (Ibid, p. 101-102).

Conforme destacam Yazbek e Silva (2005) e Vinagre (2009), este acúmulo teórico instituiu no âmbito do Serviço Social uma massa crítica e um amplo e qualificado debate que vai favorecer a construção de um Projeto Profissional de Ruptura³⁴. Esta expansão da Pós-Graduação vem expressando-se em significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro que vem gerando uma bibliografia própria, publicada em livros, revistas e cadernos.

No Serviço Social vai-se, gradativamente, consolidando uma massa crítica, sobretudo alavancada pela implementação da Pós-Graduação na área e pela ampla disseminação da produção crítica promovida pelas publicações da Cortez Editora e pela capilaridade obtida pela revista Serviço Social e Sociedade em particular. Isso possibilitou, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a revisão crítica do processo de incorporação do pensamento marxista no Serviço Social e suas consequências na formação e no exercício profissional (VINAGRE, 2009, p. 723)

Conforme aponta Netto (1996), é consensual que o Serviço Social tem alcançado a sua maturidade intelectual nos anos 1980, afirmando-se a maioria acadêmica dos assistentes sociais, impulsionada pela Pós-Graduação, pelo crescimento do mercado editorial e por uma fértil produção acadêmica que ultrapassa os muros profissionais, permitindo uma interlocução teórica, no mesmo patamar, com áreas conexas de maior tradição na pesquisa social (IAMAMOTO, 2001). Maturação que expressa, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, rupturas com o seu tradicional conservadorismo, embora, como adverte o autor, “essa

³⁴ Não é objetivo deste trabalho aprofundar a discussão sobre o Projeto Profissional de Ruptura, mas cabe esclarecer que este projeto manteve esta denominação até os anos de 1980, renomeado nos anos de 1990 no contexto neoliberal para Projeto ético-político Profissional. Este projeto toma forma e se torna hegemônico no âmbito do Serviço Social brasileiro, sendo considerado no seu permanente processo de construção e redimensionamento nos diferentes momentos conjunturais. Cf: NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete da et al. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 1-22.

ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior na categoria profissional” (NETTO, 1996, p. 111).

Creio que um ponto é pacífico: a década de oitenta assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica. Nesse decênio, desenvolveu-se, no interior da categoria, uma “divisão do trabalho” (uma especialização) que é própria das profissões amadurecidas: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos. Constitui-se uma *intelectualidade* no Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o “mercado de bens simbólicos” da profissão. Foi característica desse mercado a circulação de *produções brasileiras* – não é de menor importância, no período, a diminuta difusão de literatura profissional estrangeira. (NETTO, 1996, p.112)

Todo este processo resultou no seu reconhecimento, em 1980, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – CNPq - e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES35 -, como área de produção do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas³⁶. “A partir daí, foi possível o adensamento cada vez maior de uma massa crítica e de um segmento da categoria voltado para a pesquisa acadêmica e para a produção de conhecimento, o que situa o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e à Pós-Graduação no País” (ABEPSS, 2009, p. 2). Para Iamamoto (2004) e Simão (2008), este reconhecimento do Serviço Social como campo específico de pesquisa é, certamente, conquista que abriu possibilidade de financiamento da pesquisa em Serviço Social e inclusão de pesquisadores do Serviço Social no quadro geral de pesquisadores do CNPq. “O reconhecimento da pesquisa no Serviço Social na institucionalidade científica no CNPq como área de conhecimento e na CAPES como área de produção de conhecimentos foi e ainda, de certa forma, o é (quanto a estatuto e a recursos para pesquisa) resultante de inúmeras lutas” (SPOSATI, 2007, p. 4).

³⁵ A Pós-Graduação *stricto sensu* se iniciou no Brasil nos anos 1960, criando-se a CAPES, entidade pública, vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela pósgraduação no país, em 1951. Todavia, o Sistema Nacional de Pós-Graduação só foi instituído em 1975. A CAPES desenvolve sua atuação institucional em três áreas de atuação: formulação da Política Nacional de Pós-Graduação; apoio aos Programas de Pós-Graduação e acompanhamento e Avaliação desses Programas.

³⁶ Com o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) como uma área específica de pesquisa, foram atribuídas ao Serviço Social as seguintes linhas de investigação: Fundamentos do Serviço Social, Serviço Social Aplicado, Serviço Social do Trabalho, Serviço Social da Educação, Serviço Social do Menor, Serviço Social da Saúde, Serviço Social da Habitação (KAMEYAMA, 1998, p. 35-36).

O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e o apoio das agências de fomento, como CNPq, a Capes, a Finep e agências estaduais, permitiram o desenvolvimento da pesquisa no país, bem como a constituição de grupos de pesquisadores e instituições de pesquisa que hoje podem ser consideradas como “ilhas de excelência” reconhecidas no âmbito nacional e também internacional. Esse apoio, que se prolonga por quase quatro décadas, foi e continua sendo fundamental para o progresso de todas as áreas do conhecimento e para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação. É neste novo contexto que a pesquisa passa a ter importância fundamental na formação de novos assistentes sociais (SIMÃO, 2008, p. 125).

Simão (2008) destaca também que o cenário social, econômico e político característico dos anos de 1980 e 1990 trouxe inúmeros desafios para o Serviço Social, o qual teve que se preparar para atuar de maneira cada vez mais eficaz junto às múltiplas expressões da questão social, conforme anteriormente assinalado. Carvalho e Silva (2005) afirmam que tal situação gera um amadurecimento da produção teórica que, na década de 1990, influencia a consolidação do Projeto Ético-Político da categoria profissional e as proposições para a formação profissional. É nesse novo contexto que a pesquisa passa a ter importância fundamental na formação dos novos assistentes sociais.

Ressaltamos que a Pós-graduação tem importante papel na qualificação e no avanço do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, hegemônico, no Brasil, desde os anos 80, enquanto expressão do movimento de ruptura no Serviço Social brasileiro, conforme qualificado por Netto (2008) e Silva (2002), fazendo avançar a formação profissional, a interlocução com a realidade social e a produção do conhecimento no âmbito da profissão e das Ciências Sociais (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 137).

Para Simionatto (2005, p. 24–25), os fatores fundamentais que contribuíram para a aproximação do Serviço Social com a pesquisa e a consolidação da produção do conhecimento, nos anos 1980, foram a Reforma Curricular de 1982³⁷, em que a pesquisa aparece como uma das exigências da formação profissional e a criação, em 1987, do Centro de Documentação em Pesquisa e Política Social e Serviço Social (CEDEPSS). Sob a coordenação do CEDEPSS e com a participação das demais entidades da categoria, a pesquisa ganhou novo impulso. “Houve investimento na produção do conhecimento, conformaram-se posições científicas e políticas pela construção de uma coletividade que nos ambientes universitário, político e associativo, foi audaz em estabelecer caminhos fecundos para pensar

³⁷ Esta reforma originou no quarto currículo do curso de Serviço Social, que foi aprovado por meio do Parecer n. 412/82, do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1982).

a realidade social brasileira (LARA, p. 28, 2008)”. Simionatto (2005) ainda comenta que a organização e a sistematização do conhecimento ganharam novos espaços de divulgação com a criação dos “Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS” e dos “Cadernos ABESS”, que vigoraram de 1986 a 1988. “As produções veiculadas nesses espaços evidenciaram as preocupações da pesquisa em relação à discussão metodológica, às controvérsias paradigmáticas nas ciências sociais e humanas, suas implicações na construção do conhecimento e na intervenção profissional” (LARA, 2008, p. 28).

A partir de 2000, começou a ser editada a Revista *Temporalis*, em substituição aos cadernos da ABESS, e, com ela, continuou o debate em torno dos grandes temas e dilemas da área de Serviço Social no mundo contemporâneo. Simionatto (2004) destaca que a Revista Serviço Social e Sociedade, editada pela Cortez Editora de São Paulo, desde 1979, foi também um marco importante para o desenvolvimento da produção de conhecimento em Serviço Social. Atualmente é uma publicação de referência nacional e internacional, cujo objetivo é levar aos profissionais de Serviço Social e áreas afins as últimas informações sobre os mais diversos temas ligados à vida social. Vale ressaltar que a *Revista Serviço Social e Sociedade* começou a divulgação *online* no ano de 2010, disponibilizando somente os dois últimos números em acesso aberto, e com contato para assinatura do formato impresso. Nessa mesma direção, situam-se as revistas e outras publicações vinculadas aos Programas de Pós-Graduação.

Em relação ao processo de socialização dos conhecimentos Jussara Maria Rosa Mendes relata na tese de doutorado de Bourguignon (2005) a alternativa da “revista eletrônica”, que tem sido um recurso utilizado pela academia com o objetivo de dar “visibilidade” para as produções discentes e docentes e garantir um maior acesso da comunidade científica a estas produções. O Programa de Pós – Graduação em Serviço Social da PUC – RS, com este objetivo, oferece a Revista eletrônica “Textos & Contextos”, que trata de “questões substantivas” ao Serviço Social, as “possibilidades de reflexão, debates e trocas instigadoras de novas produções” em nossa área e afins³⁸.

Bouguignon (2005) destaca que o contexto acadêmico hoje é tomado por exigências de produção e divulgação de conhecimento. O reconhecimento do impacto das produções científicas se faz através de sua publicação. Uma pesquisa só ganha reconhecimento no meio científico se é publicada em revistas indexadas³⁹. Importante lembrar que embora os avanços

³⁸ APRESENTAÇÃO. Disponível em: <http://www.pucrs.br/textos> - consultado em 02/06/2012)

³⁹ As revistas indexadas são as publicações cujos artigos publicados são inseridos (indexados) em bases e

tenham sido muitos até os anos noventa, e aqui pontuamos uns poucos, muito há que se trilhar em termos de consolidação e socialização de tais avanços. “(...) além disso, a categoria profissional não dispõe de suficientes canais e circuitos que operem uma efetiva socialização da tais avanços – o que tem contribuído para alargar, numa escala preocupante, a distância entre as vanguardas acadêmicas e a massa de profissionais ‘de campo.’ ” (NETTO, 1996, p.109).

O programa de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora tem um periódico, a Revista *Libertas*, com avaliação B2 na Quali Capes⁴⁰. Nos últimos anos vem se reestruturando em busca de sua qualificação conforme exigências do Qualis e sua indexação. Alguns procedimentos foram feitos no sentido de montar uma equipe e infraestrutura de funcionamento para a publicação com a garantia de recursos para seu financiamento dentro do orçamento do programa e a necessária ampliação de seu Conselho Editorial. A *LIBERTAS* passou a ser uma publicação on-line com duas edições anuais, contendo no mínimo nove artigos cada. Além disso, foi mantida a revista impressa com periodicidade anual com os artigos da on-line.

A Revista *Katálysis*⁴¹ é um exemplo de revista que está indexada, “é um periódico científico, semestral, produzido e editorado pelo Curso de Serviço Social, Graduação e Pós – Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Seu objetivo é divulgar assuntos atuais e relevantes na área do Serviço Social e das suas relações com os demais campos do saber. ...” (<http://www.katalysis.ufsc.br> – consultado em 02/06/2012). Uma outra revista indexada é a revista *Serviço Social e Realidade*, é um periódico de circulação em âmbito nacional e representa a produção do conhecimento do Programa de Pós-Graduação- Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual Paulista (UNESP). “ Publica semestralmente, produções científicas originais voltadas às expressões da questão social” (<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/index> – consultado em 05/06/2012). Também

banco de dados nacionais ou internacionais permitindo uma divulgação do trabalho, do assunto e principalmente do nome do autor.

⁴⁰ Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

⁴¹ A Revista *katálysis* tem como fontes de indexação: EDUBASE - Faculdade de Educação/UNICAMP (Campinas, SP); OEI – CREDI – Organización de Estados para la Educación, la Ciencia y la Cultura – Espanha; IRESE – Índice de Revistas de Educación superior e Investigación Educativa (UNAM – México); REDUC – Fundação Carlos Chagas (São Paulo – SP) – Biblioteca Ana Maria Poppovic. (<http://www.katalysis.ufsc.br/fontes.htm> - consultado em 02/06/2012).

há indexada a revista *Praia Vermelha* desde 1997 e responde pela produção acadêmica do programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (<http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/search> – consultado em 06/06/2012).

Com relação à reforma curricular, cabe ressaltar que na proposta curricular de 1982⁴², a pesquisa já é incluída como matéria básica, garantindo a sua inserção no âmbito da graduação. Abreu (2008) destaca que revisão curricular de 1982 é considerada um marco na profissão, pois representa o projeto de ruptura com o conservadorismo e dá base para o atual Projeto Ético Político Profissional. Para Koike (1999, p. 109), “o currículo de 1982 é o ponto de partida para repensar o processo de formação profissional sob os impactos das transformações sociais recentes na sociedade brasileira”.

O currículo mínimo de 1982 demarcou-se como uma forte contribuição para a superação da formação e prática de cunho tecnicista demandadas pelas necessidades da “modernização conservadora” nos países periféricos cuja incidência na profissão, configurou o momento inicial da reconceituação do Serviço Social no país. Foi com os avanços do currículo de 1982, com a identificação de suas positivities e de seus nós críticos que a então ABESS conduziu, coletiva, plural e democraticamente, o processo de revisão curricular iniciado em 1993 e concluído, em sua versão original em 1996, compondo com o Código de Ética profissional e a regulamentação da profissão a partir da Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, as principais referências do Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social (ABREU, 2008, p.179).

As Diretrizes Curriculares de 1996 foram então construídas sob a coordenação da então ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social)⁴³, num amplo movimento que articulou grande número de unidades de ensino no país, por meio da articulação de docentes, estudantes e supervisores de estágio, no período de 1993-1996, que reafirma e aprofunda a direção social estratégica e os fundamentos do Currículo Mínimo de 1982 na perspectiva da superação das defasagens teórico-metodológicas e fragilidades operativas da formação. Nesse sentido foi considerada fundamental a aproximação do Serviço Social com o movimento da realidade concreta, tendo como exigência “transitar da bagagem teórica

⁴² “(...) O Projeto curricular de 1982 (...) é uma das expressões mais significativas do processo de renovação da formação profissional nos últimos 20 anos. Esse processo é retratado na produção teórica do Serviço Social, na organização política da categoria, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional”. In: ABESS, “Proposta básica para o projeto de Formação Profissional”.

⁴³ Em 1998, em assembléia a ABESS altera os seus estatutos. A entidade é reestruturada como organismo acadêmico político e associação científica, passando a chamar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abpess), tornando-se a entidade nacional representativa das instituições de ensino superior no âmbito do Serviço Social.

acumulada ao enraizamento da profissão na realidade (BRAVO, 2009, p. 697)”. A culminância deste processo foi a aprovação do novo Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, em novembro de 1996. Conforme aponta Boschetti (2004), na proposta curricular atual, a pesquisa é exigida não apenas como matéria, ela recebeu um tratamento específico na formação, se constitui num dos princípios e numa condição da formação profissional.

As diretrizes curriculares proposta pela ABEPSS preconizam ...que a atitude investigativa e interpretativa dos discentes e docentes deve ser estimulada e estruturar todo o processo de formação, não devendo ser vista apenas como um momento específico do currículo, em uma única disciplina de pesquisa, por exemplo. Esse princípio deve se materializar através da articulação do ensino, pesquisa e extensão, que deve ser eixo estruturador das disciplinas e dos núcleos de estudo. Nesse sentido, a pesquisa deve ser entendida como estratégia contínua de formação, de modo a permitir ao aluno exercitar a dimensão investigativa durante todo seu processo formativo e não apenas ter contato com a pesquisa em uma única disciplina. (BOSCHETTI, 2004, p. 29).

De acordo com Iamamoto (2010) e Bravo (2009), no processo coletivo de construção das Diretrizes Curriculares de 1996, se buscava conjugar rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária, de forma que permitisse atribuir um estatuto teórico e ético político ao exercício profissional, capaz de responder aos desafios da atualidade. Desta forma, as Diretrizes Curriculares reafirma a importância de tematizar a relação entre profissão e realidade.

A nova proposta curricular apresenta aspectos centrais: considerar a questão social como foco central da formação profissional; acompanhar os processos que produzem e reproduzem a questão social, ou seja, apreender a dinâmica da vida social sob a ótica da totalidade, identificando suas várias dimensões. Ressalta a necessidade de pesquisar a realidade e a importância de prevenir-se das armadilhas do tecnicismo, militância e tecnicismo, ou seja, não visualizar os três elementos necessários à formação e a prática profissional isolada e sim, articulada. Propõe organizar os conteúdos na lógica curricular em três núcleos de fundamentação: sobre o ser social, sobre a sociedade brasileira e sobre o trabalho profissional (BRAVO, 2009, p. 697).

Cabe destacar que a formação profissional do assistente social é entendida como um processo inacabado e que não se esgota com a conclusão da graduação- ao contrário, a formação deve estar diretamente articulada com a atuação profissional- visto ser o Serviço

Social uma profissão que está intrinsecamente ligada à realidade social que ao se modificar, modifica também o conjunto de relações da sociedade. Nas palavras de Yamamoto (2010, p. 182-183) “a proposta de formação profissional vigente no país assume a tese de que o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais que é acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das “sequelas” da questão social”. Desta forma pode-se concluir que a formação profissional tem na questão social sua base de fundamentação sócio-histórica, o que confere à questão social um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social.

Seguindo este raciocínio, para Bourguignon (2005), a “graduação” abre o processo de pesquisa. Como já indicado, com as Diretrizes Curriculares de 1996, a graduação e nele o “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) ganham destaque. Para esta mesma autora, a graduação não só é espaço essencial para o desenvolvimento da atitude investigativa, como nele o aluno tem a oportunidade de construir sínteses e de estabelecer ricas relações entre a realidade da prática profissional em campos de estágio e o conhecimento acumulado pela profissão. Para a ABESS/CEDEPSS (1997), o TCC, embora seja uma exigência curricular para a obtenção da graduação no curso de Serviço Social,

Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática de estágio no decorrer do curso (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 72).

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa no Serviço Social ABEPSS (2009) destaca o importante papel dos cursos de Pós-graduação na formação e qualificação de pesquisadores docentes e discentes, e no estabelecimento de interlocução com outras áreas do conhecimento, o que permitiu dar visibilidade à área, bem como buscar responder às demandas da sociedade brasileira, como anteriormente citado. Porém, a mesma Associação também destaca o papel da graduação na formação de jovens pesquisadores, por meio de Programas de Iniciação Científica, constituindo os futuros quadros docentes e pesquisadores, sendo que os programas e grupos/núcleos de pesquisa vêm incorporando pesquisadores docentes, pós-graduados e de iniciação científica. O processo de iniciação científica “[...] é um desafio no caminho da formação na graduação e é uma forma de apoiar e orientar o pesquisador iniciante numa ação pedagógica de qualidade, estimulando-o em ações

transformadoras e independentes.” (LEHFELD, 2007, p. 46). Desta forma pode-se compreender a iniciação científica como um processo muito importante na construção de uma identidade profissional do Assistente Social como pesquisador e da pesquisa como avanço no Serviço Social, além do essencial caráter formativo que desempenha no processo pedagógico.

Exemplo desta trajetória bem sucedida destacada pela ABEPSS se expressa na formação de vários programas, núcleos e grupos de pesquisa consolidados, que envolvem a Graduação e a Pós-Graduação, numa produção que tem sido reconhecida nacional e internacionalmente. Há, ainda, os intercâmbios e convênios entre os programas e redes/núcleos/grupos de pesquisa, a exemplo do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD - que vêm permitindo uma produção coletiva qualificada, que busca desconcentrar a produção de conhecimento dando expressão às particularidades regionais. Outra frente destacada por Sposati (2007) é o processo de iniciação científica com alunos da graduação em programas institucionais, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, que fortalecem o preparo para a pesquisa no processo de formação do profissional.

Não se pretende com o exposto desconsiderar o importante papel dos cursos de Pós-Graduação. De fato, eles constituem espaços privilegiados para a produção do conhecimento, mas não são suficientes, na medida em que grande parte dos projetos de pesquisa é realizada individualmente, “e também na medida em que o ensino da Pós-graduação (nível mestrado) é concebido antes de tudo para formar recursos humanos para a docência (ensino) e, subsidiariamente, para a pesquisa” (KAMEYAMA, 1998, p. 34).

Iamamoto (2004) destaca que é inegável que a principal base da produção de conhecimento e da investigação no Serviço Social brasileiro está prioritariamente alicerçada na Pós-graduação, com núcleos de pesquisa consolidados. Porém constata-se, hoje, a efetiva presença da investigação no ensino de graduação e de valorização da pesquisa no exercício profissional, conforme apontado por Boschetti (2004, p. 29-30).

O caráter interventivo da profissão deve estar presente em todo o currículo, isto é, todos os conteúdos do currículo devem ser a base para formar um profissional que vai intervir na realidade. Assim, os conteúdos de todas as disciplinas devem ter a preocupação de mostrar a vinculação entre teoria, realidade e as possibilidades de intervenção profissional em diferentes contextos e momentos históricos. Há uma intenção, com esse princípio, tanto de articulação entre estágio, disciplinas, preparação para o TCC e a vida profissional, quanto de articulação entre graduação e pós – graduação naqueles cursos que possuem estes dois níveis de formação.

Com o exposto, pretende-se deixar claro o entendimento da importância da postura

investigativa na formação dos futuros assistentes sociais, na intervenção profissional e também que a pesquisa não deve ficar restrita aos programas de Pós-Graduação. Assim, ao se optar neste trabalho em estudar as dissertações de Mestrado, não há a intenção de desconsiderar a importância da pesquisa e do estímulo a investigação na Graduação, na formação e sim dar visibilidade as produções de conhecimento realizada no âmbito da Pós-Graduação por meio das dissertações de Mestrado. Conforme vimos afirmando, foi a partir da Pós-Graduação que alavancou-se a produção do conhecimento do Serviço Social, tornando-se um espaço privilegiado de incentivo e fomento à pesquisa. Hoje ela é a responsável pela grande maioria das pesquisas em Serviço Social. Desta forma, torna-se imperioso conhecer estas produções de conhecimento com intuito de analisar se o conhecimento produzido estabelece uma relação com o exercício profissional, se há uma preocupação com as repercussões deste conhecimento produzido no seio da própria profissão. Em outras palavras, o conhecimento produzido no Serviço Social deve ter uma estratégica direção para o exercício profissional comprometida com processos concretos que garantam materialidade ao Projeto Ético – Político profissional.

Vimos que a relação do Serviço Social com a pesquisa surge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de demandas societárias, o qual vai revelando uma profissão capaz de gerar conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teórico - metodológicos coerentes com sua natureza e com as exigências societárias, mas é no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social. A pesquisa torna-se um recurso importante no conhecimento da realidade social, das manifestações da questão social, e para a intervenção profissional qualificada. Assim para Yamamoto

Sendo a questão social a base de fundação do Serviço Social, a construção de propostas profissionais pertinentes requer um atento acompanhamento da dinâmica societária, balizado por recursos teórico-metodológicos, que possibilitem decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja, em sua totalidade. Exige uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui um especial destaque às atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional (2008, p. 262)”.

Setúbal alerta que (2005, p. 23), “não podemos considerar a pesquisa apenas como resultante da formação da pós-graduação nem dos estímulos que esta apresenta à produção do

conhecimento científico”, pois estaríamos desconsiderando a necessária sistematização dialética para a intervenção profissional, ou seja, a pesquisa é indispensável ao assistente social em toda ação, seja na produção de uma tese na universidade ou na análise socioeconômica na instituição social. Pelo menos, assim deveria ser pensada desde a origem do Serviço Social.

Sendo assim, a pesquisa em Serviço Social deve ser um meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão⁴⁴ e, conforme aponta Silva (2009), torna-se necessário que os assistentes sociais tenham a compreensão que a consolidação e ampliação do conhecimento, permitindo o desenvolvimento de uma considerável massa crítica são apontados como condições que favoreceram e ainda fortalecem o desenvolvimento e a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional⁴⁵ e mais do que isso: tenham a clareza deste projeto em suas intervenções profissionais. “Analisar a intervenção profissional referenciada pelo projeto ético-político do Serviço Social é uma tarefa necessária, haja vista a relevância que este projeto assume no âmbito da profissão por fundamentar-se na ruptura com o conservadorismo” (MOLJO, SANTOS, EIRAS, 2012, p. 113).

Netto (2006) aponta que o debate sobre o que vem sendo denominado Projeto ético-político Profissional data da segunda metade da década de 1990. Porém, conforme apontamos no capítulo anterior, o início da profissão foi parametrizada pelo conservadorismo, “moralizando a questão social, individualizando os problemas sociais e culpabilizando os indivíduos pela situação de pobreza” (MOLJO, SANTOS, EIRAS, 2012, p. 112). A história de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo se inicia na década de 1970, com o processo de Renovação do Serviço Social, o mesmo rompe com o pensamento conservador a partir da vertente Intenção de Ruptura, instituindo-se as bases e as raízes de um novo projeto profissional. Nas palavras de Moljo et. al (2012, p. 106) “construindo uma outra concepção de sociedade, de sujeito e, portanto, de Serviço Social. Esta visão está organicamente vinculada ao Projeto ético-político Profissional” . Assim, conforme aponta Netto (2008), a partir da vertente Intenção de Ruptura com o Serviço Social tradicional e com o conservadorismo, vem

⁴⁴ De acordo com Barroco (2005, p. 110, destaque do autor): “Os parâmetros éticos orientador das decisões do Serviço Social em relação à pesquisa devem ser buscados no Código de Ético Profissional, especialmente em seus princípios fundamentais: ‘a liberdade, valor ético central, as demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação, e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; defesa e aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e da justiça social”.

⁴⁵ Para aprofundar as discussões sobre a construção do Projeto Ético-político profissional, conferir “A construção do projeto ético-político do Serviço Social”. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Editora Cortez, p. 161-196, 2006.

sendo construída uma nova hegemonia no Serviço Social. Em outras palavras: o Projeto Ético-político Profissional emerge como ruptura com uma cultura profissional conservadora, apreendendo o significado sócio-histórico da profissão, demonstrando um novo acúmulo político e teórico no âmbito do Serviço Social.

A emergência e a expressão deste projeto constituem uma nova configuração na cultura profissional, próxima – e até mesmo inserida- nos projetos da esquerda brasileira, nas ações progressistas de afirmação e ampliação da cidadania. Convencionou-se denominar este projeto de “projeto ético-político” (MOLJO, SANTOS, EIRAS, 2012, p. 113).

Netto (2006) aponta que a base teórica do Projeto ético-político Profissional é a teoria social crítica, especificamente a tradição marxista. Este projeto implica o compromisso com a competência, tendo por base o aperfeiçoamento profissional: formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de compreender e intervir na realidade social. Braz (1999) aponta a produção do conhecimento no interior do Serviço Social⁴⁶ como uma dimensão deste projeto, assim como a dimensão político-organizativa da profissão⁴⁷ e a dimensão jurídico- político⁴⁸. Isso significa que “o projeto profissional crítico expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional” (IAMAMOTO, 2004, p. 39).

São apontados como condições que favoreceram o desenvolvimento do Projeto Ético-Político Profissional o surgimento dos cursos de Pós-Graduação, a partir dos anos 70; a ampliação e consolidação da produção do conhecimento, permitindo o desenvolvimento de uma considerável massa crítica; o debate sobre a formação

⁴⁶ Para Braz, a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social se constitui na “esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele” (BRAZ, 1999, p.9). Um de seus parâmetros é a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Sendo assim, o projeto profissional crítico recusa posturas teóricas conservadoras, pois estas estão presas a manutenção da ordem, contrariando os princípios fundamentais deste projeto

⁴⁷ A dimensão político-organizativa da profissão é formada pelos fóruns de deliberação e pelas entidades representativas da profissão e do movimento estudantil: o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) e a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social); os CA's (Centros Acadêmicos das escolas de Serviço Social), os DA's (Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social e a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). (BRAZ, 1999)

⁴⁸ A dimensão jurídico-política da profissão envolve “um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional” (BRAZ, 1999, p.10). Nesta dimensão existem duas esferas articuladas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional, tais como: o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8862/1993) e as novas Diretrizes Curriculares; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente, tais como as leis advindas da Constituição Federal de 1988.

profissional intensificada com a reforma curricular de 1982, com ampla discussão desenvolvida pela ABESS com rebatimento na qualificação da prática profissional; vinculação dos assistentes sociais ao movimento (SILVA, 2009, p. 637).

Com todo o exposto vimos que a pesquisa é constitutiva da prática profissional porém não se confunde com ela, mas para o Serviço Social só ganha sentido, significado, relevância e amplitude na medida em que se articula à prática possibilitando um processo de construção do conhecimento que parte da prática, da construção de objetos que decorrem da problematização da intervenção do Serviço Social numa dada realidade sócio – histórica e retorna a ela, mas de forma propositiva. Concebendo a pesquisa como elemento-chave para a concretização dos princípios e diretrizes tanto do Projeto Ético-Político, quanto do projeto de formação profissional (CARVALHO, 2004), visualizamos vários passos a dar rumo ao – fazendo menção ao termo utilizado por Netto (1996, p.112) “maioridade intelectual” – “amadurecimento” da produção de conhecimento do Serviço Social.

(...) Se tivermos uma pós – graduação avançada e consolidada, conseguiremos puxar a graduação, por isso é importante fortalecer a pós – graduação em Serviço Social no Brasil. Esse papel da pós – graduação na qualificação desse projeto ético – político profissional passa pela qualificação do corpo docente e pelo papel da pesquisa no Serviço Social, no sentido da indissociabilidade entre conhecimento e intervenção e, no caso do Serviço Social, o desafio maior seria a construção de conhecimentos comprometidos com as demandas sociais em tempo histórico determinado. No caso da pós – graduação nesse desafio, nesse espaço, na criação, construção e consolidação desse espaço de qualificação do projeto ético – político, a importância da qualidade da produção de conhecimentos que nós produzimos em termos de graduação e pós – graduação, visando a uma intervenção qualificada do profissional no enfrentamento das manifestações da questão social. A observação é importante no sentido de que essa qualificação das produções de conhecimento tenham inserções na sociedade. (CARVALHO, 2004, p.165-166)

Com todo o exposto não restam dúvidas sobre o importante papel que a Pós-Graduação teve na qualificação e no avanço do Projeto Ético- Profissional do Serviço Social, hegemônico, no Brasil, desde os anos de 1980, enquanto expressão do Processo de Ruptura no Serviço Social brasileiro, conforme qualificado por Netto (2008) e Silva (2002), contribuindo com o avanço na formação profissional, na interlocução com a realidade social e com a produção do conhecimento no âmbito da profissão e das Ciências Sociais. Sendo assim, torna-se necessário discorrer sobre as particularidades deste conhecimento produzido e suas repercussões para o Serviço Social, tema do próximo item.

2.2 As particularidades do conhecimento no Serviço Social e sua relação com o exercício profissional

No item 1.2, vimos que a produção do conhecimento pela perspectiva crítica deve ser discutido como elemento de transformação da realidade social pela mediação do trabalho humano. Esta afirmação nos aponta um dos traços de particularidade da produção do conhecimento no Serviço Social: o de “repensar a prática” no “contexto” em que “acontece”. Para Bourguignon (2005), a pesquisa no Serviço Social deve estar preocupada com processos de transformação social. Para ela, “a pesquisa não é “especulativa”, pelo contrário está vinculada a necessidade de gerar um conhecimento que seja capaz de “operar” transformações nas ações cotidianas, permitindo compreender a realidade e estabelecer “estratégias” de intervenção” (Ibid, p. 249). Partindo deste pressuposto, este item de destina a destacar as particularidades da pesquisa e da produção do conhecimento no Serviço Social, relacionando estas particularidades com o exercício profissional. Afinal, o processo de construção do conhecimento torna-se mais importante com a comunicação desse conhecimento aos profissionais que necessitam realimentar a prática e o próprio conhecimento.

Guerra (1997) aponta que o conhecimento produzido pelo Serviço Social, orientado pela perspectiva crítica, deve ser um conhecimento que vá além da aparência imediata e além da sua utilização imediata, que não seja meramente instrumental, operatório, mas ao contrário, que seja mediatizado por uma racionalidade dialética; “conhecimento que parta do empírico, da faticidade, visando apanhar a sua lógica imanente e reproduzi-la ao nível do pensamento, visando capturar o movimento de constituição, desenvolvimentos e tendências dos fatos, fenômenos e processos reais, da maneira mais aproximada possível” (Ibid, p.20). Nesse âmbito Faria (2003) aponta que a concepção de pesquisa que vai sendo construída, com o suporte dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, não se limita à perspectiva instrumental de produção de conhecimento, colide com as exigências burocráticas e condicionantes do mercado, e não se propõe a atender, estritamente, aos imperativos da carreira docente. Para esta mesma autora, a concepção de pesquisa que se afirma visa à elaboração de um pensamento crítico, à problematização e à teorização com compromisso social, questionando as técnicas e a aplicação dos instrumentos considerados em si mesmos.

Para Baptista (1992) a especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo Serviço Social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. Os assistentes sociais se detêm frente às mesmas questões que outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o

fato de ter sempre em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: “em Serviço Social o saber crítico aponta para um saber fazer crítico”. (Ibid, p. 88-89). Nesta linha de pensamento, “trata-se de construir um saber que se situe, não só como fator explicativo e unificador da transformação social, mas que contribua efetivamente para o processo de mudança” (AMMANN, 1984, p. 145). A respeito disso, Costa diz

“A particularidade dela, desenvolvida pelo Serviço Social, eu acho que tem uma primeira questão que é o repensar a prática. A nossa pesquisa tem isso, ela é um meio pra repensar o que fazemos. E ela não pensa só prática em si, mas ela pensa o contexto aonde essa prática acontece. Então a nossa pesquisa não é uma pesquisa especulativa, ela é uma pesquisa muito centrada numa visão operacional do saber. Saber pra poder mudar o que se faz. Então eu acho que a gente pesquisa muito pra repensar as práticas sociais, tanto aquelas que são específicas do profissional do Serviço Social, como aquelas que se dão na sociedade, no contexto aonde também o Serviço Social atua. Por exemplo os movimentos sociais. Ele não é um campo restrito ao Serviço Social. As políticas sociais, elas são campos interdisciplinares. Mas quando nós pesquisamos isso, pesquisamos pra repensar as práticas. Essas práticas que são práticas sociais. Então a nossa, ... característica, do nosso campo de pesquisa, é um conhecimento que seja capaz de operar transformações. Não toda a transformação, mas níveis de transformação. Transformação no saber, na maneira de compreender aquela realidade, pensar estratégias de intervenção. Eu acho que cada vez mais nós temos que pensar a prática profissional como um campo fecundo pra pesquisas. Mas não naquele sentido (...), da prática em si, mas dela inserida em seu contexto. Eu acho que essa é a particularidade. O nosso forte é repensar as práticas. Eu acho que essa é a contribuição que o Serviço Social tem que dar.” (Lúcia Cortes da Costa)⁴⁹

Pelo exposto, a perspectiva que nos orienta concebe o conhecimento como elemento de transformação da realidade. Para Lara (2008), a edificação e a difusão de um conhecimento que seja aderente às transformações da realidade social é um dos principais pressupostos que deve ser tomado como condição *sine quo non* pelos assistentes sociais.

Isso está bem longe de ser uma forma de produção de conhecimento pragmático ou enviesado, muito pelo contrário, é uma maneira de propor a construção de um saber que diverge radicalmente de grande parte do saber das ciências sociais e humanas que estão nutridas de categorias e conceitos conservadores que tudo sabem sobre as relações sociais, mas pouco propõem na direção de perspectivas de mudanças substantivas. Claro que não podemos generalizar tais afirmações em relação às ciências sociais e humanas, mas pelo menos indicar e reconhecer o seu caráter infracto e endógeno presente nos cursos universitários das atuais circunstâncias (Ibid, p. 41).

49

Depoimento dado pela professora na tese de doutorado de Jussara Bourguignon (2005, p. 249)

Neste sentido, ao se estudar as dissertações de Mestrado, tem-se o intuito de analisar como o exercício profissional⁵⁰, a prática profissional cotidiana tem se colocado como questão no meio acadêmico, em especial na Pós-Graduação visto ser este o espaço de maior visibilidade na produção do conhecimento do Serviço Social, conforme indicado no item 2.1. Assim, vimos afirmando que a prática profissional é fonte de conhecimento, mas será que de fato esta prática tem sido objeto de pesquisa nas dissertações de Mestrado? Existe uma articulação entre os conhecimentos produzidos na Pós-Graduação com os profissionais que estão “fora” da academia? Existe uma preocupação com o retorno social e com o alcance dos resultados? E o mais importante: o conhecimento produzido tem a perspectiva de se tornar subsídio na intervenção profissional, no sentido de qualificar a atuação e responder as demandas dos usuários? Estas questões orientarão as análises desta dissertação buscando alcançar os objetivos deste trabalho. Além destas questões, são fundamentais as indagações de Simionatto (2005) sobre o hiato entre a produção de conhecimento dos grupos de pesquisa e as exigências impostas à profissão, ainda que não se possa generalizar essa lacuna. Pergunta a autora:

Como o conhecimento produzido pode tornar-se uma ferramenta às práticas profissionais, no sentido de qualificá-las enquanto expressões de uma totalidade mais ampla? Visto que o Serviço Social se caracteriza pela sua dimensão interventiva, de que forma a produção de conhecimentos pode tornar o fazer profissional mais competente e qualificado? Como produzir um conhecimento que estabeleça mediações entre os processos sociais mais amplos e as diferentes esferas onde se inscreve o trabalho profissional? Como problematizar, atribuir um trato teórico e, portanto, produzir conhecimentos sobre demandas e requisições que circunscrevem o campo profissional, superando a postura de denúncia e contestação? (SIMIONATTO, 2005, p. 57-58).

Silva (2007) destaca que mais do que concretizar os assuntos estudados nos centros de excelência acadêmica e nos grupos de pesquisa compostos por pesquisadores financiados pelo CNPq, CAPES, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) entre outros importantes órgãos de fomento, é preciso arrombar os muros que separam as universidades e

⁵⁰ Importa deixar claro o sentido atribuído ao termo “exercício” neste trabalho. Entendemos que o exercício profissional – que não se trata, somente, de uma terminologia muito presente na produção científica e no discurso dos profissionais na atualidade- refere-se a um conjunto complexo de elementos que abarcam “(...) o desencadeamento de um processo de formação profissional; atendimento das competências e atribuições previstas na regulamentação da profissão (Lei 8662/93); comprometimento para com o Código de Ética de 1993 que orienta as ações profissionais; comprometimento dos profissionais para com um processo de capacitação continuada; **ocupação de espaços interventivos; desenvolvimento de um processo de produção do conhecimento centrado nas particularidades da profissão**” (BOURGUIGNON, 2005, p. 120- grifos meu). Nesse sentido, é o termo que mais se aproxima dos objetivos deste trabalho.

os múltiplos espaços de intervenção profissional. É fundamental estabelecer e consolidar espaços que propiciem um diálogo permanente entre os centros de produção de conhecimento e os profissionais que atuam em diversos tipos de organizações.

(...) Porque a academia, enquanto um espaço de produção de conhecimento no Mestrado e Doutorado, acaba ficando distante mesmo da grande parte dos profissionais. E às vezes acaba até sendo construída uma imagem de que a academia está aqui, a intervenção está lá e uma coisa não tem relação com a outra, que infelizmente a gente ouve. Como se a produção de conhecimento não fosse fundamental para o exercício profissional (Eunice Terezinha Fávero)⁵¹.

Portanto, para Silva (2007), a pesquisa no Serviço Social precisa investigar temas pertinentes para esta profissão, para seus usuários e para os próprios assistentes sociais, utilizando a realidade como um necessário celeiro empírico que, por si só, não produz conhecimento. Isso corrobora com o proposto pelas Diretrizes Curriculares “a realização de pesquisas sobre os fenômenos com os quais lida o Serviço Social, tanto para compreendê-los como para formular respostas profissionais enraizadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades nela contidas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.152). Nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovadas em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação, dentre as Competências e Habilidades Específicas que a formação profissional deve desenvolver está a capacidade de “[...] realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais [...]” (CRESS, 2003, p. 321). Como já enfatizado, isso exige, simultaneamente, articulação entre a academia e os demais espaços em que ocorre a intervenção profissional do assistente social.

Para Bourguignon (2005) esta proposta ainda coloca campo fecundo para o Serviço Social a formação de pesquisa que se volte para objetos que expressam realidades particulares – alvos e contextos do exercício profissional, buscando construir um discurso sustentado na própria dinâmica do real, na articulação teoria/prática e garantindo à profissão uma ação qualificada que na relação com as demandas sociais e de mercado preservem sua legitimidade.

⁵¹ Depoimento dado pela professora na tese de doutorado de Jussara Bourguignon (2005, p. 286)

É fundamental trazer para o processo de formação profissional a relação intervenção/pesquisa como “prioritária”, para que se sedimente esta articulação e para que os desafios que estão presentes na prática profissional e atravessam a realidade cotidiana do Assistente Social, possam encontrar ressonância, mobilizando investimentos tanto na formação vinculada às demandas profissionais, quanto em pesquisas que sejam propositivas e alimentem a atitude investigativa do profissional. É preciso que o profissional encontre nas pesquisas produzidas no meio acadêmico respostas às suas indagações e sobre os limites que assolam a sua intervenção. Ou seja, o conhecimento produzido precisa alimentar práticas concretas e profissionais concretos que muitas vezes distanciados da academia demonstram uma incapacidade de articular os fundamentos teóricos presentes em sua formação ao processo de compreensão da realidade, articulação necessária à construção de propostas metodológicas que possam dar conta de enfrentar os desafios contemporâneos que se colocam cotidianamente à prática profissional (BOURGUIGNON, 2005, p. 272).

Importa deixar claro que, ao destacar a importância de se fazer uma constante relação do o exercício profissional com as produções de conhecimento, “não se reclama uma regressão a uma perspectiva endógena à profissão, cuja ruptura foi uma das grandes conquistas dos últimos vinte anos”, conforme destacado por Yamamoto (2004, p. 17). Há uma clareza que estudar outros temas tais como o Estado, sociedade civil, políticas sociais, trabalho, cultura, identidade, gênero, família, trabalho, pobreza, exclusão, cidadania, terceiro setor, questão agrária, movimentos sociais, formação profissional, etc, são de fundamental importância ao processo formativo, no sentido de pensar o Serviço Social na dinâmica das relações e processos sociais inscrito nas transformações históricas do Brasil. Dentro deste contexto, as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições.

Em outros termos, ultrapassamos a visão endógena da profissão, fizemos importantes esforços de apropriação teórico-metodológica das grandes matrizes do pensamento social na modernidade e da crítica pós-moderna, instaurando o debate plural e respeitoso entre diferentes perspectivas que também marcou presença nesse evento. Avançamos no enraizamento da profissão na história das transformações recentes do capitalismo mundial, sob a hegemonia do capital financeiro e suas mudanças nas esferas da produção de bens e serviços, da “reforma” do Estado e da mercantilização da sociabilidade e cultura. Enriquecemos a elucidação da gênese da “questão social” e suas múltiplas expressões na vida dos sujeitos de direitos e em suas lutas. Todavia, essas conquistas não foram ainda integralmente totalizadas em suas incidências no exercício profissional, pois falta fazer a “viagem de volta” para apreender o trabalho profissional nas suas múltiplas determinações e relações no cenário atual. É esta passagem que nos desafia: processar os avanços da análise da dinâmica societária em suas incidências na elaboração teórica, histórica e metodológica dos fundamentos e processamento do trabalho profissional, retomando, com novas luzes, o Serviço Social como objeto de sua própria pesquisa (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

De acordo com Simionatto (2004), o florescimento e a consolidação de um vasto leque de temas no campo do Serviço Social sinaliza o avanço significativo da produção de conhecimento na área, “em termos tanto de rigor teórico, histórico, e metodológico da realidade social e do Serviço Social, como da ampliação de conhecimento sobre os processos sociais contemporâneos (...) (Ibid, p. 5)”. Para Carvalho e Silva (2005) o Serviço Social demonstra uma preocupação em produção de conhecimentos sobre os mais diversos aspectos da realidade social e de processos emergentes na contemporaneidade. A abrangência temática exemplifica os inúmeros objetos e possibilidades de estudo e pesquisa ao alcance da profissão. Isso demonstra que a profissão está em constante interação com a realidade social.

[...] o florescimento e a consolidação de um amplo leque de temas no campo da pesquisa em Serviço Social sinaliza o avanço significativo da produção de conhecimento na área, em termos tanto de rigor teórico, histórico, e metodológico da realidade social e do Serviço Social, como da ampliação de conhecimento sobre os processos sociais contemporâneos, que implicam a constituição e o desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da exclusão, da democracia, da cidadania, das Políticas Sociais e do Serviço Social. (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2005, p. 74-75).

Como apontou Iamamoto (2004), ao analisar as produções apresentadas no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CBAS⁵², a amplitude temática no âmbito da produção do conhecimento na área de Serviço Social é um privilégio de uma categoria profissional que atua na transversalidade das “múltiplas expressões da questão social”⁵³. Além disso, Iamamoto (2004, p. 13) destaca que esta amplitude temática

(...) indica uma profissão com profunda vocação histórica, atenta ao cenário das transformações operadas nas relações entre o Estado e a sociedade no país, no marco das relações internacionais, apresentado uma inquietante agenda de questões, que denota uma intensa interlocução do Serviço Social com o movimento da Sociedade.

⁵² Trata-se de uma reunião trianual, promovida pelas entidades nacionais – Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social – ENESSO-, sendo que XIº CBAS, realizado em Fortaleza-, nos dias 17 a 22 de outubro de 2004, teve como tema central: *O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos.*

⁵³ “... Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

Com o exposto conclui-se que essas pesquisas que têm uma preocupação macro – estrutural possuem uma relevância grande para a profissão, porque fundamentam a profissão, dão uma direção para a formação profissional e inclusive para a intervenção. Assim como também são de grande relevância e importância as pesquisas que estão vinculadas às inquietações do cotidiano da intervenção profissional, principalmente se elas caminham no sentido de responder às angústias e questionamentos específicos dos profissionais (IAMAMOTO, 2004).

Se observarmos isoladamente estas pesquisas podem não traduzir a complexidade do objeto de atenção profissional, no entanto em sua singularidade e se a colocarmos no contexto da produção do conhecimento do Serviço Social, certamente verificaremos que ganham “relevância”, pois revelam a particularidade do Serviço Social ao enfrentar os limites de ordem estrutural que se expressam no cotidiano profissional (BOURGUIGNON, 2005, p. 163).

Entretanto, conforme aponta Iamamoto (2004), estas pesquisas sobre as múltiplas determinações que atribuem historicidade ao exercício profissional – que adensam a agenda da produção acadêmico–profissional - precisam ter uma relação mais direta com as respostas profissionais, no sentido de qualificá-las nos seus fundamentos histórico-metodológicos, ético-políticos e técnico–operativos. Enfim precisamos criar estratégias de socialização de conhecimentos e experiências que aproximem discussões de natureza macro – estrutural às realidades particulares dos Assistentes Sociais. Em outros termos, “para decifrar as relações sociais para qualificar o desempenho profissional são requeridas mediações para a análise das particularidades dessa especialização do trabalho, que carecem de visibilidade no universo da produção científica do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2004, p. 11).

Os “Núcleos de Estudos e Pesquisas”, por estabelecerem relações de troca de conhecimentos entre a academia e os profissionais, poderiam ter esse papel de captar tais demandas e estabelecer “linhas de pesquisa” que fomentassem o desenvolvimento de pesquisas coerentes com tais demandas. Embora os projetos de pesquisa tenham as marcas e opções individuais do pesquisador, podem vincular-se ao projeto ético – político profissional, sedimentando as conquistas coletivas da profissão. Cabe à própria Universidade, através de seus níveis de graduação e pós – graduação e de forma articulada promover o estreitamento entre o processo de investigação e o processo da intervenção (BOURGUIGNON, 2005, p. 197).

Assim, por exemplo, no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 2004, as mesas gerais trataram de temas fundamentais para a profissão hoje, tais como: esfera pública e o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos; a

seguridade social no cenário brasileiro; a construção e consolidação de direitos no Brasil, os dilemas da globalização e os desafios da democracia. Entretanto o *link* entre essas problemáticas e a profissão não teve visibilidade, cabendo ao público presente o estabelecimento dessas relações (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

Consolidar os avanços já conquistados pela profissão em relação à produção de conhecimento requer que o conhecimento produzido extrapole os muros da academia. É necessário reconhecer que a pesquisa está restrita ao meio acadêmico, em especial à Pós-Graduação em Serviço Social. Esta marca precisa ser superada e como aponta Bourguignon (2005), o caminho para isso está na própria prática profissional, e nas necessidades de dar ao Projeto ético – político Profissional materialidade sócio – histórica. Ou seja, precisamos ter uma política de formação profissional que articule graduação, Pós-Graduação e processos de capacitação e atualização permanentes. Nesse sentido, Iamamoto (2004) destaca que para delinear os caminhos da pesquisa no Serviço Social, o mais amplo desafio é o de construir uma “política de pesquisa para a área”, que, sem ferir a liberdade na busca do conhecimento, estimule a investigação em torno de eixos prioritários para a consolidação do projeto acadêmico profissional brasileiro.

Sabemos que um fato preponderante que diferencia o Serviço Social das demais Ciências Sociais é justamente o seu aspecto interventivo, pois a profissão não visa somente problematizar a realidade, mas sim contribuir para a sua transformação. Foi citado que uma das bases da pesquisa para o Serviço Social é a intervenção profissional e que a possibilidade que a pesquisa coloca à profissão é a de superar os entraves que o cotidiano desta prática impõe a ela, além de ser uma possibilidade de conhecer o concreto através do movimento histórico. Neste sentido, a pesquisa em Serviço Social e, conseqüentemente, a produção do conhecimento deve partir desta premissa, construindo um saber que, além de explicativo, possibilite reais transformações. “*Então, assim, o que eu acho que faz a diferença mesmo é a referência analítica, essa idéia de que nós fazemos uma pesquisa engajada para iluminar aspectos da realidade, no sentido de produzir transformações.*” (Elaine Rossetti Behring)⁵⁴. Conforme apontado por Carvalho e Silva (2005), o Serviço Social deve assumir a produção do conhecimento como uma possível contribuição da profissão para a compreensão dos problemas sociais que afetam grande parte da população brasileira, visando formular respostas profissionais enraizadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades nela contidas.

54

Depoimento dado pela professora na tese de doutorado de Jussara Bourguignon (2005, p. 260)

Nesse sentido, conforme já indicado, é de fundamental importância tomar o processo de produção de conhecimento no Serviço Social como elemento de transformação da realidade social. Isso só se torna possível se o profissional tem clareza do Projeto Profissional⁵⁵ Crítico que orienta a profissão. Esse projeto toma forma e se torna hegemônico a partir dos anos 80 no âmbito do Serviço Social brasileiro, sendo considerado no seu permanente processo de construção e redimensionamento nos diferentes momentos conjunturais. O Projeto Profissional Crítico implica o compromisso com a competência, tendo por base o aprimoramento profissional⁵⁶: formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capaz de compreender e intervir na realidade social. Sendo assim, os profissionais que assumem este projeto em suas ações, expressam “compromisso profissional com os direitos e deveres dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados” (IAMAMOTO, 2004, p. 9)

Um ponto destacado por Lara (2007) e Bourguignon (2005) de suma importância diz respeito ao compromisso do pesquisador em Serviço Social. As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social situam a profissão inserida no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, sendo de caráter interventivo e que atua no âmbito das expressões da questão social. Por tal questão, afirma Lara (2007), os objetos de estudos do Serviço Social, necessariamente, partem de uma realidade concreta que é determinada socialmente, ou seja, estabelece as suas mediações numa sociedade que se produz e reproduz por meio de suas contradições inconciliáveis. Portanto, apontar uma referência teórico-metodológica que reconhece a realidade social como o ponto de partida das análises científicas e, conseqüentemente, da produção do conhecimento, nos aproxima de respostas concretas diante da mundaneidade social.

Outro traço marcante da pesquisa em nossa área é o “engajamento político”. Uma pesquisa que não é neutra, mas comprometida com o “projeto societário” defendido pela categoria que hegemonicamente se sustenta na tradição marxista. Os valores defendidos pela categoria, que priorizam defesa da democracia, do pluralismo

⁵⁵ Em linhas gerais, os projetos profissionais expressam a “autoimagem” de uma profissão. Fundamenta-se em valores que os legitimam socialmente, priorizam e delimitam objetivos e funções, formulam requisitos teóricos, práticos e institucionais, para o exercício da profissão. Prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das relações com os usuários dos seus serviços, com outros profissionais e com as instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2006, p. 4).

⁵⁶ “O Código, já nos seus princípios fundamentais, inscreve, para o/a profissional, o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e *com o aprimoramento intelectual*, na perspectiva da competência profissional” (RESS 7ª Região, 2005, p. 17; *itálicos não originais*); entre os direitos do/a profissional, prevê “a liberdade na realização de seus estudos e pesquisas” (id., p. 18) e a participação “em sociedades científicas [...] que tenham por finalidade [...] a produção de conhecimentos” (id., p. 24). E a Lei de Regulamentação da Profissão menciona a pesquisa como atividade profissional (cf. art. 4o, VII e XI, art. 5o, I)” (NETTO, 1999, p. 32).

teórico – metodológico e da justiça social dão relevância social às nossas pesquisas (BOURGUIGNON, 2005, p. 261).

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a pesquisa permanente e a produção de conhecimentos em Serviço Social são decisivas para a sobrevivência desta profissão na contemporaneidade. Mais do que isso, é condição básica para sua inserção crítica na divisão social e técnica do trabalho⁵⁷ (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008) e para a qualificação dos assistentes sociais que cotidianamente lidam com múltiplas e complexas manifestações da chamada “questão social”.

Como afirma Lara (2008), o debate sobre pesquisa e produção do conhecimento passou a ser frequente nos encontros da categoria profissional e, de certa forma, surge também como preocupação de estudo na bibliografia da área. Nas leituras realizadas para subsidiar este trabalho, foi possível verificar a preocupação entre os autores da área em realizar pesquisas para conhecer as produções de conhecimento produzidas pelo Serviço Social⁵⁸, seja através das dissertações de mestrado e teses de doutorado, artigos publicados em periódicos, livros, capítulos de livros, coletâneas, conteúdo de revistas específicas do Serviço Social, projetos de pesquisa da Pós-Graduação, etc. Sendo assim, discutir a produção do conhecimento no Serviço Social torna-se relevante para a categoria profissional.

Nesse processo histórico em que a produção do conhecimento se materializa via pesquisa no Serviço Social, alguns elementos podem se colocar como mediações possíveis ao exercício da pesquisa, constituindo cariz da sua particularidade. Neste sentido, Bourguignon

⁵⁷ Profissão considerada como produto social e histórico, socialmente demandada, e que, portanto, atende necessidades sociais. Um tipo de trabalho que se constitui como demanda histórica da sociedade capitalista e, como tal, participa e é determinada pelas mudanças do mundo do trabalho e da sociedade capitalista. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008)

⁵⁸ Exemplos destes estudos:

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ABEPSS, Fortaleza. Anais. Fortaleza: ABEPSS, 2004

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. PUC: São Paulo, 2005. Tese-Doutorado- Serviço Social- PUC/SP, 2005.

CARVALHO, Denise Bontempo Birche.; SILVA, Maria Ozarina Silva. *Serviço Social, Pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25, 2007

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social : o mundo do trabalho em debate** / Ricardo Lara. –Franca : UNESP, 2008 Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

SILVA, Maria Ozarina da Silva e. Trinta anos da Revista Serviço Social e Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 100, p. 599-649, out/dez. 2009.

(2005, p. 219) destaca

(...) a necessária vinculação orgânica com a prática profissional, a garantia da centralidade ao sujeito participante como condição ontológica a ser recuperada pelas pesquisas e o compromisso como o seu retorno e alcance social, de forma a mobilizar ações que potencializem processos de transformação nas condições materiais de existência dos sujeitos, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações sociais em que trabalham e no próprio conhecimento acumulado pela profissão.

Com todo o exposto até o momento neste trabalho, podemos pontuar algumas características da particularidade da produção do conhecimento e da pesquisa em Serviço Social, a partir da contribuição dos diversos autores citados no transcurso desta dissertação. Estas particularidades serviram de referência e subsidiaram as análises das dissertações de Mestrado do Programa de Mestrado da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). São elas:

- Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social: preocupação com o processo de transformação social, repensar a prática profissional. “A pesquisa não é “especulativa”, pelo contrário está vinculada a necessidade de gerar um conhecimento que seja capaz de “operar” transformações nas ações cotidianas, permitindo compreender a realidade e estabelecer “estratégias” de intervenção” (BOURGUIGNON, 2005, p. 249).
- Característica do conhecimento produzido pelo Serviço Social: inserção dos profissionais em práticas concretas (BAPTISTA, 1992).
- O saber em Serviço Social não deve ser somente explicativo e a pesquisa não é especulativa: “Trata-se de construir um saber que se situe, não só como fator explicativo e unificador da transformação social, mas que contribua efetivamente para o processo de mudança” (AMMANN, 1984, p. 145). “(...) *Então a nossa pesquisa não é uma pesquisa especulativa, ela é uma pesquisa muito centrada numa visão operacional do saber. Então a nossa característica, do nosso campo de pesquisa, é um conhecimento que seja capaz de operar transformações*”(COSTA)⁵⁹.
- A intervenção profissional é uma das bases da pesquisa no Serviço Social. Yazbek (2001, p. 38), “é no cotidiano, no tempo miúdo da ação profissional (...), que o

⁵⁹

Depoimento dado pela professora na tese de doutorado de Jussara Bourguignon (2005, p. 249)

Serviço Social encontra as motivações para fazer pesquisa” .

- Amplitude temática no âmbito da produção do conhecimento: “amplitude temática no âmbito da produção do conhecimento na área de Serviço Social é uma privilégio de uma categoria profissional que atua na transversalidade das “múltiplas expressões da questão social” (IAMAMOTO, 2004, p. 13).

Importa deixar claro que ao destacar a preocupação com a particularidade do conhecimento do Serviço Social e sua relação com o exercício profissional não se tem a pretensão de restringir a compreensão da pesquisa, nem limitar diálogos entre áreas de conhecimento ou cercear potencialidades presentes no processo de produção de conhecimento da profissão ao investigar realidades e temáticas de natureza social. Pelo contrário a intenção é afirmar que a pesquisa que se faz na profissão tem subjacente a própria prática profissional e seus “objetos de intervenção”. Acreditamos que através desta particularidade a profissão poderá contribuir com avanços quanto às estratégias de enfrentamento das demandas sociais. E com certeza estas estratégias não se restringem ao Serviço Social, mas ampliam-se para o conjunto articulado das práticas sociais comprometidas com a democracia e consolidação dos direitos sociais.

CAPÍTULO III- REALIDADE PESQUISADA

3.1 O processo de constituição das principais matrizes que fundamentam o Serviço Social brasileiro: conhecimento e exercício.

Antes de iniciar as análises das dissertações de Mestrado, no sentido de conhecer se estas fazem uma relação direta com o exercício profissional, torna-se necessário resgatar alguns aspectos referentes aos fundamentos do Serviço Social na sociedade brasileira, com o intuito de compreender as dimensões que perpassam o exercício profissional.

Desta forma, neste item serão apresentados alguns fundamentos relativos ao processo histórico de constituição das principais matrizes do conhecimento e do exercício do Serviço Social brasileiro⁶⁰. Para tanto, torna-se necessário resgatar alguns aspectos da gênese do Serviço Social, a partir da reconstrução teórica do significado social da profissão na sociedade capitalista. Como explica Yazbek (2000), para compreender a profissão é necessário inseri-la no movimento histórico da sociedade, que é produto das relações sociais. Neste sentido, torna-se necessário compreender e situar o momento histórico em que surge a profissão⁶¹.

A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social. A principal característica dessa fase do capitalismo na era dos monopólios é o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados. Segundo Netto (1996a) os principais fenômenos da organização monopólica são: crescimento contínuo dos preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios; taxas de lucros tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; taxa de acumulação se eleva, em contrapartida, ocorre a tendência descendente da média de lucro e a disposição ao subconsumo; investimentos se concentram nos setores de maior concorrência; ocorre a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto em razão da inserção de novas tecnologias; crescimento do número de trabalhadores que vão

⁶⁰ No capítulo 1 vimos que existe uma relação entre o conhecimento e a ação. Esclarecemos que a teoria ou o conhecimento não se traduz diretamente em ação ou prática, mas que existem mediações para a teoria “se transformar em prática” o que fica claro é que a teoria “ilumina” a prática, da uma direção e que esta relação é eliminável.

⁶¹ Considerando que existe uma vasta bibliografia qualificada sobre o tema, não nos deteremos sobre este item, mas compreendemos ser necessário explicar os fundamentos históricos e teóricos sobre os quais foi construída a profissão.

compor o exército industrial de reserva de força de trabalho, ou seja, o desemprego⁶².

Para assegurar os mecanismos tencionados pela ordem monopólica, o Estado passa a ser reivindicado como mecanismo de intervenção extra-econômica, cuja função é assegurar os grandes lucros dos monopólios e desempenhar funções econômicas como investimentos em setores menos rentáveis e em empresas com dificuldade de crescimento ou em crise; entregar aos monopólios os complexos construídos com fundos públicos além de outros fatores que os fortalecem em detrimento dos custeios do Estado. Desta forma o Estado passa então a ter como principal objetivo garantir as condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista.

Em relação às contradições sociais oriundas da relação capital *versus* trabalho, o Estado se responsabiliza por controlar e manter a força de trabalho e por suportar certo nível de organização de luta classista. Nas palavras de Netto (1996a, p. 25), “o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política por meio do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas”. Com isso a “questão social” passa a ser objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado, por meio das políticas sociais, as quais passam a atuar diretamente nas expressões da “questão social”⁶³ de forma fragmentada e parcializada.

Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recordadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas. (NETTO, 1996a, p. 28).

Assim, a ação interventiva do Estado, desconsidera a “questão social” como resultante da ordem burguesa e das contradições do modo de produção capitalista, na sua maneira conflitante de produzir e apropriar da riqueza social. Dessa forma, a “questão social” é atacada nas suas expressões, nas suas sequelas, e são entendidas como problemáticas para o

⁶² Para aprofundar as discussões sobre Capitalismo Monopolista conferir Netto (1996a).

⁶³ “Todas as evidências disponíveis sugerem que a expressão ‘questão social’ tem história recente: seu emprego data de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantrópos situados nos mais variados espaços do espectro político. A expressão surge para dar conta do fenômeno evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação.” (NETTO, 2001, p. 42, destaque do autor).

desenvolvimento econômico-social.

Nesse contexto, o Serviço Social, em âmbito mundial, emerge como profissão e consolida seu espaço sócio-ocupacional na idade do capitalismo monopolista. Para José Paulo Netto (1996) é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social e técnica do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (NETTO, 1996, p. 69). Portanto, é na consolidação da sociedade burguesa madura que surge o Serviço Social com sua base sustentada nas modalidades do Estado burguês que se defronta com a “questão social” por meios das políticas sociais. É nesta processualidade histórico-social que se põe o mercado de trabalho para o assistente social, e este passa a ter a sua ação profissional reconhecida “como um dos agentes executores das políticas sociais” (NETTO, 1996).

No Brasil, o Serviço Social deu seus primeiros passos na década de 1930 com a iniciativa particular de vários setores da burguesia com fortes laços com a Igreja Católica, tendo como referência, primeiramente, o Serviço Social europeu de orientação Franco – Belga (YAZBEK, 2000). Os primeiros passos operacionais do Serviço Social no Brasil se dão no seio do movimento católico. O processo de profissionalização e legitimação encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que nascem especialmente na década de 1940. Dentre as instituições podemos destacar: o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (LBA/1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/1942) e o Serviço Social da Indústria (SESI/1946). A criação de tais instituições tem como pano de fundo um período, na história do Brasil, marcado pelo aprofundamento do modelo de Estado intervencionista sob a égide do capitalismo monopolista internacional e por uma política econômica nacional que privilegiou o crescimento da industrialização. No Brasil, o desenvolvimento desencadeia a expansão do proletariado urbano, reforçada pela migração interna, o que cria a necessidade política de controlar e absorver esses segmentos sociais. “O Estado incorpora parte das reivindicações da classe trabalhadora nacional, ampliando a base de reconhecimento legal da “cidadania”, do proletariado e dos direitos sociais por meio da criação de legislações sociais” (IAMAMOTO, 1994, p. 30 – 31).

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política (YAZBEK, 2000b, p. 6).

Desta forma Silva e Silva (2006) apontam que no período dos anos 1930, o Estado se depara com duas demandas, quais sejam: absorver e controlar os setores urbanos emergentes e buscar, nesses mesmos setores, legitimação política. Para isso, adota uma política de massa, incorporando parte das reivindicações populares, mas controlando a autonomia dos movimentos reivindicatórios do proletariado emergente, através de canais institucionais, absorvendo-os na estrutura corporativista do Estado.

Nesse momento da conjuntura nacional, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja Católica que, no contexto do desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procurava-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina Social da Igreja (SILVA E SILVA, 2006, p. 24-25).

No campo teórico, as primeiras décadas do Serviço Social no Brasil tiveram como orientação o pensamento social da Igreja e o pensamento conservador⁶⁴, principalmente, da sociologia norte-americana⁶⁵. É importante destacar as influências das *Encíclicas Papais* pela abordagem da escola Franco-Belga e as análises funcionalistas norte-americana com as “metodologias de ação”: *caso, grupo e comunidade*. Segundo Yazbek (2000), a relação da profissão com o ideário católico vai cunhar seus primeiros referenciais no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Essa relação vai imprimir à profissão um caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral

⁶⁴ “Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomadas como seqüelas inevitáveis do ‘progresso’ (donde a funcionalidade da perspectiva ‘pública’ da intervenção) – desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais.” (NETTO, 1996a, p. 75, destaque do autor).

⁶⁵ “O Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico. Passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos de 40.” (IAMAMOTO, 1994, p. 26).

e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução de “problemas” e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. “O contributo do Serviço Social, neste momento, incidirá sobre os valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes do capitalismo monopolista” (YAZBEK, 2000, p. 22).

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento (YAZBEK, 2000b, p. 8).

Em seguida, a busca pelo aprimoramento técnico buscou aproximação com o Serviço Social norte-americano. Essa aproximação objetivava atender às novas configurações do desenvolvimento do capitalismo da época e que, por consequência, exigia da profissão maior qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, priorizando responder às necessidades do Estado que iniciava a implementação das políticas sociais. De acordo com Yamamoto (1994, p. 28):

Analisando a sociedade a partir do suporte teórico da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia social humanista cristã. Ao mesmo tempo, aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidade. Ou seja: enquanto os procedimentos de intervenção são progressivamente racionalizados, o conteúdo do projeto profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista.

A recepção *a-crítica* das ciências sociais e humanas é uma característica que marcou o início do Serviço Social. As abordagens europeias, em especial a interpretação *durkeimiana* do sistema da divisão do trabalho, a peculiar teorização sobre o normal e o patológico e sua relação com as matrizes do pensamento católico integraram as bases teóricas⁶⁶ do Serviço

⁶⁶ Segundo Yazbek (2000, p. 23, destaque do autor): “Este processo vai constituir o denominado ‘arranjo teórico doutrinário’, caracterizado pela junção do discurso humanista cristã com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela

Social numa ótica restauradora e moralista. Com a consolidação das ciências sociais e a sua consequente fragmentação que deu margem à consolidação da sociologia, a escola norte-americana, com as elaborações de Mary Richmond, designa ao exercício do assistente social a noção de uma *ciência social sintética aplicada*. Segundo Paulo Netto (1996a, p. 142, grifo do autor): “O caráter *aplicado* provinha da convicção de que era essencial à profissão intervir sobre variáveis prático-empíricas, mais que qualquer outra dimensão; o traço *sintético* derivava do tônus sistemático da sociologia norte-americana de então”. O empirismo atribuído ao Serviço Social é resultado de sua consolidação na divisão social do trabalho. Atribui-se a ele o caráter de uma profissão interventiva, que necessita dar resposta *prática* para as contradições sociais. As ciências sociais são buscadas pelos profissionais de uma forma sistemática ao extremo, havendo, em alguns momentos, reivindicações de receituários capazes de oferecer caminhos eficazes para as ações profissionais, desconsiderando, inclusive, o processo histórico-social. Calcado nesses preceitos, o Serviço Social tem sua filiação teórica com as ciências sociais do século XX que, em suas construções teórico-metodológicas, produz um saber fragmentado sobre a realidade social. A aceitação inicial de uma aproximação receptora do Serviço Social em relação às ciências sociais enfraqueceu o eixo de apreciação crítica dos subsídios teóricos. A matriz positivista ofereceu uma compreensão das relações sociais e do ser social de cariz imediatista, restringindo a perspectiva teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação do homem e da sociedade. Essa visão de mundo não oferecia possibilidades de mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se sempre para ajustamentos e conservações do *status quo* da ordem do capital. Yazbek (2000) destaca que na sua orientação funcionalista, esta abordagem apresenta para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentais e das técnicas para a intervenção, com “metodologias de ação” que buscava padrões de eficiência. Observa-se “uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais”. (YAZBEK, 1984, p. 71). Segundo Paulo Netto (1996a, p. 143, destaque do autor), não havia validação crítica do acervo das ciências sociais por parte dos assistentes sociais, resultando em:

a) o tônus do Serviço Social tendia a ser *heterônimo*, isto é, tendia a ser dinamizado a partir da valoração “científico”- acadêmica variável desfrutada num momento dado por uma ou outra ciência social ou uma de suas correntes; b) a verificação da validade dos subsídios tendeu a desaparecer do horizonte profissional do assistente

social – já que prévia e supostamente realizada no sistema de saber de origem –, *donde uma escassa atenção à pesquisa e à investigação* (e as escassas predisposição e formação para tanto). A outra conseqüência deletéria foi a consolidação do *praticismo* na intervenção do profissional (praticismo que, como vimos deita raízes na própria emergência da funcionalidade histórico-social do Serviço Social); tacitamente, o caráter “aplicado” de intervenção profissional passou a equivaler ao cancelamento da inquietação em face dos produtos das ciências sociais.

Desta forma, o objetivo central da intervenção profissional do assistente social era contribuir para um maior ajustamento à ordem social vigente, sendo dirigida, sobretudo, as situações de “pobreza” e dos “pobres ou desajustados”. Nesse contexto, a intervenção do Serviço Social se realizava preferencialmente no âmbito individual, trabalhando sobre as “características individuais” dos sujeitos que apresentavam algum tipo de “desajuste social”. Portanto, a intervenção tinha um forte traço moralizador que se travestia de “educador”, se tratava de uma verdadeira “reforma moral”. Conforme Verdès-Leroux, analisando o Serviço Social francês

o projeto profissional dos anos 30 baseava-se na educação da classe operária, fornecendo-lhes regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigindo-lhes seus preconceitos, ensinando-lhes a racionalidade, os disciplinando nos seus trajés, seus lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar. A função do assistente social nesse período – embebido pelo militantismo católico – encontra-se na missão ideológica da classe dominante, ou seja, no modelamento da personalidade do indivíduo de acordo com a visão de mundo da burguesia adaptada sob a forma de certo humanismo cristão (1986, p. 15).

Dessa forma, nesse período, o Serviço Social assumiu uma faceta ‘humanitária’, por trás da qual se escondiam interesses repressivos e de controle sobre o movimento operário, em concordância com o Estado e a burguesia, os quais procuravam implementar políticas assistenciais, e até mesmo paternalistas, capazes de atuar como fatores de desmobilização do proletariado. Todo esse esforço da classe dominante dirigia-se a um objetivo: bloquear o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e sua organização política.

Já a partir dos anos de 1950, o Serviço Social, na continuidade e na qualidade de receptor *a-crítico* das ciências sociais, passou a ter influências teóricas heterogêneas que vão desde as concepções teóricas conservadoras às mais progressistas. Em princípio, no decurso da *modernização do Serviço Social*, há uma aproximação com os fundamentos da *teoria da modernização* presente nas ciências sociais. Diante da realidade social do país, o Serviço

Social passa a ser um agente importante para o enfrentamento da “questão social”, o que amplia o seu campo de intervenção. No âmbito interno da profissão, já na década de 1950, os primeiros questionamentos do *status quo* do Serviço Social se fazem presentes, principalmente, pela preocupação de alguns profissionais em responder às ânsias de alguns setores populares.

Então, durante as décadas de 1950 e 1960, tendo como pano de fundo o panorama sócio-político e econômico do Brasil, o Serviço Social sofreu alterações substantivas reveladas nas demandas prático-interventivas, na sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais e nos seus referenciais teórico-culturais e ideológicos. Os desdobramentos ou consequências de todos esses processos no interior da profissão, detonados por elementos relacionados à dinâmica sócio-política e econômica do período, impuseram ao Serviço Social “uma diferenciação e uma redefinição profissional sem precedentes” (NETTO, 2008).

Como já mencionamos, o Serviço Social teve que se adaptar a nova conjuntura e se preparar, sobretudo tecnicamente, para as novas tarefas que lhe eram colocadas. Assim passou a se definir como um profissional técnico e eficiente que devia enfrentar os problemas sociais que derivavam das situações de pobreza, privilegiando o trabalho junto às comunidades (MOLJO, 2005). A tarefa proposta ao Serviço Social é fazer com que a população aceite o desenvolvimento proposto pelo Estado baseado na moralização, justiça social e solidariedade, racionalização de recursos, aumento da produtividade e estímulos ao desenvolvimento das áreas de saúde, educação e trabalho.

Com o exposto podemos afirmar que a partir dos anos 1950, já se observam mudanças significativas no Serviço Social, analisadas por Iamamoto e Carvalho (2008): abre-se novo e crescente campo de trabalho para o Serviço Social nas grandes empresas; o Serviço Social acompanha a modernização das instituições públicas, migrando para prefeituras e participando de programas sociais com a população rural; a profissão alcança maior nível de sistematização nas instituições sociais e assistenciais; a ampliação do reconhecimento profissional por entidades de base nacional, como Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); incorporação de novos métodos de atuação como o Serviço Social de grupo e a dinâmica de grupo; aprofundamento da influência norte-americana no Serviço Social; realização de diversos encontros internacionais.

No período 1961-1964 no Brasil, se inicia o desenvolvimento de uma perspectiva crítica ao Serviço Social ‘tradicional’, quando os setores da categoria profissional dos assistentes sociais esboçam algumas tentativas aos processos de lutas por mudanças. “Esses

profissionais são impulsionados por uma profunda agitação política que ganha força no Brasil e em toda a América Latina, ante a crise do modelo desenvolvimentista, gerando frustrações em amplos setores”. (SILVA E SILVA, 2006, p. 27).

Silva e Silva (2006) destaca que o padrão intervencionista do Estado brasileiro gestado no pós-1930, se intensifica durante esse período, no qual o Estado não somente intervêm na área social como também passar a controlar a relação capital-trabalho, bem como os sindicatos e institui políticas salariais, transformando-se numa espécie de grande empresário, que passa a assumir e a dinamizar os setores estratégicos da economia para que o país atinja um novo patamar de industrialização. É importante salientar que:

No regime militar, a questão social foi enfrentada pelo binômio repressão-assistência, ficando a assistência subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime. Os serviços sociais são, ainda, assumidos como campo de investimento, com subordinação da assistência pública à reprodução do capital, fazendo com que as questões sociais sejam transformadas em problemas de administração, com burocratização e esvaziamento do seu conteúdo político. Todavia, contraditoriamente, a assistência torna-se, no âmbito das lutas políticas dos setores populares, uma forte demanda da própria classe na luta pela conquista da cidadania, em face do agravamento da pauperização dos trabalhadores (SILVA E SILVA, 2006, p. 38).

Conforme já apontado na seção anterior nos anos de 1960, sob a tutela da ditadura militar, a categoria profissional, impossibilitada de questionar as condições políticas, sociais e econômicas da realidade brasileira, inicia um ciclo de indagações sobre o objeto, os objetivos, os métodos e os procedimentos de intervenção do Serviço Social, dando início ao *Processo de Renovação*. No decorrer deste processo, segmentos progressistas da profissão se aproximaram dos movimentos sociais, de perspectivas teóricas críticas, de grupos de esquerda das Universidades e questionaram o *tradicionalismo da profissão*, dando início ao que se afirmou, a partir dos anos de 1980, como ruptura com o Serviço Social tradicional. Segundo Iamamoto (1994, p. 37, destaque do autor):

parcela minoritária, embora crescente, de Assistentes Sociais – emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo momento histórico. Torna-se possível a medida que o contingente profissional se expande e sofre as conseqüências de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares. Nessa conjuntura político-econômico em que já não se podem ignorar as manifestações populares, em que os movimentos sociais e o processo organizativo de diversas categorias profissionais se revigoram, a prática do Assistente Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel

desse intelectual vinculado a um projeto de classe. Verificam-se tentativas de ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um projeto de sociedade. A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientam a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção do conhecimento voltado para os interesses dos ‘setores populares’ e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional visa ainda resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação.

A *perspectiva da Intenção de Ruptura*, no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, objetivava romper com o *tradicionalismo* e suas implicações *teórico-metodológicas e práticoprofissionais*. A Perspectiva de Intenção de Ruptura compreende o movimento efetivado pelos agentes profissionais que desbravaram as possibilidades de aproximação das vertentes teórico-críticas das ciências sociais, tendo como principal alvo o exame do tradicionalismo no Serviço Social. Nesse período, o regime militar do ciclo autocrático burguês obstaculiza liminarmente o *projeto de ruptura* no terreno da “prática profissional”. A reforma do Estado e a realocação profissional dos assistentes sociais não propiciavam margem para “práticas críticas” nem nos espaços do setor privado nem nos espaços setor público. Neste momento, a *Intenção de Ruptura*, como perspectiva profissional que objetiva romper com o tradicionalismo e escrever novas páginas para o Serviço Social, surge na Universidade que se apresentava como um espaço “menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era, comparado ao demais, uma espécie de ponto fulcral na linha da menos resistência.” (NETTO, 2008, p. 250). Este movimento tornou-se possível a partir da apropriação teórico crítica para fundamentar o desvendamento sistemático do significado do tradicionalismo no Serviço Social. Inicialmente, valeu-se de um arcabouço teórico marxista de qualidade, no mínimo, questionável e, no processo de seu amadurecimento, incorporou as interpretações “clássicas” de Marx e a própria fonte marxiana.

O movimento de superação desses “vícios” originais e a apropriação pelo Serviço Social das fontes interpretativas clássicas e da própria teoria de Marx se fundamentaram para além do ato de escolha de parcela da categoria. Diante do intenso confronto protagonizado pela burguesia e pelos trabalhadores, inscreveram-se as possibilidades que permitiram à parcela da categoria se perceber diante dos mesmos dilemas enfrentados por aqueles que são alvo da sua intervenção. Assim, a interlocução mais sólida com aquela tradição e com o pensamento de Marx efetivou-se determinada na realidade histórico-social a qual

potencializou o desnudamento do significado das “*condições de trabalho da categoria profissional*”, a “*dinâmica cultural da sociedade burguesa contemporânea*” e a “*atualidade do processo macroscópico da revolução*” (NETTO, 1989, p 98-99, grifo do autor).

[...] é somente quando o regime de Abril já não consegue mais se reproduzir – graças ao adensamento da resistência democrática, dinamizada, na segunda metade dos anos 1970, pela reinserção da classe operária na cena política – é somente então que a renovação do Serviço Social entre nós gira. Trata-se de um giro notável, cuja evidência mais perceptível é a interlocução com a tradição marxista. Sem prejuízo das modificações que já estavam em andamento, apelando a matrizes teóricas outras, é a interlocução com o pensamento marxista que confere ao Serviço Social no Brasil a sua carta de cidadania intelectual (NETTO apud IAMAMOTO, 2004, p. 9-10).

O período posterior à ditadura, conhecido como Nova República e que compreende os anos de 1986 a 1990, foi marcado por uma ampla participação e mobilização da sociedade e, no caso do Serviço Social, não foi diferente. A década de 80 representou a abertura política que culminou no chamado período de transição democrática. A redemocratização envolveu vários segmentos organizados da sociedade, incorporando diversas reivindicações dos trabalhadores e culminou na aprovação da nova Constituição Federal de 1988. O Serviço Social neste período também se destacou pela ampla participação da categoria profissional, com discussões que perpassavam sua organização interna, bem como na esfera pública. Abreu (2002) e Iamamoto (2008) apontam que o protagonismo dos assistentes sociais foi fundamental no processo de aprovação de algumas leis na Constituição de 1988, tais como a Lei Orgânica de Assistência Social⁶⁷ e posteriormente na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁶⁸ e do Estatuto do Idoso⁶⁹. “É nesse contexto histórico, pós Constituição de 1988 que os profissionais de serviço social, iniciam o processo de ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais, para assumir posições de planejamento e gestão dessas políticas” (YAZBEK, 2000, p. 15).

Foi no contexto da ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram do afastamento do presidente Collor- entre outras manifestações- que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Previdência e da Assistência Social. Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social).

⁶⁸ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n° 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

⁶⁹ BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei n° 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

deferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social de reorientação da profissão nos anos 80 (IAMAMOTO, 2008, p. 50).

Cabe lembrar que no Brasil, a conjuntura que começou a ser gestada, logo após a promulgação da Constituição de 1988, é completamente adversa aos princípios que nela foram garantidos. A década de 1990 fez o Brasil mergulhar profundamente na proposta internacional do neoliberalismo, levando cada vez mais ao agravamento da questão social⁷⁰.

É sempre oportuno lembrar que, nos anos 80 e 90 a somatória de extorsões que configurou um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pela via da vulnerabilização do trabalho, conviveu com a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora (cf. YAZBEK, 2004). É nesse contexto, e na “contra mão” das transformações que ocorrem na ordem econômica internacional mundializada que o Brasil vai instituir constitucionalmente em 1988, seu sistema de Seguridade Social (YAZBEK, 2000, p. 15).

Conforme já afirmamos, foi nesse período que o Serviço Social ganhou “maturidade intelectual” (Yazbek, 2000a) se confrontando ante este tipo de sociedade de forma tanto política como teórica. As produções do Serviço Social brasileiro ganham reconhecimento não somente dos seus pares das ciências sociais no Brasil como no nível latino-americano e internacional.

Maturação que expressa na passagem dos anos 80 para os anos 90 rupturas com o seu tradicional conservadorismo, embora como bem lembre o autor “essa ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional” (p. 111). Pois, a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. Essa maturidade profissional que avança no início do novo milênio, se expressa pela democratização da convivência de diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e ideológicos desde o final da década de

⁷⁰ “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek naquele momento era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’” (ANDERSON, 1995, p.9).

1980. Maturação que ganhou visibilidade na sociedade brasileira, entre outros aspectos, pela intervenção dos assistentes sociais, através de seus organismos representativos, nos processos de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (dezembro de 1993). É também no âmbito da implementação da LOAS, e de outras políticas sociais públicas, com os processos descentralizadores que se instituem no país, no âmbito dessas políticas, que observa-se a diversificação das demandas ao profissional de serviço social (NETTO, 1996, p. 108-111).

Nessa conjuntura, apesar dos dilemas que o Serviço Social enfrenta, registram-se avanços para a profissão, tais como: avanço no debate teórico sobre questões que nortearam o Movimento de Renovação, procurando resgatar o Estado enquanto espaço de trabalho dos assistentes sociais e procurando superar a concepção da assistência social como assistencialismo, situando-a como um direito do cidadão e dever do Estado; avanço das questões acadêmicas, com o reconhecimento do CNPq em 1982 como uma área de produção de conhecimento; a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), em 1987; avanço da organização interna da categoria profissional e sua relação com a organização mais geral dos trabalhadores; ampliação da participação político-partidária dos assistentes sociais; desenvolvimento de avaliação do processo de formação profissional, a partir do currículo mínimo em vigor; maior articulação do Serviço Social brasileiro com a realidade latinoamericana e do Serviço Social no continente.

Yazbek (2000b) destaca que essa conjuntura econômica, política e social configurada no Brasil da década de 90 repercute diretamente na atuação do assistente social na sociedade e no Serviço Social enquanto profissão. Com a redução dos programas e recursos para a área social, a possibilidade de estreitamento do mercado de trabalho é fator concreto. Os movimentos populares, grandes estimuladores para o repensar permanente do Serviço Social, vivenciam momentos de refluxo neste período de crise econômica, ideológica, social, política e cultural (SILVA E SILVA, 2006).

Cabe ainda assinalar outra questão que vem permeou o debate dos assistentes sociais nesta conjuntura: trata-se do movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho dos profissionais brasileiros, localizado no quadro mais amplo de desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo (YAZBEK, 2000, p. 19-20).

Portanto, os anos 90 representaram um momento de inflexão no Serviço Social, já que todo o avanço teórico-metodológico e político que vinha se erguendo enfrentava a hegemonia das políticas neoliberais que se chocavam diretamente com o projeto ético-político porque as políticas do neoliberalismo deixam de lado os valores universais e emancipatórios baseados numa cultura política que busca a emancipação do homem. “Assim, coloca-se como desafio à profissão ao longo de toda a década de 90, e neste início de milênio a consolidação do projeto ético político, teórico metodológico e operativo que vem construindo particularmente sob a influência da tradição marxista” (YAZBEK, 2000, p. 22).

3.1.1 As dimensões do exercício profissional.

Vimos no item anterior que no Brasil, o Serviço Social emerge em meados dos anos 1930, como uma especialização do trabalho coletivo e inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, procurando responder a demandas concretas, colocadas tanto pelo Estado quanto pela classe trabalhadora (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008). Netto (1996) e Yazbek (2000b) expõem as particularidades histórico-concretas do surgimento do Serviço Social como profissão, mostrando que a sua origem está relacionada aos processos econômicos, políticos e sociais constituídos no capitalismo monopolista.

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social. A Questão Social em suas variadas expressões, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2000b, p. 6).

Desta forma o Serviço Social é entendido como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho⁷¹, ou seja, é uma profissão considerada como produto social histórico, socialmente determinada e que, portanto, atende a necessidades sociais.

Assim, o Serviço Social deve ser pensado como profissão componente da sociedade capitalista e, como tal, a atuação do assistente social é polarizada pelo interesse das duas classes, que são sempre inconciliáveis e antagônicos. O Serviço Social

⁷¹ Cf. defesa de IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. “*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*”. São Paulo, Cortes/CELATS, 1985.

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da produção do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história (IAMAMOTO, 1994, p. 99).

O Estado, por sua vez, ao implementar as políticas sociais com a contribuição do conjunto da sociedade, através do pagamento dos impostos, socializa os custos da reprodução da força de trabalho, e, simultaneamente, abre uma parcela para o mercado, criando setores para o capital privado, ou seja, garante o interesse de ambas as classes. Assim, os serviços sociais, atendem a parcela das necessidades de reprodução da classe trabalhadora e atendem aos interesses dos proprietários do capital, que também desejam a reprodução da força de trabalho.

Importante enfatizar que neste cenário o assistente social atua no “campo de mediações”, no espaço de convergência e contradições, que é a própria sociedade. O caráter contraditório do exercício profissional é configurado pela inserção deste trabalho nesse campo mediado por interesses contraditórios.

Entender este caráter contraditório da profissão é fundamental para romper com o fatalismo/pragmatismo (visão determinista da sociedade) ou messianismo/voluntarismo (visão heroica da profissão), pois ambos são distorções dos processos sociais e históricos que não reconhecem a realidade do mercado de trabalho. Como aborda Raichelis (1991, p. 103).

A presença marcante de tendências deterministas e voluntaristas no interior do meio profissional tem levado a que as respostas profissionais ratifiquem e reafirmem o caráter assistencialista da prática profissional. O pragmatismo, o mediatismo, a dificuldade de formulação de novas alternativas de ação tem contribuído para reiterar posturas ingênuas, desprovidas da compreensão das bases históricas que explicam o construir-se desta profissão e do próprio movimento social.

Através da compreensão deste caráter contraditório, o profissional pode fortalecer uma ou outra classe, mas sempre nesta relação de contradição em que a outra também se beneficiará de alguma forma, pois não dá para excluir das ações os interesses de uma das classes, já que elas se inter-relacionam.

A profissão de Serviço Social também deve ser analisada sob dois ângulos indissociáveis entre si: de um lado as condições societárias que estabelecem o terreno sócio-histórico onde se realiza a profissão, que vai além da vontade individual de cada um dos seus agentes; de outro, as respostas dos assistentes sociais a este contexto. Nas palavras de Raicheles (1991, p. 99).

(...) ao mesmo tempo em que o serviço social se desenvolve como atividade socialmente determinada pela divisão social e técnica do trabalho, ele é, também, simultaneamente, o resultado da prática coletiva de seus agentes profissionais. Prática esta orientada pelas interações, concepções, expectativas e discursos que os assistentes sociais coletivamente constroem para legitimar sua própria existência como profissão na sociedade. (...) é preciso apreender a profissão em seu duplo aspecto: do discurso profissional que expressa a vontade e a intencionalidade de cada um dos assistentes sociais e dos efeitos sociais concretos que esta prática coletiva produz e reproduz, dimensões estas nem sempre coerentes entre si.

Iamamoto e Carvalho (2008, p. 73) destacam que esta dupla dimensão da atividade profissional – “como atividade vivida e representada pela consciência do assistente social e como atividade socialmente determinada- é uma unidade contraditória.” Na verdade, a realidade objetiva é contraditória, já que nos referimos à sociedade capitalista. Assim, o resultado da ação concreta é determinada pelas condições objetivas e pelas escolhas dos agentes profissionais, que podem ser críticas ou não.

O profissional encontrará limites dentro da conjuntura social e histórica, mas com possibilidade de apreendê-la criticamente criando alternativas e possibilidades. Ou seja, este caráter contraditório da profissão pode colocar limites e possibilidades para a ação profissional.

Se o caráter contraditório da profissão é a ela atribuído pelas próprias contradições da sociedade burguesa em que é conformada, sobretudo aquela na qual se assenta a questão social, ele é vivido no trabalho efetivo dos assistentes sociais por meio de todas as ações e atividades que desempenham no interior dos espaços sócio-ocupacionais do qual se inserem; ao atenderem ao mesmo tempo e contraditoriamente, os interesses das classes sociais que se encontram em disputa, podem imprimir uma direção social e política a elas no reforço e um ou outro lado daqueles que compõem a relação social. Aqui se evidencia um movimento: a profissão só pode ser assim apreendida da ótica de sua participação na totalidade da vida social e, portanto, da (re) produção das relações sociais; seu caráter contraditório daí deriva e

o espaço em que podem se mover seus agentes e a qualidade- ética, política e teórica- do movimento depende especialmente se sua clareza e lucidez a cerca dessa própria ótica e das implicações e significados dessas três dimensões que perpassam o trabalho profissional.

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal⁷², e por isso, “dispõe de algumas características típicas de uma profissão liberal: a existência de uma relativa autonomia por parte do assistente social, quanto à forma de condução de seu atendimento junto aos indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no Código de Ética Profissional” (IAMAMOTO, 2008, p. 96). No entanto, um dos limites concretos para o exercício profissional, é que a sua inserção no mercado profissional tem como principal característica a venda da força de trabalho e a condição de assalariamento, já que sua inserção está direta e historicamente ligada à incorporação de seu trabalho pelas instituições (públicas ou privadas).

Assim sendo, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social não tem se configurado como profissional autônomo no exercício de suas atividades, não dispondo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho. No entanto, isso não significa que a profissão não disponha de relativa autonomia e de algumas características que estão presentes nas profissões liberais como a singularidade que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um Código de Ética, orientando suas ações, o caráter não rotineiro de seu trabalho, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e, finalmente, a Regulamentação legal da profissão (Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993 – que dispõe sobre o exercício profissional, suas competências, atribuições privativas e fóruns que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão – o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS). É necessário também lembrar que o serviço social ainda mantém traços de profissão em cuja origem estão presentes elementos vocacionais como: a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religioso ou político e o discurso altruísta e desinteressado (YAZBEK, 2000b, p. 11).

Esta condição, a de assalariamento, implica num conjunto de rebatimentos para os profissionais, pois enquanto assalariados, todos são subordinados ao mercado de trabalho e às suas exigências. Mais do que isso, a venda da força de trabalho está atrelada à prestação de um serviço, que possibilita esta relação de compra e venda desta força de trabalho especializada. No trabalho assalariado, “a auto-objetivação do sujeito metamorfoseia-se na sua própria negação, na perda do controle de sua atividade e de seu tempo de vida,

⁷² Cf. Lei 8662 de 7 de junho de 1993 (*Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências*).

subordinada a finalidades que lhe são estranhas” (IAMAMOTO, 2010, p. 41).

Isso requer pensar não o Serviço Social isoladamente, mas o desempenho profissional no conjunto das relações sociais, num conjunto das determinações sociais que moldam, estruturam e balizam a autonomia e as possibilidades de trabalho.

Neste sentido, as várias mudanças processadas na sociedade configuram redefinição do papel, das demandas e das atribuições dos assistentes sociais, assim como coloca modalidades de contratação precarizadas (trabalhos terceirizados, contratos temporários, baixas remunerações, sem garantias trabalhistas, etc).

Há ainda, atualmente, uma mudança nas funções a serem desenvolvida pelos assistentes sociais, que tradicionalmente estavam na linha de frente da implementação das políticas sociais, ou, conforme expressão de Netto (1996), eram “executores terminais de políticas sociais” e hoje são chamados a trabalhar nos níveis de planejamento, assessoria, coordenação e representação.

Assim, o Serviço Social neste contexto, não por vontade dos profissionais, mas em função das reorganizações de trabalho, seja no Estado, seja na esfera privada, vêm sofrendo reestruturação de suas funções, das suas competências. Hoje, além da citada execução, os assistentes sociais são chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação das políticas sociais, do planejamento e gestão destas políticas.

Uma das outras determinações que devem ser relacionadas ao falarmos sobre o Serviço Social, é que, como esta profissão está inserida em diferentes campos de trabalho, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, possui conseqüentemente, diferentes empregadores (Estado, empresas privadas, movimentos sociais, Organizações Não- Governamentais, etc) e também formas diferentes de estruturação e organização do trabalho.

o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 1999, p. 8).

Conforme afirma IAMAMOTO (2010), a organização/instituição em sua lógica interna, indica os meios pelos quais as expressões da questão social serão compreendidas e se tornaram “objeto de intervenção” para o Serviço Social. Essa característica impacta no

resultado da ação concreta do trabalho do assistente social. Quando está inserida na esfera pública, através da viabilização dos Serviços Sociais, e das políticas sociais, a profissão contribui para a reprodução da força de trabalho, para a viabilização das condições de vida da população no acesso aos seus direitos. No entanto, quando a atuação ocorre em uma empresa privada, o trabalho do assistente social também tem ingresso no circuito da lucratividade, da rentabilidade, da produtividade.

Por outro lado, o modo como os profissionais apreendem a sua inserção sócio-institucional expressa os conteúdos teórico-metodológicos presentes em sua análise que, por sua vez, atuam como eixos orientadores em relação à intervenção profissional. Ou seja, não apenas as condições objetivas, mas também as condições subjetivas são conteúdos relevantes para a intervenção profissional.

No entanto, voltamos novamente à reflexão sobre a unidade contraditória da profissão: como atividade socialmente determinada e demandada e como atividade vivida pelos agentes profissionais, pois a realização do trabalho está relacionada com os projetos que a profissão desenvolve e constrói, da competência teórico-metodológica, ético-política e técnico profissional, entendendo que estas três dimensões constituem uma unidade indissolúvel, mesmo que cada uma mantenha as suas particularidades, ou seja, elas constituem uma unidade na diversidade.

Guerra (2007) aponta que estas três dimensões são os componentes do projeto profissional. Tais componentes qualificam a prática profissional e a diferenciam daquelas realizadas por leigos, tornando o exercício profissional consciente para os seus agentes. Uma implicação direta da opção por determinados valores no campo da emancipação, da democratização econômica e social e no campo da defesa das políticas públicas exige o posicionamento do assistente social contra os diferentes modos de dominação, preconceito, autoritarismo, os quais se expressam também na privatização da vida social e no individualismo. Em síntese, Guerra (2007) explica que ser orientado por um projeto progressista significa para o profissional a possibilidade de adotar estratégias sociopolíticas e profissionais que acumulem forças com a luta mais ampla dos trabalhadores.

Guerra (2007, p. 12) também aponta que “o fazer do assistente social exige o conhecimento da situação, do cotidiano da sua prática, dos meios e condições de realização, das possibilidades que a realidade contém e das tendências que suas orientações poderão desencadear”. Assim, é necessário a este profissional estar fundamentado por uma teoria social. A escolha de uma perspectiva teórico-metodológica passa pelos sujeitos, não de forma aleatória ou individual e sim por meio do conhecimento dos fundamentos epistemológicos e

filosóficos, da apreensão das implicações políticas de cada teoria e do método desencadeado por tal escolha. Desta forma, mais uma vez podemos apontar o caráter de unidade entre as três dimensões no exercício profissional.

Santos (2002) aponta que os profissionais da intervenção muitas vezes não conseguem se apropriar dessa relação. Para eles, há uma grande lacuna entre o que aprendem na universidade e a realidade de seus espaços sócio ocupacionais. Frequentemente queixam-se das dificuldades que sentem no momento de materializar em ações os conteúdos obtidos na academia. Assim nota-se que a academia está preocupada em enfatizar a importância de todas as dimensões constitutivas do serviço social, inclusive, salientando a importância para a “competência profissional”, da articulação entre elas.

Para esta mesma autora, o profissional não pode se reduzir a uma dimensão, sob o risco de comprometer a competência, uma vez que as solicitações que chegam a ele são de naturezas diversas- técnica, teórica, ética e política. O profissional precisa estar amparado numa teoria que lhe sirva de parâmetro para conhecer a realidade. É esse conhecimento que lhe dará condições para criar estratégias e táticas de intervenção profissional comprometidas com um determinado projeto ético-político. “O reconhecimento e a compreensão de dimensão ético-política como constitutiva da prática profissional possibilita ao profissional a busca de uma referencial teórico-metodológico que lhe dê condições de criação de instrumentos técnico-operativos condizentes com suas finalidades” (SANTOS, 2002, p. 40).

Sendo assim, torna-se de extrema relevância analisar as produções de conhecimento que são produzidas na academia por meio do Programa de Mestrado, articulando estas produções com o exercício profissional.

3.2 Breve perfil da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.

A construção do perfil da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil se fundamenta no entendimento de que se trata de um processo que só pode ser compreendido como expressão do desenvolvimento histórico da profissão, conforme apontado no capítulo 2.

Como foi também citado neste capítulo, o primeiro curso de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil foi instituído na Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1972, seguindo-se no mesmo ano, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Em relação ao doutorado, em 1981 iniciou-se o primeiro Doutorado em Serviço Social na América Latina na Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Contudo, na década de 80, não foram criados outros Programas na área. Na década de 90 foi retomada a

expansão da Pós-Graduação, com a criação de 6 novos Programas. O maior impulso ocorreu no período de 2000-2009, com a criação de 15 novos programas. Conforme indicado no capítulo 2, esta expansão é a expressão de um amplo processo de renovação acadêmica profissional crítica que ocorreu no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, rompendo com suas marcas conservadoras de origem.

O reconhecimento científico junto às entidades oficiais de fomento à pesquisa, apesar de recente, impulsionou e apoiou o desenvolvimento acadêmico do Serviço Social como campo específico de Pesquisa. O Serviço Social passou então a ser considerado, tanto na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico⁷³ (CNPq), como área de conhecimento, situada no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, tendo constituído critérios próprios de avaliação de projetos de pesquisa e de Programas de Pós-Graduação, colocando o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e à Pós-Graduação no país.

No nível da Pós-Graduação, segundo dados da *Fundação Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério de Educação*, referentes a 2007⁷⁴, o Serviço Social constitui-se área específica de Pós-Graduação no âmbito da CAPES, totalizando 31 Programas de Pós-Graduação, sendo que 17 Programas desenvolvem somente curso de Mestrado e 14 Programas desenvolvem cursos de Mestrado e Doutorado.

Os 31 Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social estão assim distribuídos espacialmente: 12 (39%) na região Sudeste, 10 (32%) na Região Nordeste, 4 (13%) na região Sul, 3 (10%) na Região Centro- Oeste e 2 (6%) na Região Norte. Por estes dados percebe-se

⁷³ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país, que tem como finalidade o fomento da pesquisa científica e tecnológica, e o incentivo a formação de pesquisadores no Brasil. Atualmente, a gestão do CNPq é de responsabilidade de uma Diretoria Executiva, enquanto o Conselho Deliberativo é responsável pela política institucional. Por meio de Comitês de Assessoramento e da Comissão de Assessoramento Técnico-Científico. O CNPq oferece bolsas e auxílio à pesquisa em diferentes modalidades. As bolsas são destinadas a pesquisadores experientes, a pessoas recém doutoradas, a alunos de pós-graduação, graduação e ensino médio. Os valores das bolsas são variados. Existem duas categorias de bolsas: bolsas individuais (no Brasil ou no exterior), ou bolsa por quotas. As Bolsas individuais, tanto no país, como no exterior, são de fomento científico ou tecnológico. O auxílio oferecido pelo CNPq pode ser destinado a Instituições, a Cursos de Pós-graduação (pós, Mestrado e Doutorado), a pesquisadores e a Fundações de apoio à pesquisa. São várias modalidades de auxílio, como financiamento para publicação científica, promoção de congressos científicos, intercâmbios científicos para capacitação de pesquisadores e projetos de pesquisa. As bolsas e auxílio à pesquisa são divulgados por meio de Editais, disponibilizados no próprio site do CNPq. Para saber mais ler: BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <http://www.cnpq.br/cnpq>, acessado em 04/07/2012.

⁷⁴ Fonte: CAPES. *Perfil da Pós-graduação. Mestrados e Doutorados reconhecidos*. Acesso em 07/16/2012. Disponível em: www.capes.gov.br

um predomínio de Programas na Região Sudeste, a mais desenvolvida do país, com um total de doze programas. Nesta região também se concentram os cursos de doutorado em Serviço Social no país. Dos 14 cursos de Doutorado, 7 (50%) encontra-se na Região Sudeste.

A formação pós-graduada em Serviço Social é desenvolvida majoritariamente nas Universidades Públicas, com pouca expressividade numérica das Instituições Privadas, “indicando uma tendência inversa do crescimento da graduação, que se expande em Instituições de Ensino Superior Privada, conforme registros da CAPES” (IAMAMOTO, 2010, p. 454)⁷⁵. A dependência administrativa dos Programas de Pós-Graduação assim se expressa: 27 em Instituições de Ensino Superior Públicas, sendo 18 (58%) em Instituições Federais e 9 (29%) em Instituições Estaduais. Apenas 4 cursos de Pós-Graduação encontram-se em Instituições de Ensino Superior Privada sendo que estes Programas abarcam os cursos de Mestrado e Doutorado.

Considerando que a pesquisa científica se desenvolve principalmente no interior da Pós-Graduação, ficou clara a prevalência da produção de conhecimento no sistema público e, sobretudo, no sistema público federal, mesmo considerando a importância das universidades estaduais paulistas neste contexto (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 79).

A área básica dos 31 Programas de Pós-Graduação é a seguinte: 17 são de Serviço Social, 6 de Política Social, 2 de Políticas Públicas, 1 de Serviço Social e Política Social, 1 de Política Social e Cidadania, 1 de Economia Doméstica, 1 de Serviço Social, Trabalho e Questão Social, 1 de Serviço Social e Desenvolvimento Regional e 1 de Serviço Social a Desenvolvimento Local. Com estes dados conclui-se que “as políticas públicas de corte social representa, espaço privilegiado da intervenção profissional, constituindo-se também objeto de estudo de grande destaque para a produção do conhecimento no âmbito da profissão (YAZBEK e SILVA, 2005, p.46)”. Como podemos perceber os programas com natureza específica de Serviço Social são a grande maioria demonstrando a relevância que atinge para a profissão, e que é bastante significativo.

Os programas de Pós-Graduação são submetidos à avaliação periódica da CAPES-MEC, sendo avaliados os seguintes critérios: proposta do programa, corpo docente, atividades de pesquisa, atividades de formação, corpo discente, teses e dissertações e produção

⁷⁵ “Segundo a base de dados do Ministério da Educação (MEC/INEP), de abril de 2007, para a área de Serviço Social, existem no país, 253 cursos de Serviço Social inscritos em Instituições de Ensino Superior (IES), das quais 207 são privadas, correspondente a 82% do total e 46, são públicas, ou seja, 18% (IAMAMOTO, 2010, p. 438)”.

intelectual. O resultado da última avaliação⁷⁶ revela 13% dos programas com nota 6 (seis), referente a quatro programas; 10% com nota 5 (cinco) incluindo três programas; 32% com nota 4 (quatro), abrangendo dez programas e 45% com nota 3 (três) referente a quatorze programas. “Esses dados demonstram que a área de Serviço Social mantém um número significativo de programas ainda não consolidados, os de nota 3, um número significativo de programas em consolidação, os de nota 4, e um número também significativo de programas consolidados, os de nota 5” (YAZBEK e SILVA, 2005, p. 49).

Carvalho e Silva (2005) realizaram uma análise do desenvolvimento histórico dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil que nos permite apontar as seguintes tendências: crescimento, descentralização e amadurecimento da área de Serviço Social na CAPES; ampliação de convênios para intercâmbios acadêmicos com instituições nacionais e internacionais; ampliação da produção intelectual da maioria dos programas; corpo docente composto de doutores, vários com pós-doutorado desenvolvido no Brasil e no exterior; expressiva participação de docentes de outros programas, nacionais e internacionais de pós-graduação; tendências de constituição, organização e fortalecimento de grupos e núcleos de pesquisa; contribuindo para a elevação do padrão de qualidade da graduação, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e a inserção internacional de alguns programas, por meio de cooperação técnico-científica, participação de alunos estrangeiros, organização de eventos científicos e publicações, dentre outras.

Com o exposto podemos considerar que a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil encontra-se em constante em expansão, sendo a principal base da produção de conhecimento e da investigação no Serviço Social brasileiro, contribuindo desta forma para o avanço da produção do conhecimento no campo específico do Serviço Social e das Ciências Sociais.

⁷⁶ Significado das notas atribuídas:

a) notas 6 e 7 - exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, desempenho equivalente ao dos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa, alto nível de inserção internacional, grande capacidade de nucleação de novos grupos de pesquisa e ensino e cujo corpo docente desempenhe papel de liderança e representatividade na respectiva comunidade; b) nota 5 - alto nível de desempenho, sendo esse o maior conceito admitido para programas que ofereçam apenas mestrado; c) nota 4 - bom desempenho; d) nota 3 - desempenho regular, atende o padrão mínimo de qualidade exigido; e) notas 1 e 2 - desempenho fraco, abaixo do padrão mínimo de qualidade requerido. Os programas com esse nível de desempenho não obtêm a renovação do reconhecimento de seus cursos de mestrado e doutorado.

3.3 Caracterização do Universo da Pesquisa

Sendo o material desta pesquisa as dissertações do curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), faz-se necessário caracterizar este Programa. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Mestrado, foi recomendado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em novembro de 2004, iniciando suas atividades no ano seguinte. É o único programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Serviço Social no Estado de Minas Gerais. Tem as seguintes áreas de concentração: “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”, articulada com as seguintes linhas de pesquisa: “Política Social e Gestão Pública”⁷⁷ e “Serviço Social e Sujeitos Sociais”⁷⁸. Os objetivos gerais do Programa podem ser resumidos da seguinte forma: “produzir um impacto nas condições da formação e exercício profissional na região, bem como nos processos de formulação e gestão das políticas sociais e públicas e na qualificação da relação com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil”⁷⁹.

Sua estrutura curricular é composta por disciplinas obrigatórias da área de concentração⁸⁰ e das linhas de pesquisa; eletivas por linhas de pesquisa⁸¹; disciplinas

⁷⁷ “Esta linha está voltada ao aprofundamento da análise das políticas sociais destacando suas características na sociedade brasileira e seus processos de regionalização. Inclui ainda a gestão das ações sociais públicas, seus processos de avaliação e instrumentos de monitoramento e indicadores. Nela estão concentrados os estudos políticos sociais e processos de gestão na esfera pública, bem como estudos sobre sujeitos sociais aí implicados e seus diferentes modos de organização e expressão na esfera pública. A linha de pesquisa “Políticas Sociais e Gestão Pública” encontra-se referenciada numa matriz voltada para equidade, justiça social e democracia, numa orientação de universalização e aprofundamento dos direitos”. Disponível no site do programa: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/>.

⁷⁸ “Nesta linha concentram-se estudos sobre o Serviço Social e a intervenção profissional do assistente social, acentuadamente na esfera pública. Esta linha de pesquisa tem como objeto a formação e o exercício profissional, seu significado, competências, atribuições, e demandas dos sujeitos sociais, expressas através de suas organizações e formas de luta. Tem ainda como eixo articulador os estudos sobre a realidade regional, a partir da ênfase na compreensão das particularidades do trabalho profissional mediadas pelo território, tanto no que se refere aos espaços sócio-ocupacionais da profissão, como na constituição dos sujeitos sociais. Dentre o conjunto das demandas apresentadas ao trabalho profissional, a esfera das políticas públicas e privadas adquire relevância por ser a base material do exercício profissional com as demandas vindas das organizações sociais das classes subalternas”. Disponível no site do Programa: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/>.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/>. Acesso em: 29 de julho de 2012.

⁸⁰ O Programa oferece 5 disciplinas obrigatórias. Esse conjunto de disciplinas, que totaliza 14 créditos, deverá ser cursado por todos alunos. As disciplinas objetivam aprofundar conhecimentos e questões referentes ao debate teórico no Serviço Social e à Sociologia Clássica. As disciplinas respondem as áreas de concentração (Questão Social, Território, Serviço Social e Políticas Sociais). Objetivam ainda levar os alunos a se capacitarem para a pesquisa social.

⁸¹ As disciplinas eletivas estão relacionadas aos objetos de estudo desenvolvidos nas linhas de pesquisa. Elas visam o aprofundamento dos temas específicos aos quais se vinculam os projetos dos docentes e discentes. O aluno deverá cursar 1 disciplina eletiva, completando 02 créditos.

optativas⁸²; por atividades orientadas que incluem a participação em grupos de pesquisa; o estágio de docência, obrigatório para alunos bolsistas da CAPES; o exame de qualificação e a dissertação de mestrado⁸³. A periodicidade do Programa é semestral e a integralização deverá ser feita em no mínimo doze meses e no máximo em 30 meses, podendo, em casos excepcionais, ser prorrogado por 6 meses. É necessário completar 32 créditos. O Programa conta com quatro grupos de pesquisa assim distribuídos: “Trabalho e Mercado de Trabalho e Serviço Social”; “Geração, Trabalho e Espaço”; “Políticas Públicas, Gestão e Cidadania” e “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”⁸⁴.

Em última avaliação feita em 2010, referente aos dados de 2007-2009, o programa foi avaliado com nota 3⁸⁵. Possui um periódico, a Revista Libertas, com avaliação B2 na Quali Capes⁸⁶. A Revista Libertas possui uma publicação on-line com duas edições anuais, contendo no mínimo nove artigos cada. Além disso, foi mantida a revista impressa com periodicidade anual com os artigos da on-line⁸⁷.

⁸² As disciplinas optativas por linhas de pesquisa totalizam 6 créditos obtidos com as atividades programadas (estudos individuais, participação em grupos de pesquisa ou de estudo, estágio de docência, disciplinas optativas entre outras atividades que venham a ser definidas pelo Colegiado do Programa).

⁸³ Atividades que englobam a orientação, pesquisa, exame de qualificação, elaboração e defesa da dissertação, totalizando 10 créditos

⁸⁴ Para maiores informações sobre os grupos de pesquisa consultar o sit do programa. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/>

⁸⁵ Em avaliação realizada pela CAPES chegou-se à seguinte conclusão: “O programa está bem estruturado, tem uma estrutura curricular coerente com a área de concentração e linhas de pesquisa. Os docentes são qualificados e o programa tem contribuído para a formação de recursos humanos na região, produzindo impactos nas organizações governamentais e não governamentais na região, inclusive titulando mestres que se inserem nas instituições de ensino superior, públicas e privadas. A produção intelectual de docentes e discentes precisa ser ampliada para se enquadrar nos parâmetros da área de Serviço Social, de forma qualificada”. Disponível em:

<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServletacao=detalhamen%20e%20codigoPrograma=32005016013P0&descricaoGrandeArea=CICANCIAS+SOCIAIS+APLICADAS&descricaoAreaConhecimento=SERVIC70+SOCIAL>

⁸⁶ Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Esse processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

⁸⁷ Para maiores informações sobre a revista, consultar: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/>.

3.4 Panorama da produção do conhecimento a partir das dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFJF.

Em Carvalho e Silva (2005) tem-se um panorama da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Um dos aspectos abordados pelas pesquisadoras refere-se aos eixos temáticos⁸⁸ das teses e dissertações produzidas no período de 1998 a 2002, onde foram produzidos 760 trabalhos, sendo identificados 16 eixos, conforme apresentado no Quadro 1⁸⁹.

QUADRO 1		
Eixos Temáticos teses de dissertações no período de 1998-2002 no Brasil.		
Eixos Temáticos	Porcentagem %	Total de Trabalhos
1- Infância, juventude, família e sociedade	14,22	108
2- Serviço Social, trabalho e prática profissional	13,69	100
3- Política Social: saúde	11,72	89
4- Questão urbana, movimentos sociais, meio ambiente	10,27	78
5-Trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza, exclusão social	9,6	73
6- Política social: assistência social	8,03	61
7- Etnia, gênero, orientação social	4,6	35
8- Pessoa portadora de necessidades especiais, terceira idade, envelhecimento	4,6	35
9- Serviço Social e formação profissional	4,6	35

⁸⁸ “Os eixos temáticos seguem as classificações temáticas elaboradas no VII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e nas temáticas mais relevantes do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ambos os eventos realizados em 2000” (CARVALHO; SILVA E SILVA, 2005, p. 92).

⁸⁹ A organização dos dados em eixos temáticos torna-se necessário no sentido de melhor visualizar as temáticas das produções de conhecimento. Porém, compreendemos que esta organização está sujeita a análises. As políticas sociais por exemplo, não estão sendo analisadas juntas, ficando reservado a cada uma delas um espaço para caracterização. Sobre o quadro apresentado, Sposati (2007, p. 20) afirma: “ diria foi organizado por campos de análise genéricos o que não permite, para além da incidência quantitativa, decodificar qual é efetivamente o objeto de análise na temática ou no grande campo de observação”.

10- Cultura e identidade	4,6	35
11- Questão agrária, movimentos sociais, meio ambiente	3,82	29
12- Terceiro Setor	3,03	23
13- Política social: estado e sociedade	1,31	10
14- Ética, cultura, política, direitos humanos	1,05	8
15- Avaliação de políticas, programas e projetos sociais	1,06	8
16- Política social: previdência social	0,52	4
17- Outros	3,28	25
TOTAL	100	760

Fonte: Carvalho e Silva (2005, p. 93).

No estudo desenvolvido pelas autoras podemos observar que os cinco principais eixos temáticos das teses e dissertações dos discentes dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, são: *Infância, juventude, família e sociedade*, com 14,22% das produções; *Serviço Social, trabalho, prática profissional* com 13,69%; *Política Social: Saúde* com 11,72% das produções; *Questão urbana, movimentos sociais, meio ambiente* com 10,27% e *Trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza, exclusão social*, com 9.6% das produções.

Uma sistematização das dissertações de Mestrado em Serviço Social do Programa da UFJF, conforme indicado no quadro 2 aponta que está mesma tendência também está presente neste Programa, sendo que os 5 principais eixos temáticos são: *Política Social: Saúde* com 16,6% das produções; *Trabalho, Reestruturação Produtiva, Condições de Vida, Pobreza, Exclusão Social*, com 15% das produções, *Serviço Social, Trabalho, Prática Profissional*, também totalizando 15% das produções; *Infância, Juventude, Família e Sociedade*, com 13,3% das produções e *Questão Urbana, Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente* com 11,6% das dissertações.

Quadro 2 Dissertações de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora -2007/2012-							
TEMÁTICA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
1. Política Social: Saúde	2	2	1	4		1	10 16,6%
2. Trabalho, Reestruturação Produtiva, Condições de Vida, Pobreza, Exclusão Social	1		2	3	3		9 15%
3. Serviço Social, Trabalho, Prática Profissional		1	4	2		2	9 15%
4. Infância, Juventude, Família, Sociedade	2	1	2	2		1	8 13,3%
5. Questão Urbana, Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente	1	2	2	1	1		7 11,6%
6. Política Social: estado, Sociedade		1	2	1		1	5 8,3%
7. Política Social: Assistência Social	2				1	1	4 6,6%
8. Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, Terceira Idade, Envelhecimento		2		1			3 5%
9. Serviço Social e Formação Profissional					1	1	2 3,3%
10. Conselhos de Direitos	1				1		2 3,3%

11. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais						1	1 1,6%
12. Etnia, Gênero, Orientação Sexual							
13. Cultura, Identidade							
14. Terceiro Setor							
15. Ética, Cultura, Política, Direitos Humanos							
16. Política Social: Previdência Social							
TOTAL	9	9	13	14	7	8	60

Alguns eixos também aparecem com destaque, tais como: *Política Social: Estado e Sociedade e Política Social: Assistência Social*. Estes dados demonstram que as produções de conhecimento neste Programa estão em consonância com suas duas linhas de pesquisa, a saber: Sujeitos Sociais e Serviço Social e Política Social e Gestão Pública. “As demais temáticas estudadas, embora com menos indicações, são também relevantes e perpassam as expressões da questão social na contemporaneidade” (CARVALHO E SILVA, 2005, p. 95).

Iniciando a análise das dissertações de mestrado em Serviço Social nos anos de 2007-2012 com o intuito de alcançar o objetivo deste trabalho que é a partir das análises das dissertações, conhecer se existe uma interlocução destas produções de conhecimento com o exercício profissional, este item de destina a apresentar um quadro geral destas produções de conhecimento. Para melhor organização dos dados, esta análise será apresentada seguindo os seguintes eixos: exposição dos principais conteúdos/assuntos; tipos de pesquisa; motivação pelo tema; subsídio à intervenção profissional; interlocução com os demais profissionais que estão fora da academia; retorno social e alcance dos resultados. O primeiro item analisado será a exposição dos principais conteúdos/assuntos das dissertações.

Estudos sobre as *Políticas Sociais (Saúde e Assistência)* representam juntas o eixo temático de maior interesse dos estudantes do mestrado, totalizando 14 dissertações (23,2%).

Neste momento compreendemos que as políticas da Seguridade Social devem ser analisadas juntas e não fragmentadas, conforme está apontado no quadro. As dissertações sobre Políticas Sociais no campo da Saúde concorrem com 16,6% do conjunto das produções discentes, enquanto que as de Política de Assistência Social com 6,6%. O número expressivo de dissertações de Mestrado com a temática da Saúde está relacionado com a própria história da Faculdade de Serviço Social da UFJF, que tem o Programa de Residência em Serviço Social, com suas duas modalidades: Programa de Residência Hospitalar em Serviço Social no Hospital Universitário de Juiz de Fora, implementado em 1998 e o Programa de Residência em Saúde da Família, implementado no ano de 2002⁹⁰. Das 10 dissertações com a temática relacionada à Política de Saúde, 5 foram escritas por alunos do Mestrado que fizeram a residência.

No campo da Saúde, merecem destaque estudos sobre a Reforma Psiquiátrica como estratégia de desinstitucionalização dos serviços de Saúde Mental no Brasil bem como a análise da Política de Saúde Mental como direito do usuário. Com relação ao processo de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se trabalhos que enfatizam a Atenção Básica, analisando experiências particulares e/ou efetivação de algum Programa da Atenção Básica, tais como: referência/contra-referência, acesso a medicamentos, Estratégia de Saúde da Família, trabalho com grupos, etc. Outros temas de destaque referem-se a análise da efetivação de Programas e/ou de experiências, tais como: Doações de Órgãos, Tabagismo, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids). Já a análise do eixo temático Política Social: Assistência Social revela as contribuições do corpo discente na análise da implantação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a implantação dos Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de Assistência Social no marco do processo de descentralização político-administrativa instaurado no país a partir da Constituição Federal de 1988, análise da política de assistência social em termos de concepção, gestão, financiamento e cobertura de serviços para diferentes públicos-alvo. O interesse pelo tema Assistência Social pode ser justificado pelo protagonismo assumido pelos assistentes sociais na discussão e nos encaminhamentos sobre a política de assistência social, na construção da LOAS e do SUAS. Importa destacar nesta análise que mesmo que as dissertações de mestrado com estas temáticas não tenham tratado diretamente sobre o exercício profissional, sabemos que a área da saúde e da assistência são grandes áreas de atuação profissional, sendo necessário conhecê-las e discuti-las no contexto atual. Conforme aponta Iamamoto (2010, p. 459), “terreno

⁹⁰ Para maiores informações sobre os programadas de Residência consultar: http://www.fnepas.org.br/artigos_caderno/v11/artigo7_residencia_em_servico.pdf

contraditório em que se inscreve majoritariamente a atuação do assistente social em resposta às expressões das desigualdades sociais, condensadas nas múltiplas expressões na questão social”. Silva e Silva (2009) realizou uma ampla pesquisa documental sobre os artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade entre os anos de 1979-2009 e sobre as principais temáticas conclui que

O tema Saúde, Política de Saúde, mereceu destaque nas três décadas (1979-2009), principalmente na primeira e na terceira consideradas no estudo, **em razão de ter constituído um campo de intervenção profissional relevante para o Serviço Social**, destacando-se nos últimos anos como uma temática importante, também, na pesquisa e na produção do conhecimento dos assistentes sociais (SILVA E SILVA, 2009, p. 616- grifos meu).

A concentração de produções de conhecimento acerca das Políticas Sociais, além de corresponder à expansão da demanda social pelo Serviço Social, ou seja, pelo aumento do campo de atuação do Serviço Social, se refere também ao crescimento das demandas institucionais, com o aumento das refrações sociais e o acirramento das desigualdades sociais. O assistente social também é contratado para responder demandas referentes à implementação, gestão, avaliação de programas, de projetos sociais previstos pelas políticas.

Trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza e exclusão social destacam-se como eixo temático de segundo maior interesse, com um total de 9 dissertações (15%) do corpo discente com enfoque nos seguintes conteúdos: transformação no mundo do trabalho e seus impactos da vida dos trabalhadores, tais como precarização da força de trabalho, desemprego, aumento do trabalho informal. Merece destaque também estudos que relatam as condições de vida e a realidade de grupos específicos, tais como: população de rua, jovens pobres, negros pobres, além da relação entre pobreza, favelas e crime. Podemos já perceber com estes dados a preocupação nas produções de conhecimento em conhecer as condições de vida do público que é atendido pelo Serviço Social.

O tema pobreza/ miséria/exclusão social mereceu significativa atenção na década de 1990, o que revelou a percepção e a preocupação com o empobrecimento crescente da população. Ademais, esse tema passou de doze indicações nos anos 1990 para 21 nos anos 2000, o que parece decorrência da centralidade atribuída ao tema pelo governo Lula, a partir de 2003, e pela significativa expansão dos programas nacionais de transferência de renda a partir de 2001, que são focalizados na famílias pobres e extremamente pobres (SILVA E SILVA, 2009, p. 617).

O eixo temático que também mereceu o segundo maior destaque, com 15% das dissertações, ou seja, 9 trabalhos, é representado por *Serviço Social, Trabalho e Prática Profissional*, analisando a intervenção tanto em instituições governamentais e não-governamentais. São pesquisas que analisam as condições de trabalho dos assistentes sociais e a prática profissional em diversos campos de atuação e com diferentes públicos, no âmbito estatal; de organizações não-governamentais; dos conselhos locais da categoria, destacando a composição do mercado de trabalho do assistente social, sua atuação na gestão pública municipal; a qualificação da prática profissional no resgate das competências teórica, técnica e política; instrumentais técnico-operativos e o exercício profissional de uma forma geral.

Uma análise dos artigos publicados na revista *Serviço Social e Sociedade* nas três últimas décadas consideradas (1979-2009) no presente estudo revelou que o tema prática profissional está presente na produção do Serviço Social em todas as décadas, embora outros, relacionados à prática do Serviço Social, como política social e assistência social, tenham concentrado maior atenção dos assistentes sociais no período, registrando um forte declínio da temática prática profissional de 1979-1989 para 2000-2009, decaindo de trinta para sete indicações (SILVA E SILVA, 2009, p. 615).

O eixo temático *Infância, juventude, família e sociedade* foi o terceiro eixo (13,3%) mais estudado pelo corpo discente do Programa, com um total de 8 dissertações, tendo como objetivo dos estudos: trabalho infantil; crianças e adolescentes abrigados; adolescentes autores de atos infracionais e aplicação de medidas socioeducativas; o processo saúde-doença em crianças e adolescentes, educação e profissionalização de adolescentes; análise de política e programas de crianças e adolescentes.

Os temas Família, e criança/adolescente vêm impulsionando interesse crescente do Serviço Social, com expressiva indicação na década de 2000-2009 (18 e 28 indicações, respectivamente), podendo esse interesse crescente ser explicado por se constituírem sujeitos privilegiados da política de assistência social que, como vimos, é também objeto de interesse crescente no âmbito do Serviço Social (SILVA E SILVA, 2009, p. 617).

O eixo temático com quinto maior interesse de estudo do corpo discente refere-se às temáticas relacionadas a *Questão Urbana, Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente*, com um total de 7 dissertações, o que representa 11,6% do total. Os conteúdos

mais estudados dentro deste eixo foram os seguintes: experiência da classe trabalhadora na cidade capitalista, disputa pelo território, seja rural ou urbano; organização do espaço social; vivências quilombolas; luta antimanicomial; análise do movimento sindical; impactos ambientais, etc. Os primeiros estudos sobre movimentos sociais na área de Serviço Social surgem na década de 80. Silva e Silva (2009, p. 616) destaca que

A temática Movimentos Sociais assume destaque na primeira década do estudo (1979-1989), quando se registrou uma grande efervescência política na sociedade brasileira, culminando com a derrubada da ditadura militar instaurada em 1964. Na segunda década (1990-1999) o interesse sobre esta temática é mantido, registrando-se porém declínio significativo no período de 2000-2009.

Como vimos, os resultados das pesquisas do Mestrado em Serviço Social da UFJF englobam uma ampla e variada gama de temáticas, seguindo as mesmas tendências da produção do conhecimento que são desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação no país, conforme indicado nos quadros 1 e 2. Esta diversidade de temas ocorre devido a ampla interseção do Serviço Social com a dinâmica da sociedade, ou seja, as temáticas do Serviço Social estão intimamente relacionadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem diretamente na profissão em termos de demandas ou requisições, como por exemplo, a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, a redefinição do Estado e da Sociedade Civil, a flexibilização das relações de trabalho, a ampliação do desemprego, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização e produção do espaço construído, a violência de jovens e adultos, o planejamento, as políticas públicas, etc. Isto tem relação com a Questão Social, como ela vem se complexificando e como vem sendo tratada de forma fragmentada, perdendo muitas vezes, a visão de totalidade. Portanto, a amplitude dos eixos temáticos que envolvem as pesquisas do Serviço Social demonstra a interação da profissão com a realidade social, pois suas pesquisas são frutos de estudos e intervenções, que se expressam com diferentes configurações da vida social. Interessante notar que eixos temáticos ligados à crítica da realidade social contemporânea ganham destaque nas investigações, isso se dá pela própria fundamentação teórica do Serviço Social nas últimas décadas, com o Projeto Ético Político assumido pela categoria profissional, conforme já indicamos quando nos debruçamos sobre os fundamentos. Esta amplitude temática encontrada na produção de conhecimento nesta área demonstra que a profissão está em constante interação com a realidade social e está preocupada em conhecer a realidade na

qual se insere.

[...] o florescimento e a consolidação de um amplo leque de temas no campo da pesquisa em Serviço Social sinaliza o avanço significativo da produção de conhecimento na área, em termos tanto de rigor teórico, histórico, e metodológico da realidade social e do Serviço Social, como da ampliação de conhecimento sobre os processos sociais contemporâneos, que implicam a constituição e o desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da exclusão, da democracia, da cidadania, das Políticas Sociais e do Serviço Social. (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2005, p. 74-75).

Iamamoto (2010, p. 459), ao analisar os mesmos dados citados no quadro 1, comenta que a concentração temática da pesquisa indica uma profissão com “profunda vocação histórica, atenta ao cenário das transformações operadas nas relações entre o Estado e a sociedade no país, no marco das relações internacionais, apresentando uma inquietante agenda de questões, denota uma intensa interlocução do Serviço Social com o movimento da sociedade”. O Serviço Social demonstra uma preocupação em produção de conhecimentos sobre os mais diversos aspectos da realidade social e de processos emergentes na contemporaneidade. A abrangência temática exemplifica os inúmeros objetos e possibilidades de estudo e pesquisa ao alcance da profissão.

O Serviço Social [...] produz conhecimentos, sobretudo articulados com a possibilidade de intervir na realidade social. No caso brasileiro, face ao agravamento da questão social, cujas manifestações mais visíveis são os indicadores de desigualdade e pobreza, o Serviço Social vem acumulando conhecimentos e pesquisas que expressam a particularidade de sua inserção na sociedade. Seja no âmbito da realidade nacional, seja internacional, o Serviço Social vem se especializando no tratamento de questões relacionadas às Políticas do Estado e às iniciativas da sociedade civil no campo do enfrentamento de demandas e necessidades sociais da população, além da centralidade que historicamente vem atribuindo à produção do conhecimento sobre temáticas específicas da profissão. (CARVALHO; SILVA e SILVA 2005, p. 91).

No seu conjunto, a amplitude dos eixos temáticos apresenta as preocupações de uma profissão que está intimamente relacionada às mudanças da realidade social, pois os temas de estudos ganham destaque em consonância às alterações sociais. Temas como as transformações do mundo do trabalho, questão agrária, etnia, orientação sexual, meio ambiente e tantos outros representam as preocupações contemporâneas do Serviço Social e

respondem pelas principais manifestações da “questão social”.

Nas dissertações de mestrado analisadas, verificamos se nestes estudos existe uma preocupação com o exercício profissional, conforme indicado no quadro abaixo.

TEMA	FAZ RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	NÃO FAZ RELAÇÃO COM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	TOTAL
<i>1. Política Social: Saúde e Assistência Social</i>	7	7	14
<i>2. Trabalho, Reestruturação Produtiva, Condições de Vida, Pobreza, Exclusão Social</i>	2	7	9
<i>3. Serviço Social, Trabalho, Prática Profissional</i>	9	0	9
<i>4. Infância, Juventude, Família, Sociedade</i>	5	3	8
<i>5. Questão Urbana, Questão Agrária, Movimentos Sociais, Meio Ambiente</i>	3	4	7
<i>6. Política Social: estado, Sociedade</i>	3	2	5
<i>7. Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, Terceira Idade, Envelhecimento</i>	1	2	3
<i>8. Serviço Social e Formação Profissional</i>	2	0	2
<i>9. Conselhos de Direitos</i>	0	2	2
<i>10. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais</i>	0	1	1
TOTAL	32 (53,3%)	28 (46,6%)	60 (100%)

Com a análise das dissertações, concluímos que a maioria dos estudos faz uma relação direta com o exercício profissional, articulando os conhecimentos produzidos com a realidade profissional, buscando contribuir com a discussão do trabalho do assistente social, demonstrando uma preocupação de que este conhecimento possa se tornar subsídio à intervenção profissional, qualificando as respostas profissionais através do conhecimento de

uma dada realidade. Também foi possível conhecer que mesmo que elas não façam diretamente uma relação com o exercício profissional, as temáticas abordadas evidenciam uma sintonia com as questões que são postas ao exercício profissional na contemporaneidade. Como vimos, é significativa a prevalência de temas específicos do campo do Serviço Social, sendo o segundo tema mais abordado nas dissertações analisadas. Porém, cabe destacar que os outros temas abordados situam-se no âmbito de interesse direto no exercício profissional, por abordar, por exemplo, as políticas sociais nos seus diferentes campos, com destaque para as políticas de assistência social e de saúde. Destaque também foi dado aos temas relacionados como os usuários do Serviço Social, com grande destaque para crianças e adolescentes; temas que configuram sujeitos sociais, como os movimentos sociais, também campo da prática profissional merecem atenção. Outras temáticas também de grande importância, como violência, pobreza, mudanças no mundo do trabalho possuem uma grande relevância para o Serviço Social, tanto no que se refere à intervenção profissional na realidade social, para a produção do conhecimento e para a formação e organização profissional.

3.4.1 Articulação com os profissionais que estão fora da academia/ Subsídio a intervenção profissional

Das 32 dissertações analisadas que fazem referência ao exercício profissional em seus estudos, está referência se deu da seguinte forma: articulando o conhecimento produzido com os profissionais que estão “fora” da academia ou apontando uma preocupação que este conhecimento produzido se tornasse subsídio à intervenção profissional. Algumas dissertações apresentaram estas duas questões em suas pesquisas. Desta forma, estes dois itens serão analisados juntos, uma vez que estão inter-relacionados.

Ao realizar a análise das 60 Dissertações de Mestrado, chegamos à seguinte conclusão: do total das dissertações, 36,6% o que corresponde a 22 trabalhos, mencionam uma preocupação em articular o conhecimento produzido com os profissionais que estão “fora da academia”. Os demais, ou seja, 38 trabalhos (63,3%), não citaram esta preocupação em suas pesquisas. As dissertações que demonstraram esta preocupação, buscaram propiciar aos assistentes sociais um maior campo para a reflexão sobre as proposições que repercutem na intervenção profissional, e no trato cotidiano com as refrações da questão social, com o intuito de fomentar a atuação, com uma visão crítica da realidade.

No que se refere ao item “Subsídio a intervenção profissional”, os dados são os

seguintes: 23 dissertações, ou seja, 38,3% apresentaram em seus trabalhos a preocupação com que o conhecimento produzido se tornasse subsídio à intervenção profissional enquanto que 37 trabalhos, ou seja, 61,7% não apresentaram esta preocupação com seus estudos, o que não quer dizer que não exista esta preocupação. Os trabalhos que apontaram esta preocupação buscaram com seus estudos contribuir com a discussão do trabalho do assistente social, oferecendo subsídios à intervenção profissional, com o intuito de qualificar a atuação profissional. Nestes itens buscamos conhecer como a construção teórica elaborada por meio das dissertações pode contribuir para o fortalecimento da profissão.

Com tudo o que já foi exposto, torna-se necessário trazer para o processo de formação profissional a relação intervenção profissional/pesquisa como uma discussão que deve ser prioritária, no sentido de fortalecer esta articulação. Sobre esta articulação, Bourguignon (2005, p. 272) afirma

os desafios que estão presentes na prática profissional e que atravessam a realidade cotidiana do Assistente Social, possam encontrar ressonância, mobilizando investimentos tanto na formação vinculada às demandas profissionais, quanto em pesquisas que sejam propositivas e alimentem a atitude investigativa do profissional. Desta forma, é preciso que o profissional encontre nas pesquisas produzidas no meio acadêmico respostas às suas indagações e sobre os limites que perpassam a sua intervenção profissional. Ou seja, o conhecimento produzido precisa alimentar práticas concretas e profissionais concretos que muitas vezes distanciados da academia demonstram uma incapacidade de articular os fundamentos teóricos presentes em sua formação ao processo de compreensão da realidade, articulação necessária à construção de propostas metodológicas que possam dar conta de enfrentar os desafios contemporâneos que se colocam cotidianamente à prática profissional. Em outras palavras, processo de construção do conhecimento se completa com a comunicação desse conhecimento aos profissionais que necessitam realimentar a prática e o próprio conhecimento.

Para esta mesma autora, mesmo que os avanços concretos da profissão no campo do conhecimento sobre as políticas públicas e sobre formação profissional coloque em destaque o reconhecimento da pesquisa como fundamental à prática profissional, nem sempre esse reconhecimento tem ressonância para os profissionais que muitas vezes no espaço do “exercício profissional”, devido as “condições objetivas” do seu trabalho não encontram as condições adequadas para desenvolver à atitude investigativa e à criatividade, tão necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Sabemos que a pesquisa é uma demanda da profissão, porém, é preciso reconhecer que a pesquisa se desenvolve e com maior intensidade e frequência no contexto da academia ou através do desempenho profissional de docentes nas unidades de ensino, ou como exigência do processo de formação na Pós – Graduação.

No entanto este primeiro momento por vezes sofre fracionamentos, ou seja, nem todos os profissionais conseguem manter viva a atitude investigativa e trabalhar a pesquisa em seu espaço de intervenção profissional visto que as exigências do mercado de trabalho ou as próprias exigências institucionais impedem uma prática em que a pesquisa esteja vinculada, voltando –se para uma prática centrada no atendimento das requisições institucionais (BOURGUIGNON, 2005, p. 134-135)

É indiscutível os avanços já conquistados pela profissão em relação à produção do conhecimento. Porém é preciso considerar que consolidar os avanços já conquistados requer que o conhecimento produzido extrapole os muros da academia, alcançando os profissionais da “intervenção profissional”. É necessário reconhecer que a pesquisa está restrita ao meio acadêmico, em especial à Pós-Graduação em Serviço Social. Esta característica precisa ser superada e como aponta Bourguignon (2005), o caminho para isso está na própria prática profissional, e nas necessidades de dar ao Projeto ético – político Profissional materialidade sócio – histórica. Para que isto se efetive, é necessário ter uma política de formação profissional que articule graduação, Pós-graduação e processos de capacitação e atualização permanentes. Nesse sentido, Yamamoto (2004, p. 24) destaca que para delinear os caminhos da pesquisa no Serviço Social, o grande desafio é o construir uma “política de pesquisa para a área”, que, “sem ferir a liberdade na busca do conhecimento, estimule a investigação em torno de eixos prioritários para a consolidação do projeto acadêmico profissional brasileiro”.

Bourguignon (2005) destaca que neste conjunto o eixo de sustentação deve ter como parâmetro as demandas e os impasses vivenciados pelos profissionais no contexto do exercício da profissão, considerando as determinações sociais, econômicas, políticas e culturais que expressam as realidades contemporâneas e o projeto ético – político profissional.

Neste processo histórico em que a produção de conhecimento se materializa via pesquisa no Serviço Social, Bourguignon (2005) destaca alguns elementos podem se colocar como mediações possíveis ao exercício da pesquisa, constituindo cariz da sua particularidade

a necessária vinculação orgânica com a prática profissional; a garantia de centralidade ao sujeito participante como condição ontológica a ser recuperada pelas pesquisas e o compromisso com o retorno e alcance social das mesmas de forma a mobilizar ações que potencializem processos de transformação nas condições materiais de existência dos sujeitos, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações sociais em que trabalham e no próprio conhecimento acumulado pela profissão (Ibid, p. 298).

Considerando as particularidades da pesquisa em Serviço Social, consolidá-la como constitutiva e constituinte da prática profissional é um desafio coletivo e não apenas individual, que deve ser assumido pelo conjunto da categoria em todas as dimensões do exercício profissional e inclusive na perspectiva da formação profissional em todos os níveis.

Consubstanciado pela natureza interventiva da profissão, o Serviço Social tem “uma forma de lidar com o conhecimento” que é “diferenciada” das outras áreas,

A produção teórica em Serviço social tem essa marca: vinculação orgânica ao fazer profissional, isto é, define-se a partir e em função da prática profissional. O Serviço Social como profissão, ou seja, como uma especialização do trabalho coletivo, supõe, como função primeira, uma intervenção direta na realidade social referenciada em uma base de explicação dessa realidade e da própria intervenção. Participa, assim, da produção de conhecimentos que embasam sua intervenção, inserindo-se no processo mais amplo de desvendamento do social enquanto totalidade. (ABREU E SIMIONATTO, 1997, p. 133 – 134).

Inclusive esta forma de “lidar com o conhecimento” permite ampliar os horizontes temáticos de discussão e construção de conhecimento para o Serviço Social, de forma a acompanhar a compreensão de objetos que emergem dos desafios pertinentes à realidade contemporânea. A relevância social de uma pesquisa está em sua capacidade de apreender a realidade e ser referência para os profissionais da categoria e de outras áreas de conhecimento, bem como alimentadoras de práticas críticas.

3.4.2 Tipo de Pesquisa

Analisando as 60 dissertações de Mestrado, tendo como foco o tipo de abordagem metodológica e os recursos utilizados foi possível verificar que uma parcela expressiva das dissertações utilizam a abordagem qualitativa em suas análises, totalizando 85% do total (51 dissertações). As demais utilizam as abordagens qualitativa/quantitativa concomitantemente (13,3%) e apenas 1 dissertação utilizou a abordagem quantitativa. A escolha da abordagem de pesquisa a ser utilizada depende de vários fatores, mas se faz necessário levar em consideração principalmente a situação que se pretende investigar, e qual objetivo se pretende alcançar.

LEFÉVRE (2000) alerta para o fato de que existem motivações que facilitam opções ou rejeições por parte do pesquisador ou pela pesquisa qualitativa ou pela pesquisa quantitativa.

Em relação à pesquisa quantitativa fala-se em uma dificuldade em trabalhar com a estatística, com os números ou com a matemática, sedimentando uma crença de que é mais fácil a utilização da pesquisa qualitativa. Quanto a pesquisa qualitativa enfatiza-se o gosto pelo subjetivo, pelos significados entre outros argumentos (LEFÉVRE, 2000, p. 11).

A oposição pesquisa qualitativa/pesquisa quantitativa é equivocada e decorre de uma tradição científica, herdada dos fundamentos clássicos do positivismo e das pesquisas experimentais que reconhecem como válidos os conhecimentos considerados objetivos e generalizáveis. Romper com esta tradição requer articular os níveis qualitativos e quantitativos em um mesmo processo de pesquisa. A “[...] relação entre pesquisa qualitativa e quantitativa, que está muito longe de ser uma relação de opostos, mas uma relação caracterizada pela complementaridade e até de articulação entre ambas.” (BATISTA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2002, p.10). Ou seja, em certos momentos pode-se utilizar um tipo de abordagem na pesquisa enquanto em outro está já não será a mais recomendada, e, além disso, ainda existe a possibilidade de ambas serem utilizadas de forma associada contribuindo para uma visão de extensão, e ainda de profundidade em aspectos onde isso se fizer necessário. Porém é claro que a diferença entre ambas não é simplesmente de técnicas utilizadas. São abordagens de naturezas diferentes, mas o que não dá supremacia de uma delas.

A abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Para muitos autores a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo [...] (BAPTISTA, 1994, p. 21).

Referente ao termo abordagem qualitativa “[...] esse termo tem o inconveniente de sugerir uma falsa oposição entre o qualitativo e o quantitativo, que deve, de início, ser descartada: a questão é de ênfase e não de exclusividade e/ou divergência.” (BAPTISTA, 1994, p. 21, destaque do autor).

Quanto à abordagem qualitativa na pesquisa, Martinelli (1999, p. 16) traz as seguintes considerações. A primeira é o caráter inovador desta “[...] como pesquisa que se insere na

busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais.” Não podemos esquecer que a complexidade dos fenômenos sociais podem requerer tratamentos quantitativos e qualitativos e que devemos “... perceber com clareza e afirmar com convicção que a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação.” (MARTINELLI, 1994, p. 17).

Um outro aspecto levantado refere-se ao tipo de fundamento teórico metodológico utilizado nas dissertações. Das 60 dissertações analisadas, 32 (53,3%) se apresentam como críticas, tendo como fio condutor para a análise de suas pesquisas o método dialético histórico materialista, entendendo a dialética como um método revolucionário de transformação da realidade e não apenas um método interpretativo. Além disso, estas pesquisas com a perspectiva teórico metodológica fundamentada no pensamento social crítico possuem a perspectiva de totalidade, buscando conhecer a realidade em sua essência, mesmo que de forma aproximativa. As demais dissertações não citaram em seus trabalhos o tipo de método utilizado nas análises, o que não significa que estas análises não tenham sido realizadas à luz de uma perspectiva crítica⁹¹.

3.4.3 Motivação pelo tema

A partir da leitura das Dissertações, em especial das Justificativas das mesmas, foi possível chegar a um dado de grande relevância: 38 das 60 dissertações, o que representa um universo de 63,3% tiveram como fator motivacional para escrever sobre o tema sua **experiência profissional**, a partir de observações, questionamentos, análises da sua prática profissional. Trata-se de análises de experiências vivenciadas em campos específicos que vêm sendo resgatadas e submetidas a uma reflexão crítica. Outro dado importante para ser analisado é que 23,3% das dissertações, ou seja, 14 do total destacaram que o interesse pela temática surgiu na Graduação, seja através de projetos de pesquisa, inserção em Projetos de Extensão, amadurecimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), participação em grupos de estudo, etc. 10% não citaram o motivo e apenas 3,7% tiveram outros fatores que levaram a estudar a temática.

Setúbal (2005) destaca que uma das bases da pesquisa para o Serviço Social é a prática profissional e uma das possibilidades que a pesquisa coloca à profissão é a de superar os

⁹¹ Cabe destacar que a análise dos fundamentos de cada dissertação excede os objetivos deste trabalho. Porém, caberia realizar um estudo mais aprofundado sobre os fundamentos teórico metodológicos utilizados em cada dissertação.

entraves que o cotidiano desta prática impõe à ela. Esta mesma autora lembra que a pesquisa possibilita a “saída da obscuridade científica, da periferia social, cultural e intelectual...” (1996, p. 25), pois se faz pelo esforço permanente de repensar a prática profissional enquanto espaço de trabalho “prático – intelectual – prático, onde as contradições sociais são desvendadas...” (1996, p. 25) e as alternativas de intervenção repensadas. Em outras palavras, a prática profissional é um rico campo das inquietações profissionais e estimulador da atitude investigativa, capaz de mobilizar um processo de investigação. Com os dados analisados podemos verificar que expressiva parcela das produções de conhecimento produzida no mestrado em Serviço Social da UFJF partiu **da prática profissional**, o que é extremamente positivo para o conjunto da categoria profissional. Esta seja talvez uma das características de maior relevância neste Programa de Mestrado analisado: a preocupação com o exercício profissional, com a inserção social assim como com os sujeitos com os quais trabalha.

Sobre o interesse pelo tema a partir da experiência profissional, Setúbal (2005) afirma que o Serviço Social é privilegiado no sentido de que as ações profissionais são favorecedoras da pesquisa. Portanto a profissão tem a sua disposição diversas informações sobre os rebatimentos da questão social na vida da população usuária e neste sentido tem a seu alcance diversos objetos de pesquisa.

Consideram-se incontestes as necessidades do Serviço Social (na busca de aproximação do seu objeto histórico) de procurar entender, explicar, conhecer e apreender a realidade naquilo que lhe é essencial, com o apoio de procedimentos metodológicos cuidadosamente planejados e de uma sólida fundamentação teórica; realizar análise de situações concretas iniciando com a pesquisa da prática profissional na sua contextualidade e temporalidade histórica, ou seja, apreender a prática profissional no interior das múltiplas determinações do capitalismo contemporâneo (SETÚBAL, 2005, p. 67).

Bourguignon (2005) destaca que a pesquisa é constitutiva da prática profissional, porém não se confunde com ela, tendo a sua forma de expressão própria, mas no caso do Serviço Social ganha mais sentido, significado, relevância e amplitude na medida em que se articula à prática possibilitando desta forma um processo de construção do conhecimento que parte da prática, da construção de objetos que decorrem da problematização da intervenção do Serviço Social numa dada realidade sócio – histórica e retorna a ela, mas de forma propositiva.

A formação do Assistente Social está voltada para desenvolver competências e “habilidades” que possibilitam a “aproximação” e a imersão do profissional nos problemas

sociais, por meio das demandas dos usuários dos serviços sociais e das políticas públicas. Conforme afirma Yazbek (2001, p. 38), “é no cotidiano, no tempo miúdo da ação profissional, intervindo sobre demandas de um homem penalizado pelas sequelas do processo de empobrecimento a que é submetido no capitalismo contemporâneo, que o Serviço Social encontra as motivações para fazer pesquisa”. Portanto motivações enraizada numa realidade repleta de contradições e enriquecida por mediações que apreendidas e construídas através da pesquisa possibilitam visualizar e definir estratégias de intervenção.

De fato, a pesquisa de situações concretas que são objeto do trabalho do Assistente Social, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos particulares com os quais o Assistente Social lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas de trabalho fincadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades de mudança nela existentes. (IAMAMOTO, 2008, p. 262).

Assim, uma das particularidades da pesquisa no Serviço Social é o “acesso privilegiado” à realidade social da classe subalterna, em especial à sua forma de ver e compreender esta realidade. No contato diário com a população usuária dos serviços sociais o Assistente Social tem acesso a “experiências” sociais (individuais e/ou coletivas) sobre a condição de subalternidade⁹² e sobre as formas de resistência, muitas vezes silenciosas e invisíveis, que se gestam no cotidiano dessa classe social. Baseados no conhecimento destas experiências que são registrados através diversos recursos instrumentais (diagnósticos, perfis sócio – econômicos, relatórios, pareceres sociais, entre outros) este acesso privilegiado pode transformar-se em caminho fecundo de pesquisa, “gerando reflexões de grande envergadura, pelo alcance social dos seus resultados. Principalmente se estes resultados culminarem com transformações na própria intervenção profissional” (BOURGUIGNON, 2005, p. 256).

Sendo assim cabe ao Assistente Social tratar o seu cotidiano como fonte de conhecimento, que precisa ser sistematizado, “problematizado” para dar conta das “múltiplas determinações presentes na realidade”. Assim concordamos com Iamamoto (2002, p. 41) ao afirmar que

⁹² Yazbek (1993) escolhe a categoria subalterno para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais e conseqüentemente, os usuários do Serviço Social. Para a autora, “A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política”. (Id., p. 18)

(...) o desafio é o assistente social ultrapassar a perplexidade e apropriar-se dos novos espaços profissionais, orientando a atuação segundo os princípios ético – políticos da profissão. Requer incluir a investigação enquanto um componente fundamental do exercício, condição para o desvendamento da realidade e para propor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários (...).

Outro dado importante de ser analisado refere-se às dissertações de Mestrado que o interesse “surgiu” a partir da Graduação. Dentre os princípios que norteiam a formação profissional em Serviço Social encontra-se o seguinte: indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Portanto pressupõe uma formação articuladora dessas dimensões. As Diretrizes Gerais para o Curso colocam a pesquisa também como disciplina, entendendo-se que as disciplinas:

[...] constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada. (CRESS, 2003, p.306).

A disciplina “Pesquisa em Serviço Social” é responsável por trabalhar o processo de construção do conhecimento, a elaboração e a análise de indicadores sócio-econômicos assim como a “[...] investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.” (CRESS, 2003, p.309). A pesquisa também faz parte das atividades complementares que compõem o currículo do curso de graduação.

Podemos afirmar que com a Graduação se inicia o processo de pesquisa. Neste processo o “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) ganha destaque. “A Graduação não só é um espaço essencial para o desenvolvimento da atitude investigativa, como nele o aluno tem a oportunidade de construir sínteses e de estabelecer ricas relações entre a realidade da prática profissional em seus campos de estágio” (BOURGUIGNON, 2005, p. 134). Sendo assim o TCC constitui momento singular de sistematização de conhecimento.

(...) a sistematização de dados (ou aspectos, traços, facetas) pertinentes a um fenômeno, grupo ou fenômenos ou processo(s) constitui um procedimento prévio e necessário à reflexão teórica. Vale dizer, os procedimentos sistematizadores, especialmente fundados na atividade analítica da inteligência configuram um passo preliminar e compulsório da elaboração teórica – sem, entretanto, confundir-se com ela (NETTO, 1989, p. 141 – 142).

Bourguignon (2005) destaca que a “graduação” é o espaço onde os alunos são provocados e desenvolvem uma aproximação pela pesquisa ou um certo distanciamento da mesma, pela dificuldade de articular a dinâmica da pesquisa à dinâmica da prática profissional. Um aluno que tem a possibilidade de desenvolver o espírito investigativo e de exercitar a pesquisa de forma articulada à experiência concreta de práticas profissionais tem possibilidades de manter viva a inquietação como um recurso necessário para enfrentar desafios da profissão, resistir à rotina institucional e propor projetos de qualidade e com consistência. O TCC, embora seja uma exigência curricular para obtenção da graduação no curso de Serviço Social,

(...) Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática de estágio no decorrer do curso. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 72).

Dentro da graduação, o estágio é espaço rico na medida em que propicia o desenvolvimento da capacidade técnico – operativa, fundamentado em pressupostos teórico – metodológicos e éticos do Serviço Social. É através da inserção do aluno em campos de atuação profissional que o mesmo tem a oportunidade de vivenciar a complexidade das expressões da questão social. É também neste espaço que se desenvolve a capacidade criativa e a atitude investigativa, problematizando a realidade de intervenção profissional, buscando com os profissionais e de forma coerente com as demandas sociais, alternativas metodológicas de intervenção. Vinculado à prática de estágio, a pesquisa desenvolvida pelo aluno ganha relevância social e materialidade. Na proposta Curricular da ABEPSS, o Estágio “...é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno em espaço sócio – institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.” (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 71)

Sendo assim, quanto mais as temáticas da pesquisa desenvolvida na graduação estiverem vinculadas ao processo de problematização da realidade vivenciadas nos campos de estágio, maiores as possibilidades de contribuições efetivas serem formuladas, contribuindo para o amadurecimento do aluno, enquanto futuro profissional.

Um outro espaço importante durante a Graduação para o desenvolvimento da atitude investigativa é a Iniciação Científica que apresenta um caráter pedagógico, levando o aluno a desenvolver habilidades necessárias quanto a prática de pesquisa, bem como referentes à

análise crítica da realidade social. A Iniciação Científica articula os diversos conhecimentos teórico- metodológicos que vão sendo adquiridos durante o período de Graduação. Ela pode ser compreendida como um processo muito importante na construção de uma identidade profissional do Assistente Social como pesquisador e da pesquisa como avanço no Serviço Social, além do essencial caráter formativo que desempenha no processo pedagógico.

Com essas breves considerações sobre pesquisa e graduação em Serviço Social podemos afirmar que em termos de projeto de formação profissional a pesquisa tem espaço relevante e apresenta transversalidade no processo educativo adquirindo papel essencial na formação do estudante. O processo de iniciação científica “[...] é um desafio no caminho da formação na graduação e é uma forma de apoiar e orientar o pesquisador iniciante numa ação pedagógica de qualidade, estimulando-o em ações transformadoras e independentes.” (LEHFELD, 2007, p. 46).

3.4.4 Sujeitos envolvidos na pesquisa

Um dado relevante a ser analisado nas dissertações de Mestrado é a forma como o pesquisador atinge o seu objetivo. Isto pode se dar por meio de um estudo teórico, com leitura de textos afins, análise de documentos, atas, registros, ou por meio da entrevista. Analisando as dissertações em questão, foi possível chegar à conclusão que 16 das 60 dissertações tiveram como técnica de pesquisa a análise de textos, sendo seu material empírico algum material existente. Já 68,3%, chegaram ao seu objetivo utilizando outros meios de pesquisa, dentre os quais destacamos a entrevista. Deste total, 35% foram entrevista com profissionais, assistentes sociais em sua maioria, mais muitas pesquisas entrevistaram responsáveis por algum serviço, gerentes, conselheiros de direitos, etc. O restante, 33,3% obtiveram suas informações com os usuários de algum serviço. Este dado é de extrema relevância para as pesquisas do Serviço Social.

Torna-se necessário esclarecer de que sujeito estamos tratando. Trata-se do sujeito que antes de ser participante de nossas pesquisas é usuário, beneficiário e/ou destinatário das políticas públicas e dos serviços sociais, através de nossa intervenção nos diferentes campos que ocupamos. Sujeito que tem uma natureza objetiva e subjetiva. Assim entendemos o “... termo *sujeito*, como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade. ...” (WANDERLEY, 1992, p. 142). Naturalmente estamos nos referindo a um sujeito que é coletivo, pois em sua singularidade e relações

particulares expressa vinculações de classe. O que não pode ocorrer nas pesquisas em Serviço Social é tirarmos, no processo da pesquisa a condição de sujeito a este cidadão e enfatizar a sua condição de objeto - este é um cuidado metodológico que precisamos desenvolver em nossas pesquisas.

As pesquisas em Serviço Social têm como possibilidade a valorização os sujeitos, a riqueza de suas histórias, de suas experiências coletivas mobilizadoras de novas formas de sociabilidade. Aprender estes elementos contribuirá para o desenvolvimento de uma prática capaz de possibilitar aos usuários e destinatários das políticas públicas e dos serviços sociais a experiência de “Assumir-se como ser social e histórico...”, ou seja, assumir-se como “...ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. ...”(FREIRE, 1996, p. 41). Bourguignon (2005, p. 51) destaca que “a pesquisa deve localizar o sujeito como protagonista de sua história pessoal e social, resgatando sua condição de sujeito, muitas vezes subtraída no processo de investigação, que acaba por enfatizar a sua condição no mesmo patamar do objeto de estudo”.

Bourguignon (2005) afirma que a preocupação com a centralidade do sujeito na produção do conhecimento no Serviço Social refere-se a sua condição ontológica e não a uma condição metodológica pertinente à pesquisa. Em outras palavras, trata-se de possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, ao seu conhecimento e à sua experiência, cuja natureza se desvendada, poderá possibilitar aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos mesmos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social. A aproximação ao sujeito que participa de nossas pesquisas se faz através da busca da compreensão da sua experiência e da sua vivência cotidiana, que tomados em relação ao nosso objeto de estudo, compõe um dos elementos a serem entendidos na sua relação com as múltiplas determinações de natureza econômica, social, política e cultural. Portanto a relação com o sujeito eleito para participar de nossa pesquisa não é ocasional, ela é definida pelo que se pretende elaborar cientificamente.

3.4.5 Retorno social e alcance dos resultados

No que se refere ao item analisado “retorno social e alcance dos resultados”, chegamos aos seguintes dados: dos 60 trabalhos analisados, 83%, ou seja, 50 trabalhos não citaram em suas dissertações a preocupação com o retorno social e com o alcance dos resultados de suas

pesquisas. Apenas 10 trabalhos demonstraram esta preocupação. Importa deixar claro neste item que não está se desconsiderando a importância do conhecimento em si mesmo. Em outras palavras: a própria produção do conhecimento torna-se importante no sentido de somar ao conhecimento já produzido, iluminando a leitura de uma dada realidade, a reformulação de uma política pública. Também compreendemos que os trabalhos que não citaram esta preocupação não significa que não a tenha.

A concepção sobre o retorno e alcance social das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social tem por orientação o princípio de que o conhecimento construído pelo conjunto dos profissionais precisa ganhar força social, ultrapassando os muros da academia e do próprio Serviço Social, sendo capaz de interferir nas dinâmicas societárias e nas condições de vida do cidadão. Em outras palavras, a preocupação com o retorno social e alcance social de nossas produções refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é, retornar à realidade que embasou a produção de conhecimento e mobilizar ações que transformem esta realidade, seus sujeitos e a própria profissão, alargando seus horizontes e potencializando seus objetivos, suas competências e habilidades profissionais.

Já o impacto, no contexto desta pesquisa, refere-se a dimensões das transformações e mudanças operadas na profissão, nas condições materiais de existência dos sujeitos/usuários, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações em que o profissional atua, tendo como mediação o acúmulo de conhecimentos produzidos pela profissão. Baptista (1992, p. 88 – 89) nos lembra que

A especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo Serviço Social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter sempre em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico.

Com o exposto podemos afirmar que o conhecimento produzido pelos profissionais, orientados pelo compromisso ético – político profissional, precisa ganhar força social e romper com os muros da academia e do próprio Serviço Social, viabilizando alternativas para que este conhecimento produzido possa retornar à realidade que o sustentou, contribuindo para processos de mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço investigativo empreendido neste trabalho se deu no sentido de compreender a relação da produção do conhecimento com o exercício profissional do assistente social, através da análise das dissertações de Mestrado em Serviço Social do Programa da UFJF, nos anos de 2007 a julho de 2012.

No decorrer deste trabalho observamos que o Serviço Social em sua trajetória histórica deu um salto significativo quanto ao acúmulo de conhecimentos sobre o seu objeto de intervenção e sobre a natureza da própria profissão. Deixou de ser consumidor do saber produzido por outras áreas do conhecimento das Ciências Sociais e Humanas e passou a ser protagonista de um processo que exige o acompanhamento sistemático e crítico das transformações societárias que concretamente refletem no exercício profissional cotidiano. No Serviço Social a pesquisa é responsável por avanços importantes da profissão, mesmo que sua legitimidade tenha sido construída pela sua intervenção profissional característica, conforme apontado no capítulo 3.

O conhecimento acumulado pela profissão demonstra a sua relação com a realidade em processo de transformação e ao acúmulo de conhecimentos produzidos socialmente no contexto das Ciências Sociais e da tradição marxista. Reflete, também, os impasses profissionais, suas dificuldades de ordem teórica e metodológica, considerando que a profissão é um campo plural de produção de conhecimento, portanto permeada por conflitos e contradições, bem como as potencialidades de produzir conhecimento tendo como referência o diálogo constante com as transformações societárias.

É inegável as contribuições que a academia oferece ao exercício profissional, seja através dos subsídios teóricos, formação continuada, promovendo a interlocução com as políticas públicas, contribuindo assim, para uma intervenção profissional cada vez mais qualificada. Nas palavras de Carvalho e Silva (2005, p. 135)

A Pós-Graduação em Serviço Social exerceu e ainda exerce um papel fundamental neste processo e se destaca na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão, contribuindo para a formação de pesquisadores e docentes capazes de fazer avançar a formação profissional em Serviço Social, contribuindo igualmente na construção e consolidação das Ciências Sociais no Brasil, privilegiando o diálogo da profissão com outros campos e saberes profissionais e favorecendo, dessa forma, maior visibilidade do Serviço Social no âmbito acadêmico e das respostas às demandas socialmente problematizadas pela sociedade brasileira.

Vimos que a relação do Serviço Social com a pesquisa emerge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de demandas societárias, o qual vai desvelando uma profissão capaz de gerar conhecimentos que lhe acrescentam subsídios teórico - metodológicos que tenham relação com sua natureza e com as exigências societárias. É no espaço universitário, no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social.

A pesquisa e a produção do conhecimento é uma questão central para o debate da profissão na contemporaneidade. Com todo o exposto e com os dados analisados, podemos afirmar que há a necessidade no Serviço Social de ampliação do reconhecimento da vinculação entre prática profissional e prática de pesquisa científica. Nas reflexões de vários autores que subsidiaram as discussões deste trabalho a pesquisa é vinculada ao exercício profissional de diversas formas. Configura-se importante no conhecimento da realidade social e compreensão dos fenômenos com os quais lida o profissional em seu cotidiano; na elaboração e avaliação de políticas sociais e projetos; na formulação de propostas de trabalho; e vista como uma possibilidade de qualificação da prática profissional.

Há de se destacar que a pesquisa científica, além dos resultados que produz tem como consequência importante a formação do próprio pesquisador. Por isso independentemente da utilização dos resultados da pesquisa para embasar a intervenção profissional, só a sua realização contribui para qualificar o trabalho profissional, pois possibilita a capacitação e formação continuada do pesquisador.

A partir dos dados analisados, destacamos como relevante também a importância do preparo para a pesquisa e o desenvolvimento de habilidades para a pesquisa na formação profissional, seja na Graduação, com os trabalhos de Conclusão de Curso, Iniciação Científica, estágios, ou através da capacitação continuada. Sendo o ensino de graduação a base da formação profissional, durante este período é importante se atentar para o perfil de profissional que se quer ter em relação à pesquisa. Ou seja, um profissional que se compreenda pesquisador e com preparo teórico metodológico e habilidade para tal, ou um profissional que compreenda a pesquisa distanciada do exercício profissional. É neste período que formamos profissionais envolvidos com a profissão e conscientes de sua participação no reconhecimento do Serviço Social. É no cotidiano que esse reconhecimento acontece, nas diferentes possibilidades de intervenção junto ao usuário e é neste cotidiano que a matéria prima das pesquisas emerge e estimula conhecimentos capazes de alterar a realidade.

A produção do conhecimento é fundamental no aprimoramento da prática profissional,

pois auxilia na construção de novos saberes e de novas formas de intervenção, ou seja, ampliam os fundamentos teórico-metodológicos, oferecendo melhores condições para atendimento à demanda profissional. O profissional precisa usar da teoria para repensar a sua prática profissional, superando a dicotomia entre teoria e prática. Assim, o profissional deve buscar referenciais teórico-metodológicos que viabilizem e forneçam subsídios para melhoria do atendimento.

O Serviço Social atualmente tem a pesquisa como meio de elaboração de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão, com os sujeitos com os quais trabalha na direção do Projeto Ético-político e com as possibilidades de seu enfrentamento, como uma possibilidade de objetivação da prática profissional, representando um desafio constante para os profissionais que adotam uma postura crítica e propositiva. É exigida ao assistente social uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade (IAMAMOTO, 2008), onde é necessário enfatizar as atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional, não apenas como complementares.

No entanto, apesar dos avanços e concebendo a pesquisa como elemento-chave para a concretização dos princípios e diretrizes tanto do projeto ético-político, quanto do projeto de formação profissional, visualizamos vários passos a dar rumo ao – fazendo menção ao termo utilizado por Netto (1996, p. 112) “maioridade intelectual” – “amadurecimento” da produção de conhecimento do Serviço Social. Um passo a ser alcançado, dentre alguns já sinalizados ao longo deste trabalho, trata-se do fortalecimento das atividades investigativas para área de Serviço Social, que devem ser incentivadas cotidianamente, ampliando a participação e o acesso de pesquisadores não docentes a este conhecimento produzido. Neste sentido busca-se também avançar na construção de pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais.

Ao Serviço Social cabe ainda o desafio de promover atividades de formação, organizadas pelas entidades representativas. Neste sentido, a participação das regionais dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) seria um ponto estratégico já que estão mais próximos da análise dos limites e dificuldades encontrados pelos profissionais.

Por fim, este desafiante estudo nos possibilitou compreender a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social através de uma perspectiva teórica, histórica e metodológica da realidade e do Serviço Social, proporcionando desvendar a atual conjuntura e os caminhos percorridos, compreendendo melhor o significado histórico da profissão.

Compreendemos que esta discussão acerca da pesquisa e da produção do conhecimento não se esgotam neste trabalho, devendo ser travadas cotidianamente, com parâmetros analíticos rigorosos, para não pautarmos nossas ações sob um conhecimento

aparente das relações sociais.

Conforme já aludido neste estudo, Iamamoto registra em sua reflexão a ausência – e portanto, a necessidade – de uma “política de pesquisa para a área”. Uma política de fomento à investigação sobre os eixos do projeto acadêmico profissional brasileiro. Propõe que os representantes da CAPES, CNPq, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e membros do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da ABEPSS identifiquem temas prioritários a serem impulsionados no processo de investigação. Para tanto, torna-se necessário que a academia, enquanto espaço privilegiado de produção do conhecimento estabeleça uma relação mais próxima com as demandas do trabalho do Assistente Social. Os “Núcleos de Estudos e Pesquisas”, por estabelecerem relações de troca de conhecimentos entre a academia e os profissionais, poderiam ter esse papel de captar tais demandas e estabelecer “linhas de pesquisa” que promovessem o desenvolvimento de pesquisas coerentes com tais demandas. Embora os projetos de pesquisa tenham as características e opções individuais do pesquisador, podem vincular-se ao projeto ético – político profissional, consolidando as conquistas coletivas da profissão. Assim, cabe à própria Universidade, através de seus níveis de Graduação e Pós – Graduação e de forma articulada promover o estreitamento entre o processo de investigação e o processo da intervenção. Concordamos com IAMAMOTO (2008, p. 146) quando afirma:

Um horizonte é incorporar a pesquisa como atividade constitutiva do trabalho profissional, acumulando dados sobre as múltiplas expressões da questão social, campo em que incide o trabalho do assistente social. É fundamental, ainda, que os projetos de trabalho elaborados estejam calçados em dados e estatísticas disponíveis, munidos de informações atualizadas e fidedignas, que respaldem a capacidade de argumentação e negociação dos profissionais na defesa de suas propostas de trabalho junto às instâncias demandatárias ou competentes. A pesquisa é ainda um recurso importante no acompanhamento da implementação e avaliação de políticas, subsidiando a (re)formulação de propostas de trabalho capazes de ampliar o espaço ocupacional dos profissionais envolvidos. A consolidação acadêmica da área supõe o reforço da produção acadêmica, do investimento na pesquisa, e estímulos à publicação dos resultados alcançados.

No que se refere ao alcance social das produções de conhecimento, os programas de Pós – Graduação torna-se um espaço favorável para mobilizar esse retorno, esse alcance social das pesquisas, já que estes alunos da pós – graduação, quando retornam às suas instituições de origem acabam sendo multiplicadores e através do ensino, pesquisa e extensão geram influências que extrapolam os muros da academia.

....Se tivermos uma pós – graduação avançada e consolidada, conseguiremos puxar a graduação, por isso é importante fortalecer a pós – graduação em Serviço Social no Brasil. Esse papel da pós – graduação na qualificação desse projeto ético – político profissional passa pela qualificação do corpo docente e pelo papel da pesquisa no Serviço Social, no sentido da indissociabilidade entre conhecimento e intervenção e, no caso do Serviço Social, o desafio maior seria a construção de conhecimentos comprometidos com as demandas sociais em tempo histórico determinado. No caso da pós – graduação nesse desafio, nesse espaço, na criação, construção e consolidação desse espaço de qualificação do projeto ético – político, a importância da qualidade da produção de conhecimentos que nós produzimos em termos de graduação e pós – graduação, visando a uma intervenção qualificada do profissional no enfrentamento das manifestações da questão social. A observação é importante no sentido de que essa qualificação das produções de conhecimento tenham inserções na sociedade. (CARVALHO, 2004, p.165-166).

Neste sentido é preciso pensar estratégias que possam fortalecer vínculos entre profissionais/pesquisadores, suas temáticas de pesquisa e as demandas concretas da população. Sobretudo o processo de formação profissional, que como vimos não se restringe ao nível da graduação, deve criar estímulos que levem a incorporar a pesquisa em sua prática profissional, buscando nela o apoio para compreensão da realidade, de temáticas emergenciais, sem abandonar a perspectiva de totalidade e numa direção em que haja proposições de intervenções críticas e criativas, reforçando os avanços já alcançados pela profissão. É no próprio contexto universitário que se criam mecanismos para que os professores e alunos (graduação e pós – graduação) vivenciem o processo da “pesquisa” como condição para o ensino. E no caso dos cursos de Serviço Social, os objetos de investigação precisam trazer à tona a realidade da prática profissional. Sejam pesquisas teóricas e/ou empíricas, precisam apreender as dificuldades vividas pelos profissionais no contexto contemporâneo e colocá-los em discussão. Nestes espaços as pesquisas podem articular acadêmicos, profissionais e professores e otimizar o espaço acadêmico e o compromisso da categoria com a consolidação de seu projeto ético – político.

Em função da particularidade da pesquisa no Serviço Social, a Pós – Graduação hoje não se constitui apenas espaço de formação de docentes e de intelectuais, amplia-se para formar profissionais com perfil de “pesquisador”. Um profissional que ocupe diferentes espaços interventivos e nestes espaços comprometa-se com a realização de pesquisas que fundamente o reconhecimento das demandas sociais e possibilite a “formulação” de “políticas” e “projetos sociais”. Desta forma, a pesquisa deixa de ser externa à prática profissional ou restrita ao meio acadêmico.

Um outro aspecto que se coloca é a necessidade de se poder pensar o Serviço Social na

sua articulação Pós-Graduação/Graduação, com a sociedade brasileira e com a construção do conhecimento, tendo como desafio a produção de saberes que efetivamente contribuam para o fortalecimento das lutas sociais, na construção de uma sociedade democrática. Isso coloca o Serviço Social no âmbito de um movimento contra-hegemônico, na busca de enfraquecer a hegemonia do projeto neoliberal e com ele o aumento do desemprego, da precarização e informalização do trabalho, da desmobilização do movimento social e sindical, do desmonte dos direitos sociais e da elevação dos níveis da pobreza. Nesse contexto, temos que considerar que se alteram as relações de trabalho, a questão social, as relações sociais e, conseqüentemente, os conteúdos das profissões bem como as demandas postas.

É importante destacar que com a leitura das dissertações de Mestrado do Programa de Mestrado em Serviço Social da UFJF, foi possível identificar uma particularidade destas pesquisas: a preocupação com o exercício profissional e com os sujeitos com os quais o assistente social trabalha. Mesmo que estas preocupações não tenham sido sinalizadas de forma explícita, os temas abordados demonstram uma preocupação e sintonia com os acontecimentos da contemporaneidade, contribuindo para o acúmulo do conhecimento já existente.

Sabemos que as conclusões e apontamentos neste trabalho são limitados e não atingem todas as dimensões necessárias no que se refere à pesquisa e à produção do conhecimento no Serviço Social. No entanto, esperamos que este trabalho contribua para fomentar as discussões a respeito desta temática, tão importante para a nossa profissão, levantando outros questionamentos, suscitando alternativas viáveis para fazer a aproximação tão necessária da produção do conhecimento com o exercício profissional. Como vimos, este é um desafio coletivo que deve ser assumido por toda a categoria profissional. A produção do conhecimento e o exercício profissional agradecem.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. A ABEPSS e o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social: a estratégia dos grupos temáticos de pesquisa. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs_Novembro_de_2009_Final.pdf

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia geral extraordinária de 8 nov. 1996) **Cadernos ABESS**, n. 7, Edição Especial, São Paulo: Cortez, 1997.

_____. “Proposta básica para o projeto de formação profissional”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 50. São Paulo: Cortez, abril de 1996, p. 143-171.

ABREU, Marina Maciel. ABEPSS: a perspectiva da unidade da graduação, pós graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. n.95. Ano 29. São Paulo: Cortez. p. 173-188, nov/2008.

_____. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel. e SIMIONATTO, Ivete. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990 – 1996. **Cadernos ABESS**, n. 7. Edição Especial, São Paulo: Cortez, 1997.

AMMANN, Safira Bezerra. A produção científica do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 14. Ano 5. São Paulo: Cortez. p. 144-176, abr/1984.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. IN: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. 1ª reimpressão: Paz e Terra. São Paulo, 1995.

BAPTISTA, Dulce Maria Torinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas em Serviço Social: um instigante desafio**. São Paulo: Ed. PUCSP-NEPI. 1994, p.19-26.

BAPTISTA, Myrian Veras. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**, n. 5, São Paulo: Cortez, MAIO/1992.

BARROCO, Maria Lúcia. Reflexões sobre ética, pesquisa e Serviço Social. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, DF, ano 5, n. 9, p. 105-120, mar. 2005.

_____. **Ética e Serviço Social – Fundamentos Ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, Adil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BATTINI, Odária. Atitude Investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. **In: Serviço Social e Sociedade.** n. 45. Ano 15. São Paulo: Cortez. p. 142-146, ago/1994.

BATISTA, Maria do Carmo; OLIVEIRA, Ana. Paula. B. Indiano de; RODRIGUES, João Antônio. **A pesquisa qualitativa em questão.** Serviço Social e Realidade, Franca, v. 11, n. 2, p. 9-17, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **In: Revista Serviço Social e Sociedade,** n. 79, ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** PUC: São Paulo, 2005. Tese-Doutorado- Serviço Social- PUC/SP, 2005.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Ministério da Previdência e da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social).

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **In: Serviço Social e Sociedade,** n. 100, 679-708, out/dez. 2009.

BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético Político do Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 2, **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.** CFESS – ABEPSS – CEAD/NEAD – UNB, Brasília, 1999.

CAPES. **Documento de Área/Avaliação de Pós-graduação em Serviço Social.** Representação de Área/ Serviço Social. Brasília, 2009.

_____. **Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação da CAPES/MEC (2007-2010).** Disponível em: <http://www.Capes.gov.br/>. Acesso em 21/10/12 e 03/11/12.

_____. Ministério da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora – Conselho Setorial de Graduação. **Resolução N° 37/2007.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/prograd/files/2009/02/novaresolucaomonitoria.pdf>. Acesso em: 15/06/2012.

_____. **Relatório de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação: Área de Serviço Social.** Brasília, 2003.

CARDOSO, Franci Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. In: **Cadernos ABESS N° 8.** SP: Cortez, p. 27-32, nov/1998.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. O ensino do trabalho profissional – perspectiva CAPES. **Revista Temporalis.** ano 4, n. 8, Porto alegre: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de.; SILVA, Maria Ozarina da Silva e. **Serviço Social, Pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** Editora Ática, São Paulo, 2012.

CASSAB, Latif Antonia. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. Revista **Katálysis** v. 10 n. esp. p. 55-63, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0610spe.pdf> . Acesso em 05 de abril de 2012.

CRESS. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 6ª região. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. In: CRESS. **Coletânea de Leis.** Belo Horizonte, 2003. p. 293-317.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 1991.

DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx. Un comentario a los Gründrisse.** México: Siglo XXI, 1985.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceituação na América Latina. **Serviço Social e Sociedade** n.24, 1987. p. 49-69.

_____. Alternativas Metodológicas da Pesquisa em Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade.** n. 21. Ano. 7. São Paulo: Cortez. p. 5-18. 1986.

FARIA, Sandra de. **Produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social brasileiro.** Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC/SP, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FIGUEIREDO, Marcus F. "O financiamento das Ciências Sociais". In: *A estratégia de fomento da Fundação Ford e FINEP- 1966-1985*. São Paulo, ANPOCS, BIB, N° 26, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GUERRA. Yolanda, O. O projeto profissional crítico: Estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 2, Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. CFESS – ABEPSS – CEAD/NEAD – UNB, Brasília, 1999.

_____. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XVII. n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IAMAMOTO, Marila; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**.- 4. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 14. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Fortaleza. Anais. Fortaleza: ABEPSS, 2004.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. **Atribuições privativas do(a) Assistente Social: em questão**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília/DF: 2002.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. ABEPSS, Brasília, ABEPSS/Grafine, ano II, n. 3, p. 9-33, jan/jun. 2001.

_____. Os espaços sócio- ocupacionais dos assistentes sociais. Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1: **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD,1999.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1994.

IANNI, Octávio. **Dialética e Ciências Sociais**. Epistemologia das Ciências Sociais. São Paulo: EDUC, 1984. (Série Cadernos PUC; 19).

KAMEYAMA, Nabuco. “A trajetória da produção do conhecimento em Serviço Social”. **In: Cadernos ABESS N° 8**. SP: Cortez, p. 33-76, nov. 1998.

_____. “Metodologia: Uma Questão em Questão”. In: **Cadernos Abess n.3 – A Metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In; Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: **Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica I** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social : o mundo do trabalho em debate** / Ricardo Lara. –Franca : UNESP, 2008. Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

_____. O Serviço Social e os descaminhos da pesquisa na "Universidade Moderna". **Revista Ágora (Rio de Janeiro)**, v. 06, p. 1-23, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 5 ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Civ. Brasileira, 1991.

_____. “A “praxis”: A relação social como processo”. In: **FORACCHI, M.M; MARTINS, José de S. Sociologia e Sociedade – Leituras de Introdução à Sociologia**, 1977.

LEFÉVRE, Fernando e LEFÉVRE, Ana Maria Cavalcanti. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. LEFÉVRE, Fernando et. Al. (org) **O Discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos.; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série núcleo de pesquisa, 1).

MARTINELLI, Maria Lúcia. O ensino teórico – prático do Serviço Social: demandas e alternativas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 44, ano XV, São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, Karl. *O Capital – O Processo de Produção do Capital*. Livro I, v. I. 17.ed. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 1999, p. 571.

_____. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas.)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOLJO, Carina Berta; Santos, Cláudia Mônica dos Santos; Eiras, Alexandra Aparecida. O exercício profissional na implementação do SUAS: projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional. In: **Sistema Único de Assistência Social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora**/ Carina Berta Moljo e Maria Lúcia Duriguetto (organizadoras)- Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 105-144.

MOLJO, Carina Berta. Serviço Social e Cultura: Considerações acerca das concepções de cultura na trajetória da profissão no Brasil desde sua gênese até os anos 1990. **Libertas**, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 78 - 104, jul-dez / 2009.

_____. Cultura política e Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora: UFJF,

v.1, n.2, p. 173-192, jan/dez, 2005.

MONTANO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social Crítico. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 9, n. 2, jul/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v9n2/a02v09n2.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2012.

MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Editora Cortez, pp. 161-196, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. In: **Serviço Social, Pós-Graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós 64. - 12. ed.- São Paulo: Cortez, 2008. III CBAS: algumas reflexões para a sua contextualização. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 100, 650- 678, out/dez 2009.

_____. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009 a.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós 64**. - 12. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete da et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 1-22.

_____. O Movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 84, p. 5-20, nov. 2005.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 23-30, 2001.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1: **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD,1999.

_____. *Transformações societárias e Serviço Social- notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. In: **Serviço Social e Sociedade** n. 50. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996a.

_____. O serviço social e a tradição marxista. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 30, 1989, p. 89- 102.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Futura, 1998.

RAICHELES, Raquel. “Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. In: **Congresso Chico Mendes** – Ed, Cortez/ANAS, 1991.

SANTOS, Cláudia Mônica. SANTOS, Cláudia Mônica. **Instrumentos e Técnicas: Mitos e dilemas na formação profissional do assistente social na Brasil**. Tese- doutorado – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006.

_____. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. In: **Libertas**, Juiz de Fora, v. 2. n. 2, jul/dez/2002 – v.3, n1 e n 2 jan/dez/2003- p.23-42. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/edicoes-anteriores/volume-2-numero-2-e-volume-3-numeros-1-e-2/> . Acesso em: 30 out 2012.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A interrelação da pesquisa com o estágio supervisionado: uma proposta metodológica para o agir profissional**. Terezina: APECH/UFPI, 1996.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre** v. 6 n. 2 p. 282-297. jul./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319/3248>. Acesso em: 28 de março de 2011.

SILVA, M. D. C. A atualidade da Pós-graduação na área de Serviço Social. Brasília: CAPES/MEC, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Trinta anos da revista Serviço Social e Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, out/dez 2009.

_____. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMÃO, Andréa Branco. Pesquisa em Serviço Social: Reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 96. Ano 29. São Paulo:

Cortez. p. 110-127, nov/2008.

SIMIONATO, Ivete. Os desafios da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, DF, ano 5, n. 9, p. 20-28, jan./jun. 2005.

_____. *Os desafios da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social*. Conferência proferida no XI ENPESS, Porto Alegre, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 23 de março de 2012.

VÁZQUEZ, Sánchez Adolfo. **Filosofia da Praxis**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador social*. São Paulo: Cortez, 1986.

VINAGRE, Marlise. A “virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 720-727, out/dez 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Os sujeitos sociais em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 40, ano XIII, São Paulo: Cortez, 1992.

YAZBECK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva. Das origens a atualidade da profissão: A construção da Pós-graduação no Brasil. In: *Serviço Social, Pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

YAZBECK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3, Brasília: ABEPSS, grafline, 2001.

_____. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. Módulo 4. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 2000.

_____. Avaliação dos cursos de pós – graduação em Serviço Social no contexto da reforma da política de ensino superior no Brasil. **Revista Temporalis**. n. 1, Brasília: ABEPSS, Valci, 2000a.

_____. O significado sócio histórico da profissão. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. Módulo 4. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 2000b.

_____. *Classes Subalternas e assistência social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita (Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço Social da PUC/SP. In: **Serviço Social e Sociedade** n. 14. São Paulo, Cortez, 1984.

ANEXOS

ANEXO 1

Agregação das linhas de pesquisa da Pós-Graduação em Serviço Social por eixos temáticos 2001/2003

Eixo Temático	Linhas de Pesquisa
1-Políticas sociais (Estado e Sociedade Civil)	19
2-Trabalho (processos, relações com as políticas públicas, Serviço Social)	8
3-Cultura e identidade (processos e práticas sociais)	8
4-Família (relações de gênero geração, sociabilidade, violência e cidadania)	6
5-Formação profissional fundamentos e exercícios	7
6-Movimentos sociais (processos organizativos e mobilização popular)	7
TOTAL	55 Linhas de Pesquisa

Fonte: IAMAMOTO, Marilda Villela. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Fortaleza. Anais. Fortaleza: ABEPSS, 2004. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. ABEPSS, Fortaleza. Anais. Fortaleza: ABEPSS, 2004.

Nota 1: os critérios de agregação das linhas de pesquisas em cinco eixos temáticos são da autora e, segundo ela, sujeitos a debate.

Nota 2: Tendo por base o Relatório de Memória da CAPES que identifica 55 linhas de pesquisa dentre os Programas de Pós-graduação em Serviço Social, Iamamoto as agrega em seis eixos temáticos.

ANEXO 2

Produção do corpo discente dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social: indicação de eixos temáticos a partir das Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado – 1998/2002

Eixos Temáticos	Porcentagem %	Total de Trabalhos
1- Infância, juventude, família e sociedade	14,22	108
2- Serviço Social, trabalho, prática profissional	13,69	100
3- Política Social: saúde	11,72	89
4- Questão urbana, movimentos sociais, meio ambiente	10,27	78
5-Trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza, exclusão social	9,6	73
6- Política social: assistência social	8,03	61
7- Etnia, gênero, orientação social	4,6	35
8- Pessoa portadora de necessidades especiais, terceira idade, envelhecimento	4,6	35
9- Serviço Social e formação profissional	4,6	35
10- Cultura e identidade	4,6	35
11- Questão agrária, movimentos sociais, meio ambiente	3,82	29
12- Terceiro Setor	3,03	23
13- Política social: estado e sociedade	1,31	10
14- Ética, cultura, política, direitos humanos	1,05	8
15- Avaliação de políticas, programas e projetos sociais	1,06	8
16- Política social: previdência social	0,52	4
17- Outros	3,28	25
TOTAL	100	760

Fonte: CARVALHO, Denise Bontempo Birche de.; SILVA, Maria Ozarina da Silva e. *Serviço Social, Pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

Nota 1: O quadro apresenta os eixos temáticos identificados no levantamento feito pelas autoras das 760 teses e dissertações defendida junto aos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social no período de 1998-2002.

ANEXO 3
Temáticas abordadas pela Revista Serviço Social e Sociedade no período de 2000/2009

Temas Abordados	F	%
Serviço Social	35	6,69
Temas Específicos de Serviço Social:		
Projeto Profissional/Projeto Ético-Político Profissional	13	2,48
Ensino do Serviço Social	9	1,72
Prática Profissional	7	1,39
Organização Profissional / Estudantil	5	0,96
Formação Profissional	3	0,57
Política de Assistência Social/SUAS	40	7,65
Cidadania/Justiça/Direitos Humanos e Socias	39	7,46
Trabalho/Políticas Públicas de Trabalho/Desemprego	33	6,31
Criança/Adolescente/Juventude/Políticas Públicas	28	5,35
Pobreza/Exclusão Social/Políticas Públicas	21	4,02
Saúde/Saúde Mental/Políticas Públicas	21	4,02
Participação/Planejamento e Orçamento Participativo	19	3,63
Família/Políticas Públicas	18	3,44
Questões Afetas ao Poder Judiciário	16	3,05
Política Social/Política Pública	16	3,05
Envelhecimento/Idoso	14	2,68
Cidade/Questão Urbana/Habitação	14	2,68
Ética/Bioética	14	2,68
Estado/Reforma do Estado	13	2,49
Controle Social/Conselhos de Gestão	13	2,49
Violência	11	2,10
Terceiro Setor/Voluntariado/Filantropia/Responsabilidade Social	10	1,91
Público/Privado	10	1,91
Educação/Ensino Superior	9	1,72
Gênero	7	1,34
Lutas Sociais/Movimento Social/Movimento Sindical	7	1,34
Reestruturação Produtiva/Nova Ordem/Globalização/Neoliberalismo	8	1,53
Programas de Transferência de Renda/BPC/Bolsa Família	7	1,34
Seguridade Social/Proteção Social	7	1,34
Sociedade Civil	6	1,14
Pesquisa/Produção de Conhecimento	5	0,95
Questão Social	5	0,95
Previdência Social	3	0,57
Intersetorialidade	3	0,57
Outros Temas	34	6,50
Total	523	100

Fonte: SILVA, Maria Ozarina da Silva e. Contribuição da revista Serviço Social e Sociedade para a construção do Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 61, ano XX, São Paulo: Cortez Editora, nov/1999.

